

COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE

17 de Março de 2009

25.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

- Dr. José Luís Pinto da Silva (ex-administrador do BPN)
- Prof. Dr. Francisco Comprido (ex-administrador do BPN)

Índice Remissivo

A

Sr.^a Presidente · 3, 4, 6, 10, 11, 20, 23, 28, 30, 32, 37, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 65, 66, 96, 127, 128, 131, 138, 147, 159, 174, 175, 177, 186, 188, 191, 192, 206

Almeida Henriques (PSD) · 20, 28, 29, 30

F

Prof. Dr. Francisco Comprido · 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

H

Honório Novo (PCP) · 77, 79, 127, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

J

João Semedo (BE) · 10, 30, 37, 38, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206

Dr. José Luís Pinto da Silva - 4, 6, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 29, 32, 37, 39, 41, 42

L

Leonor Coutinho (PS) 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20

M

Miguel Macedo (PSD) · 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 3, 4, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

R

Ricardo Rodrigues (PS) · 45, 65, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião.

Eram 15 horas e 55 minutos.

Como habitualmente, vou buscar o nosso convidado de hoje, Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva, iniciando-se a audição com as perguntas do Sr. Deputado do CDS-PP requerente desta audição. Vou dar 10 minutos de perguntas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, sim neste caso e peço a audição pergunta/resposta no caso do Professor Francisco Comprido.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado.

Pausa.

Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva, queria agradecer, em nome dos Deputado que integram esta Comissão de Inquérito, a sua presença, que será, com certeza, muito útil para os trabalhos desta Comissão.

De acordo com o modelo que temos seguido, vou pedir ao Sr. Dr. para fazer uma apresentação muito sucinta do seu percurso curricular e, depois, iniciávamos as perguntas com o Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, seguindo-se os outros Srs. Deputados dos restantes grupos parlamentares.

Tem a palavra, Sr. Dr.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva (Ex-Administrador do BPN): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde.

Chamo-me José Luís Pinto da Silva, tenho 61 anos, sou licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e, em termos curriculares e sucintos, fui director de um banco, do Totta & Açores, fui administrador do Banco Totta & Açores e fui administrador do Banco Português de Negócios, repito, Banco Português de Negócios, somente.

Não sei se é preciso que eu diga mais alguma coisa?...

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, dispondo de 10 minutos para colocar as questões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Sr. Dr., algumas questões, poucas, sendo que na resposta a teria como livre, ou seja, vou colocar questões muito genéricas e, se o Sr. Dr. — e se a Sr.ª Presidente não se opuser, suponho que não — achar que de alguma forma tem de elaborar o contexto da resposta, faça favor de assim decidir.

O Sr. Dr. era, suponho, responsável pela área de risco de crédito, não é assim? Queria que o Sr. Dr. explicasse à Comissão de que forma é que no BPN funcionava a concessão de crédito, se o Sr. Dr., em algum momento, se apercebeu de um diferente critério na aplicação de crédito, por exemplo, de a um nível ser recusado e a outro nível ser aprovado, se tem conhecimento de alguma interferência ou de alguma diferente

utilização de critério, por exemplo, do Imofundos relativamente ao BPN no que tem a ver com a concessão de crédito, se essa concessão de crédito passava, no tempo em que foi administrador, apenas pelo Sr. Dr. ou o Dr. Oliveira Costa decidia directamente com o *Private Banking* essa concessão de crédito.

Queria também perguntar-lhe, Sr. Dr., a razão concreta pela qual, a menos que eu esteja enganado, recusou assinar o relatório e contas de 2005. O Sr. Dr. terá sido um dos administradores que se recusou a assinar esse relatório e contas e eu gostava que precisasse, com a minúcia possível, as razões dessa recusa.

Pergunto também se o Sr. Dr. tem conhecimento do funcionamento das Contas Investimento existentes no BPN e a transformação dessas Contas Investimento noutra produto que implicaria uma taxa diferente. Temos falado aqui muito de umas Contas Investimento que existiam... O Dr. Teófilo Carreira foi alguém que, tendo conhecimento, não soube explicar... Mas o certo é que as Contas Investimento acabaram por ser justificativas de um grande buraco ou de grande parte do prejuízo do BPN.

Há um documento recente *O Estado da nação* — não sei se o Sr. Dr. o conhece, se já o leu ou se tem conhecimento do que ele retrata, mas as Contas Investimento são apontadas como um dos problemas do Banco por aquilo que atribuíam. Queria saber se o Sr. Dr., sobre isso, nos poderia dar alguma luz.

Queria também saber desde quando teve conhecimento da existência do Banco Insular, de que forma o Banco Insular operava relacionando-se com o BPN, de que forma é que depositantes BPN constituíam o Banco Insular e como empréstimos feitos através do Banco Insular resultavam de transferências do BPN Cayman e do BPN IFI, que

depois eram desviadas em favor de terceiros e utilizadas para mascarar moras, prejuízos do Grupo, empréstimos a accionistas, empréstimos a empresas do Grupo...

Estas eram as questões genéricas que deixava ao Sr. Dr., sem prejuízo, Sr.^a Presidente, de me inscrever para uma segunda volta de perguntas.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Vou começar pelo fim.

Sobre o Banco Insular, não sei nada. Isto é, o que sei é a partir da altura em que se começou a falar do BPN. Portanto, do Banco Insular, não sei nada.

Quanto ao funcionamento das Contas Investimento, em duas ou três ocasiões, em conselho de administração do Banco Português de Negócios — e volto a frisar que eu era administrador do Banco Português de Negócios, somente —, ouvi falar, de facto, disto e, penso eu, estavam na posse e eram atribuições das áreas comerciais. Confesso que, dadas as minhas atribuições no Banco, nunca soube exactamente o que seriam Contas Investimento. Admiti, como outros bancos teriam há uns anos, que fossem contas que tinham a ver com rendibilidades diferentes associadas a aplicações diferentes, mas confesso que não era do meu foro interrogar, até porque nunca houve discussão relativamente a isso.

Sei que as áreas comerciais — estou a falar das administrações comerciais —, referiram isso numa, duas ou em três ocasiões e eu não consigo, de facto, explicar exactamente o que são as Contas Investimento,

apesar de, repetindo, ter havido — e ainda há, certamente — outros bancos a fazerem isso. Irregularidades, confesso, não conheço.

Recusa de assinar o relatório e contas de 2005. A minha resposta vai ser directa: eu não me recusei a assinar coisa nenhuma; pelos vistos, não era fundamental eu assinar e, portanto, não assinei. Mas não me recusei a assinar, só que não foi preciso assinar. Vou repetir: não me recusei a assinar; pelos vistos, não era necessário assinar.

Quanto ao *Private Banking*, não tenho conhecimento da forma como funcionava. Sei que, no que diz respeito a questões só do âmbito do Banco Português de Negócios — e só estou a falar do Banco Português de Negócios e não das Ilhas Cayman ou coisa do género, porque eu não era responsável, não era administrador nem responsável por nenhuma coisa dessas...

O director responsável pelo *Private Banking* despachou algumas operações comigo e eu guardei disso os devidos documentos, que estarão, certamente, arquivados no banco.

Mais: posso dizer, foram vistos, na altura, pela inspecção que foi feita, aquela inspecção judiciária, se quiser, ao BPN, porque eu, na altura, estava lá. Mas não tenho nada a dizer. Admito que directamente o Sr. ex-Presidente possa ter despachado alguma coisa e algumas operações que, enfim, recusei, mas não tenho também notícia de que tivessem ou não sido feitas.

Imofundos. A resposta é directa, também: nada sei. Eu não participava na Imofundos, não era administrador da Imofundos.

Quanto ao risco de crédito, para que as questões fiquem claras, devo dizer que eu era administrador com responsabilidade no risco de crédito e também dos promotores. Promotores, no fundo, são os

comissionistas que os bancos conseguem — e isto está a funcionar na banca — para aportar para os bancos negócios variados que estão devidamente tipificados pelo Banco de Portugal.

Fui também — tenho de dizê-lo para ser claro — responsável durante algum tempo pela área das operações e, portanto, também fui responsável, numa segunda parte, pela área das operações.

Já agora, também para ser claro e directo, fui também, até 2005, presidente da Fincor, que era a empresa que tratava das questões relacionadas com a compra e venda das acções/obrigações.

Quanto a saber quais eram os critérios do risco de crédito, devo dizer que os critérios foram-se alterando a partir do momento que eu cheguei ao banco. Inicialmente, o risco de crédito não tinha qualquer responsabilidade na decisão e a partir daí — posso falar em termos médios — passou a ter também responsabilidade. Isto é, havia vários escalões de crédito: o 1.º, o 2.º e o 3.º...

O 1.º escalão era da agência, que tinha competências de crédito até certos limites, que agora, confesso, não me recordo, só com o Regulamento Geral de Crédito, e a responsabilidade era da própria agência, do próprio balcão, e o risco de crédito aí não «metia bico», passe a expressão.

Tinha um 2.º escalão onde aparecia o subdirector com o gerente onde também o risco de crédito, na altura, não intervinha e, depois, havia a decisão da direcção — estamos a falar sempre em termos comerciais —, a decisão dos dois administradores, comercial e de risco e, finalmente, o 5.º escalão, que era a decisão da administração, no seu conjunto.

Quando saí, já havia risco de crédito praticamente no meu escalão e era só do Banco Português de Negócios. Quando saí, havia risco de crédito

a partir do 2.º escalão, isto é, o risco já tinha opinião e também poderes de decisão, conjuntamente, claro, sempre colectivamente falando, do 3.º escalão, etc. As decisões do 5.º escalão eram da administração e subiam a este escalão, porque o montante era de tal forma elevado ou porque havia divergências.

Esta era a forma muito genérica como funcionava, e penso que ainda funciona — agora, se calhar, melhor! —, o risco de crédito.

Como referi, houve melhorias de tal forma que as instrumentais — as *leasing*, as *factoring* —, quando saí, também já tinham, a partir de determinado escalão, que já não me recordo bem, o risco de crédito do BPN a decidir em conjunto com os comerciais.

Portanto, a direcção de risco de crédito e eu próprio não tínhamos uma decisão, se quiser, definitiva e só sobre a matéria do risco, os comerciais intervinham naquele banco. Não é assim noutros bancos, e isso tem evoluído, de facto, ao longo do tempo.

Quanto a diferentes critérios de avaliação, como calculará — calculam, certamente — não há unanimidade ou unanimismo em nenhum lado do mundo, acho eu, nem num conselho de administração. Portanto, não havia algumas vezes, várias vezes, unanimidade na decisão do crédito. Por essa razão é que subia ao último escalão e lá era decidido.

Quando a administração do risco entendia que não estava de acordo, dizia-o expressamente naquela altura, no 5.º escalão ou nos escalões anteriores, e houve, temos de admitir, como em todo o lado do mundo, divergências de opinião sobre decisões de crédito, sobretudo em algumas operações de algum gabarito, que é quando as coisas começam de facto a atingir montantes mais elevados.

É o que me apraz agora dizer; se quiserem, é o que nesta altura me lembra de aferir sobre o tal risco de crédito.

Já agora, convém também referir, uma vez que não foi perguntado, mas é importante dizer aqui, que também fui responsável por uma equipa que trabalhava, e fez trabalho, a meu ver, com alguma profundidade, nas novas normas internacionais de contabilidade e reporte, as IAS, as novas NIC. Houve, de facto, uma equipa multidisciplinar que fez um trabalho deste género para reportar ao Banco de Portugal, enfim, elementos importantes. Foi um assunto que deixei em carteira, que não foi acabado e que, provavelmente, ainda não estará terminado. Mas é um assunto que preocupava os bancos e foi sendo feitas à medida das possibilidades, até porque era necessário um investimento grande, em termos de pessoas e de capital.

Não sei se é tudo o que queria ouvir ou se terá alguma questão mais...

A Sr.ª Presidente: — Parece-me que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo está satisfeito, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Intervenho mais tarde, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Assim, tem a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sr.ª Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer a presença do nosso convidado.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva disse-nos que foi administrador do BPN só...

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Só!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — ... e também da Fincor.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Sim.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Eu gostaria que precisasse as datas em que foi administrador e também as datas em que foi responsável pelas operações, uma vez que o foi, penso eu, durante um período mais limitado.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Entrei no Grupo do banco em Junho de 2003.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Dr. José Pinto da Silva, peço desculpa por o interromper, mas a resposta às perguntas tem de ser feita no fim, de acordo com a metodologia.

Assim, peço à Sr.ª Deputada Leonor Coutinho o favor de prosseguir na formulação das perguntas.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Em segundo lugar, falou aqui dos vários níveis de escalões de decisão e disse que o 5.º escalão era o da administração no seu conjunto. Portanto, os vários administradores todos juntos...

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Com o presidente.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Ora, temos vários depoimentos que nos dizem que a administração reunia de uma maneira anárquica, nem sempre estavam todos e raramente tomavam decisões em conjunto.

Eu gostaria que nos relatasse os conselhos de administração, que nos confirmasse ou infirmasse a assinatura desses conselhos semanais de administração e se os assinou sempre.

Penso que, em relação à não assinatura das contas de 2005, o que aqui nos foi relatado foi que quando as contas foram presentes ao Dr. Fragoso de Sousa já vinham com a sua assinatura e que, depois, essa página foi retirada e substituída por outra em que a sua assinatura e a dele foram substituídas pelas dos Srs. António Franco e Teófilo Carreira.

Portanto, eu gostaria que nos falasse sobre esses conselhos de administração. Como é que eles se passavam? Como é que eram feitas as assinaturas, eram de facto formais, ou não? Como é tomavam essa decisão, uma vez que ela também tem muito a ver com o crédito?

Em relação às normas de reporte e de contabilidade que aqui referiu, gostaria de saber se definiu, ou não, riscos de crédito quanto às responsabilidades do banco. Teve a ver com os critérios que foram introduzidos em Basileia II, ou não teve, de todo, a ver com esse processo?

Como administrador e como profissional da banca é um bocado estranho que não tenha tido a curiosidade de saber o que eram as Contas Investimento e por que é que elas estavam a dar um rendimento maior. Nunca leu nada sobre isto? Não fazia a mínima ideia? O que pensava que eram? Não havia uma definição de produto, como normalmente há, e não

havia uma análise de produto, uma análise de rendibilidade do produto. Como administrador, obviamente, penso que era o tipo de informações necessárias para se dirigir uma equipa que comercializa este tipo de produtos.

Também gostaria de saber que tipo de acções se desenvolvia com um banco de que não era responsável, o BPN Cayman, mas que tinha muitas relações com o BPN.

Gostaria também de saber se tinha relações com o Banco Insular e em que qualidade, isto é, em que qualidade do Banco, porque penso que não saberia que ele pertencia à SLN.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Leonor Coutinho, vou começar pelo fim, pelo Banco Insular.

Não tinha qualquer relação com o Banco Insular, não sabia da sua existência. Sobre o Banco Insular, não sei nada!

Com o BPN Cayman, não me relacionava. Isto é, quem se relacionava com o BPN Cayman era, penso eu, o *Private Banking*, algumas operações eram feitas lá com os poderes das pessoas também responsáveis, e eu não era, pelo BPN Cayman. Isto teria de ser discutido com o BPN Cayman.

É óbvio que sei da existência de contas que estavam sediadas em Cayman. É óbvio que sei! Mas eu não tinha, não era das minhas atribuições, e também não fazia qualquer ligação.

Portanto, não me relacionava com o BPN Cayman e, se por qualquer razão, na decisão que, por vezes, se tomou, durante algum tempo, e depois deixei de ter esse privilégio, com o responsável pelo *Private*, eu assinei alguma coisa, se isto aconteceu e até admito (e ainda hoje de manhã pensei nisso) foi por mero engano, mas penso que não assinei, porque não me relacionava com o BPN Cayman.

Portanto, a resposta é: não me relacionava.

Quanto às Contas Investimento, a Sr.^a Deputada não percebe como é que, sendo eu administrador do banco, não sabia tão bem, tão profundamente, as Contas Investimento. As Contas Investimento, ou outro nome de contas, eram, há uns anos a esta parte, normais. Isto é, vários bancos tinham contas deste tipo, e eu, confesso, porque nunca foi necessário tratar deste assunto, tinha coisas importantes a tratar, tinha a minha área, embora isto também fosse da minha responsabilidade solidária, e assumo isto claramente. Mas nunca soube, de forma clara, se as Contas Investimento eram irregulares, pensei sempre que fosse uma conta regular, normal, excepcional para captar poupanças, e foi isto que eu...

Agora, se a pergunta da Sr.^a Deputada é uma crítica à minha actuação, como responsável pelo banco, aceito a crítica, mas não posso fazer mais nada, nem dizer mais do que isto. Não sei mesmo mais, só aquilo que ouvi.

Do que diz, nunca ouvi, nem planos, nem *marketing* a fazer campanhas das Contas Investimento... Isto nunca foi feito, não tenho a menor dúvida.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — E as fichas de produto?

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Nunca vi nenhuma ficha de produto. Nunca vi!

Ouvia os comerciais falarem disso e havia lá dois administradores comerciais, não vale a pena referir os nomes, porque a Comissão conhece-os, e é melhor perguntar-lhes, a eles e aos directores comerciais, que eram também os que utilizavam essas Contas Investimento.

Portanto, aceito a crítica, mas não posso dizer-lhe mais do que isto.

Passando à administração, ao tal 5.º escalão de decisão, posso dizer-lhe que a administração reunia uma vez por semana e quero dizer aqui que reunia normalmente. Isto é, eu não posso dizer aqui (contrariando, se calhar, outras versões, que não conheço) que o conselho de administração do BPN não reunia. Reunia. Reunia todas as semanas, discutiam-se questões, às vezes de uma forma mais efervescente do que é natural.

Dou um exemplo, para termos uma ideia: com o Dr. Fragoso, houve algumas reuniões em que eu discuti firmemente com ele, porque eram opiniões do risco e opiniões da área comercial, e com o outro comercial do norte isto também aconteceu, e não foi por esta razão que nos zangámos.

Houve, de facto, reuniões, às vezes, com algum calor normal de pessoas que estão interessadas em resolver as questões, mas as reuniões eram feitas semanalmente e, normalmente, tinham toda a gente, à excepção, se quiser, das reuniões após a chegada do Dr. Vakil, porque ele, muitas vezes, estava fora, mas reunia com os membros habituais e com capacidade de gerir a reunião.

Volto a repetir que, algumas vezes, não poucas, houve divergências, mas penso que é normal, também tenho essa experiência de um outro banco. Penso que é normal e admito — admito, mas não tenho a certeza — que o ex-presidente, de vez em quando ou muitas vezes, isto eu não posso dizer, despachasse directamente... Eu não sei, nunca vi, nunca discuti isso.

Há um aspecto que não disse aqui, mas convém dizer: eu demiti-me do banco — aliás, começo também a responder à última pergunta —, porque... Bom, isto não é importante, mas enviei uma carta para os órgãos competentes do banco e, porque demorava tempo a decisão de me vir embora, enviei uma carta registada e com aviso de recepção a dar conhecimento disto ao Banco de Portugal. Por acaso, procurei a carta e não a encontrei, mas em qualquer altura se vê.

Portanto, o Banco de Portugal teve conhecimento e, passados três dias, eu, de facto, vim-me embora do banco. Se calhar, ninguém me perguntaria isto, mas eu demiti-me do banco e dei conhecimento deste facto passado algum tempo ao Banco de Portugal.

Entrei para o banco em Junho de 2003 e saí em 2006, porque houve, desde o meu pedido de demissão até à minha saída, algum tempo a mais que eu não esperaria. As razões que invoquei para a minha demissão foram pessoais.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Saiu em que mês?

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Penso que foi em Janeiro, não tenho a certeza absoluta, mas foi por aí. Foi finais de 2005, quando acabava o meu mandato, e Janeiro de 2006, penso que foi por esta altura.

Pode ter sido no início do mês seguinte, não tenho a certeza absoluta, mas foi por esta altura.

Da Fincor, eu soube, pelos jornais, que a Fincor tinha lá, quando entrou (acho que é pelos jornais que eu sei) o Banco Insular... A Fincor é uma sociedade de corretagem e eu saí da Fincor em 2005, porque entendia, como presidente da Fincor, que ela deveria ser extinta por já não haver mercado para a Fincor naquela altura, e todos os bancos tinham decidido assim. Como foi entendido que não deveria ser extinta eu saí de presidente da Fincor em 2005.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, estive lá de 2003 a 2005!

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Exactamente!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E não foi o primeiro presidente da Fincor.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Não, definitivamente. Não, não fui.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E estive lá menos tempo.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Muito menos tempo, sim.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Consegue situar...

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Não tenho a certeza de exactamente quando. Sei que foi na altura da saída de um administrador chamado Nuno Luz Almeida, não sei se já foi ouvido...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — ou se vai ser ouvido na Comissão.

Portanto, quando ele saiu, tinha essa responsabilidade, para além da contabilidade que ele tinha, fiquei com essa incumbência, e, na altura, o director era um senhor que já aqui veio (viu-o na televisão) e que foi o administrador a seguir, António Franco. O Sr. António Franco, ele, sim, despachava inúmeras vezes questões de operações com o Sr. Presidente do Banco.

Em relação a uma questão que me colocou e a que ainda não respondi...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Operações de quê? A partir da saída...

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Do Dr. Nuno Luz Almeida até me ir embora.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Até se ir embora...

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Acho que 2005, mas não terá sido o ano inteiro. Como digo, não posso precisar exactamente, mas é por

aí. Não é um ano, mas é... Não sei quando é que saiu o Nuno Luz Almeida, mas penso que ainda foi em 2005. O tempo passa por nós rapidamente.

Eu não sei se ficou alguma coisa por responder, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Esqueceu-se de responder ao facto de haver ou não actas e de elas serem assinadas, ou não, por todos os administradores.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Exactamente.

Depois das reuniões, havia, normalmente, um projecto de acta. A reunião era composta pelos administradores e por um secretário, que era o Eng.^o Francisco Sanches. Era ele que estava como secretário e que secretariava o conselho e, às vezes, as actas eram feitas lá. Alguns projectos de actas eu assinei, mas confesso que não me lembro de assinar mais actas. Não me recordo. Eu acho que não assinei actas... Se me pergunta assim, não me lembro de assinar as actas.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Isso é algo muito importante para nós, uma vez que já nos foi dito, por outros administradores, que, de facto, não assinavam as actas. Eu gostaria de saber se, no seu caso, se lembra de assinar...

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Se calhar, assinei uma ou outra, mas, de facto, em termos sistemáticos, não assinava as actas. Vim-me embora sem as assinar, fiquei à espera das actas para as assinar.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Nunca foi questionado pela auditoria pelo facto de não assinar as actas do conselho de administração?

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Auditoria interna?

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Auditoria externa, penso que a auditoria interna não iria... Não me refiro à do Banco de Portugal mas à auditoria externa.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Poderia ser a interna. Não, nunca fui questionado por ninguém.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigado, terminei por agora, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr.^a Presidente, começo por cumprimentar o Dr. José Luís Pinto da Silva e por dizer que vou colocar um conjunto de questões concretas no âmbito deste carrossel de administradores que o BPN teve.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva foi substituir o administrador João Manso Neto, que esteve sete meses em funções. Sabe as razões que levaram este administrador a renunciar? O facto de ir substituir um administrador que esteve em funções apenas sete meses não lhe aguçou um pouco a curiosidade?

Gostaríamos se conhecer as suas motivações tanto para entrar no Grupo como para se demitir. O Sr. Dr. assumiu aqui que se tinha demitido do Banco por razões pessoais. Se pudesse, esclareça-nos um pouco mais sobre as razões que o levaram a sair, pois é importante para a nossa avaliação.

O Sr. Dr. foi administrador do Banco Totta & Açores e do BPN. Portanto, está em muito boa posição para estabelecer diferenças entre o funcionamento dos dois bancos, aquele onde estava e o banco para onde foi.

Entretanto, eu gostava que fizesse uma avaliação do BPN, do ponto de vista do seu funcionamento, do funcionamento das reuniões do conselho de administração, da questão das actas, das relações dentro do conselho de administração do BPN, das relações entre os departamentos, designadamente entre o departamento de risco e o departamento comercial (dois departamentos que, normalmente, vivem de braço dado e também de costas voltadas, porque são muitas vezes antagonistas), assim como do ponto de vista das relações com accionistas e empresas do Grupo. Faça esta avaliação à luz da sua experiência enquanto ex-administrador do Banco Totta & Açores.

Um segundo conjunto de questões prende-se com a análise de risco. Das respostas que o Sr. Dr. até agora deu não ficou muito claro para mim a forma como o risco de crédito se entrosava com outros departamentos do banco, designadamente o departamento comercial, e se, no risco de crédito, também existia a recuperação de créditos. É uma questão que, às vezes, está junta nos bancos, não sei se aqui também acontecia.

Por outro lado, também não ficou bem claro para mim se, nas avaliações de risco de crédito que fazia, lhe passavam pelas mãos todas as operações do banco, designadamente as operações de clientes ditos normais, de clientes accionistas e de empresas do banco. Nessa avaliação, que critérios seguia em relação a cada um deste tipo de clientes, designadamente os clientes que são ou eram accionistas do banco e os clientes que eram empresas do Grupo?

Por fim, um terceiro conjunto de questões prende-se com as relações com o Banco de Portugal. Sendo um administrador com a responsabilidade do risco, pergunto: em algum momento, teve alguma relação directa com o Banco de Portugal, sabendo nós que, pelo menos, terá participado na célebre reunião convocada pelo Dr. António Marta, em 24 de Outubro de 2003?

Já agora aproveito para colocar uma questão, que, normalmente faço: nessa reunião, que questões de fundo é que foram levantadas pelo Banco de Portugal? A esta pergunta o Sr. Dr. saberá, com certeza, responder, porque também terá estado presente.

Passo às contas. O Sr. Dr. é um administrador experiente na banca. Já explicou a peripécia das contas de 2005, em que, afinal, não era, na sua opinião, relevante assiná-las. Pergunto: alguma vez, como economista que é, olhou bem para as contas do BPN, designadamente durante os anos em que foi administrador? Essas contas, em algum momento, lhe suscitaram algumas dúvidas de fundo?

Para já, gostaria de ver respondido este conjunto de questões.

A Sr.^a Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Começo por dizer que não tive ocasião de conhecer o Dr. João Manso Neto.

Não substituí o Dr. João Manso Neto. Digo «não substituí», porque substituir alguém significa substituí-lo na plenitude das suas funções. E convém saber, e penso que sabe, que o Dr. João Manso Neto era administrador da SLN, para além do BPN, para além de ser presidente da Fincor, que era de facto.

Não substituí o Dr. João Manso Neto. Só substituí o Dr. João Manso Neto em algumas áreas do Banco Português de Negócios. O Dr. Manso Neto tinha uma amplitude imensa, na minha opinião, como tinha quem era administrador da SLN, que tinha um conjunto de empresas da qual o banco (e penso que a Comissão tem disto consciência) era uma minúscula parte daquele Grupo, apesar de ser nuclear, de ser, no fundo, o coração que «bombava» tudo aquilo, de ser a energia para aquele Grupo todo. É, de facto, curioso, mas era assim.

Portanto, eu só substituí o Dr. João Manso Neto nesta perspectiva.

O que me foi dito, na altura, não pelo Dr. Manso Neto mas pelas pessoas que estavam próximas, incluindo a secretária, que herdei, com que fiquei, é que o Dr. Manso Neto aceitou um lugar que lhe foi dado na EDP. Eu não sei nada mais sobre este assunto.

Se me questiona, e o questionar pode ser uma crítica, por que é que eu não me questionei antes, uma vez que ele só lá esteve sete meses, sobre o que lá fui fazer passados os sete meses, para esta pergunta não tenho resposta concreta, apenas posso dizer que, depois de toda a saída de todos os bancos... Apenas posso fazer um paralelismo que, a meu ver, também interessará à Comissão.

Depois de toda a questão que existiu no Banco Português de Negócios, como é que toda a equipa, liderada por um homem da craveira conhecida, em termos de *know-how*, sem dúvida alguma (é claro que, entretanto, muita coisa aconteceu no mundo e os economistas são, se calhar, aqueles que não sabem explicá-las, mas, enfim, são outras questões), um homem daquela craveira, assume, como uma equipa, a responsabilidade de um Grupo daqueles? A questão é a mesma. Aceitei e estou sempre grato a quem me dá emprego. Sabia, ouvia, de algumas questões do lado de quem está na banca e é concorrente. O BPN fazia concorrência com taxas de juro mais elevadas e algumas questões em conheço. Li, ouvi, mas ouvi eu e mais não sei quantos...! Como sou grato a quem me dá emprego, na altura, o Sr. ex-Presidente deu-me emprego e eu, depois de ponderar, aceitei.

Isto foi à entrada, nada mais tenho a acrescentar, excepto algum paralelismo só para percebermos algumas coisas.

A minha saída coincidiu com razões pessoais, porque entendi que pessoalmente estava melhor fora do que dentro, apesar de, como digo, só saber o que sabia dentro do BPN, não tinha conhecimento de mais nada. Enfim, posso fazer um parêntesis e dizer «Soubesse eu... Se calhar, não tinha entrado; se calhar, tinha saído...» Mas isso é «se», é uma questão que se coloca.

Portanto, saí, porque decidi fazê-lo, argumentando razões pessoais e só mesmo razões pessoais. E tive uma conversa com o Sr. ex-Presidente, dizendo-lhe exactamente que me vinha embora, e não vale a pena falar de algumas questões sobre o fica, não fica... Não adianta, isso é factual. Como digo, é factual, porque, para além do resto, existe uma carta registada e

com aviso de recepção para o Banco de Portugal, dando conta da minha demissão.

Por que entrei e por que saí, tentei responder, mais não sei.

Banco Totta & Açores e Banco Português de Negócios, curiosamente, na altura em que estive no Banco Totta & Açores o risco de crédito era decidido, porque houve várias fases na banca e as coisas vão andando, pelos órgãos comerciais. Era colegial, mas o risco apenas opinava, dava opiniões.

Durante muito tempo, no Grupo Champalimaud, e mesmo na altura do Dr. Alípio Dias como presidente, e eu também fui director bancário na área comercial, no Porto, e posso dizê-lo, a responsabilidade do crédito era da área comercial. Também era assim no Totta.

No BPN, quando cheguei, a responsabilidade do crédito era da área comercial; eram eles que decidiam, apesar de opiniões, negativas, em alguns casos ou em muitos casos, da área do risco. Isto é, o risco influenciava, dizendo «não devem fazer», mas os poderes de crédito estava nas mãos dos senhores comerciais.

Esta questão foi mudando, e não vou fazer aqui qualquer alegoria, dizendo que fui que mudei. Não! As questões eram discutidas, foram mudando e o risco de crédito passou a ter poderes de crédito comigo lá, enfim, por decisão do conselho, não foi por decisão minha. Isto sucedeu não só no BPN mas também, já na parte final, como digo, nas instrumentais, mas não nos outros bancos. Por exemplo, no Banco Efisa não era, enfim... Era nas instrumentais a partir de algum escalão de risco.

Portanto, o risco de crédito no BPN passou a exercer funções e também a ter poderes delegados. Isto é, se eu dissesse que não e o

comercial dissesse que sim, iria subir e a questão ia-se decidir nos escalões acima.

Portanto, naquela altura, confesso, as questões eram relativamente semelhantes. Com a entrada do Santander, dado que era uma multinacional, eu ainda me apercebi que, de facto, os comerciais deixaram de ter poderes e os poderes passaram todos para a área de risco, tal como acontece noutros bancos da praça, e, agora, mais do que nunca, porque não há grandes hipóteses, apesar de, mesmo assim, se calhar, contrariando algumas decisões do risco, alguns bancos, e não só o BPN, decidiram contrariamente àquilo que dizia o risco. O BPN também o fez, certamente, e com algumas dessas decisões eu não concordei, como é óbvio, e disse-o. Portanto, havia estas questões.

As actas das reuniões eu assinava. No Grupo Totta eu assinava as actas.

Em relação aos accionistas, o Totta, na altura, tinha um accionista de referência. O Sr. António Champalimaud ou o Luís Champalimaud era o accionista de referência, era o patrão, como as pessoas lhe chamavam. Antes disso, havia aquela questão, que, depois, foi ultrapassada, com o Banesto, etc., mas isso era no tempo do Dr. Alípio Dias, no qual eu fui apenas director.

Em relação aos accionistas do Grupo, de facto, eu notei, quando cheguei, a complexidade do Grupo. O BPN era um Grupo — agora já não é, é só um banco — complexo. O Banco Português de Negócios era uma pequena parte do que acontecia, de forma que aquele Grupo existia e reportava ao Banco de Portugal. Deve haver também grupos financeiros estruturados desta forma. Como é que nasceram? Quem é que permitiu

isso? Não sei, não posso responder. Mas o que é facto é que era difícil saber quem eram os accionistas e quem não eram.

Aliás, respondendo àquela questão que me colocou, houve, de facto, passado algum tempo de eu ter entrado, talvez em Outubro, talvez em Setembro, não sei, uma reunião difícil com o Dr. António Marta, sobre a qual ponderei seriamente, em que a questão fundamental e nuclear era, entre outras, as relações accionistas/banco, isto é, a opacidade dos accionistas. Isso foi, de facto, questionado fortemente pelo Dr. António Marta e foi-lhe respondido que ia ser feita uma clarificação.

Do ponto de vista técnico, eu, na altura, pensei que estava tudo a correr normalmente, mas, pelos vistos, havia ali uns trabalhos que foram feitos, mas isso eu também não conheço. Sei que havia cartas do Banco de Portugal que eram respondidas dando conta dos avanços em relação à clarificação da estrutura accionista do BPN. Essa era, de facto — e penso que ainda é — uma questão difícil e complexa.

De facto, o Sr. ex-Vice-Presidente do Banco de Portugal António Marta questionou profundamente o Sr. ex-Presidente, na presença do conselho de administração da altura. Eu não sabia bem para o que ia e fiquei a perceber o que é que se estava a passar e também comecei a saber das cartas — de algumas, penso — que iam sendo respondidas, por forma a conseguir-se esclarecer as situações.

Análises de crédito. Todas as operações do banco que me apareciam eram... Eu não conhecia — e agora sei disso exactamente, pelo que vejo — quais eram as empresas que eram de facto, *tout court*, empresas do banco ou, se quiser, do Grupo SLN e aquelas que teriam testas-de-ferro, como tenho lido agora, mas isso é do conhecimento que eu tenho pela imprensa.

As operações de crédito eram analisadas da mesma forma, admitindo eu que, como em todo o lado, ninguém é completamente isento e, se calhar, de vez em quando, via-se aquilo com outros olhos numa ou noutra situação, provavelmente tendo em conta os superiores interesses do Grupo. Agora, isso, se aconteceu, era a excepção, pois a regra era o rigor das decisões de crédito. Como digo, o risco de crédito e eu próprio tínhamos os poderes que tínhamos, que eram, naturalmente, limitados.

A recuperação de crédito, contrariamente àquilo que eu penso desde sempre, questioneei isso e estava à espera que as coisas se resolvessem de forma diferente, não era feita, de facto, na Direcção de Análise de Risco, era feita na Direcção Jurídica, que tinha uma área própria para a avaliação de crédito. Portanto, não era feita na Direcção de Análise de Risco.

Não sei se houve alguma pergunta que me escapou.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr.ª Presidente, se me permite, gostaria de clarificar aqui uma questão.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sobre a análise de risco não fiquei muito esclarecido.

Pela forma como o Sr. Dr. respondeu, toda a análise de risco passava por si. Isto é: fossem clientes normais, fossem accionistas, fossem empresas do Grupo todos eram sujeitas à mesma análise de risco. O que lhe pergunto é: nessas diferentes análises de risco ocorreram situações

em que tivesse feito uma análise de risco negativa, que subisse para administração e que, depois, a operação viesse a ser aprovada?

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Fala a minha experiência: algumas operações que tinham parecer desfavorável ou negativo foram aprovadas no conselho de administração.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Então, para o Sr. Dr., já não foi uma surpresa quando foi chamado ao Banco de Portugal e lhe foram colocadas essas questões menos claras entre accionistas e o próprio banco? Não houve surpresa, então, para o Sr. Dr.?

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Começamos a responder mano-a-mano.

Claro que houve surpresa. A surpresa foi enorme, porque — e volto a responder-lhe desta forma — eu era só administrador do banco, não conhecia a dimensão das empresas do Grupo, conhecia apenas algumas, e as análises de risco eram feitas da mesma forma, admitindo eu, só para não ser, enfim, o Deus na terra, que uma ou outra situação tenha sido analisada com alguma benevolência, embora as análises de risco fossem estritamente ligadas ao risco.

Há uma questão que convém esclarecer aqui: isto é como administrador, porque a Direcção de Risco de Crédito, durante alguns meses, não teve poderes de crédito, só passaram a existir depois.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, está satisfeito?

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sim, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Boa tarde, Sr.ª Presidente e Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva.

Gostaria de lhe colocar algumas questões.

Um antigo administrador do Grupo SLN/BPN disse-nos aqui que diversos administradores tinham feito levantamentos em numerário, que se acrescentavam às suas remunerações contratadas, às suas remunerações mensais.

Gostava de saber se o Sr. Dr. teve ocasião de tomar conhecimento desta realidade. Apenas a título de informação, dir-lhe-ei, caso o Sr. Dr. não conheça, que, entre 2002 e 2007, há, pelo menos, 52 registos desses levantamentos, num valor que ultrapassa aos 4 milhões de euros. Como foram tantos, é provável que o Sr. Dr. tenha tomado conhecimento, e é isso que quero que nos diga.

Depois, gostava também de lhe perguntar se alguma vez se confrontou com contas, relatórios, auditorias e balanços cuja versão final tenha sofrido alterações promovidas por outros administradores, por directores ou pelo próprio presidente Dr. José Oliveira Costa.

Em terceiro lugar, gostaria de lhe perguntar a que é que permitia aceder, em concreto, o acesso de que dispunha aos sistema informático e às plataformas informáticas do banco, na exacta medida em que sobre esta questão também já ouvimos relatos diferentes, nuns casos o sistema parecia ao dispor de uma criança e noutros o sistema era mais sofisticado,

estava compartimentado e não era universal. Portanto, gostaria de saber qual é o seu conhecimento e a sua experiência em relação a esta realidade.

Eu percebi por que é que achava que a Fincor devia encerrar, percebi a sua explicação. Mas porque é que não encerrou? Qual era a razão que levava alguns outros administradores do Grupo, penso eu, a desejar manter a Fincor em funcionamento?

Gostava ainda de lhe perguntar se, na sua opinião, a existência do Banco Insular era generalizadamente conhecida nos quadros do banco, como administradores, directores e outras pessoas que protagonizavam a gestão diária do banco. Gostava que me responde a esta questão.

Por último, o conselho de administração, a que o Sr. Dr. pertenceu, teve com o Vice-Governador do Banco de Portugal Dr. António Marta uma reunião, na qual foi expresso um conjunto de preocupações, que, seguramente, como nos acabou de dizer, o deixaram a si, de alguma forma, preocupado — aliás, esta reunião, creio eu, decorreu com a presença de todos os administradores ou, pelo menos, de quase todos, pois poderá ter havido um ou outro que, por qualquer razão, não tenha estado presente.

Ora, se o ambiente da reunião foi esse, de preocupação e até, se calhar, de alguma inquietação relativamente à situação do banco, como é que se compreende que, depois, nas reuniões seguintes do conselho de administração do BPN, esses assuntos que lá foram tratados não tenham tido discussão, debate e reflexão? Esta é uma dúvida que tenho há muito tempo. Não compreendo isto.

Já vários outros administradores do banco nos falaram nessa reunião, no ambiente em que ela decorreu e nas preocupações com que

saíram dela, mas eu não compreendo como é que, depois, essas preocupações não se traduziram numa discussão concreta dos problemas do banco e, sobretudo, dos problemas que o Banco de Portugal tinha colocado ao longo dessa reunião.

Creio que eram estas as perguntas que tinha para lhe fazer.

Não! Falta-me uma pergunta que não quero deixar de lhe fazer: disse-nos que o Eng. Francisco Sanches era secretário do conselho de administração, mas eu gostava de lhe perguntar que outras funções, além dessas, desempenhava o Eng.^o Francisco Sanches ou, de outra forma, que funções e competências estavam atribuídas a esse cargo de secretário do conselho de administração.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Se calhar, vou também começar pelo fim e deixava o dinheiro para o final.

Francisco Sanches era secretário do conselho de administração do BPN e era nessa qualidade que ele assistia às reuniões. Ele tinha outra função: era administrador da SLN, não sei se desde sempre ou se a partir de certa altura - isso não lhe posso garantir -, mas ele era administrador da SLN. Acho que não o era, na altura em que eu entrei.

Era, de facto, uma pessoa simpática, cordata, era um homem da confiança do Sr. ex-Presidente. Portanto, ele era secretário da administração; era também secretário, estava junto do Sr. Presidente, mesmo em termos físicos, num gabinete perto; e também era (acabou, quando eu saí) administrador da SLN — conjuntamente, salvo erro, com o

Sr. Luís Caprichoso, o Mestre Dr. Luís Caprichoso, o presidente do banco e já não me recordo de quem mais... Portanto, as funções do Sanches eram estas.

Relativamente à reunião com a administração, que, pelos vistos, foi em Outubro, já não me lembro muito bem. A questão, de facto, foi tratada, depois, nas reuniões seguintes, sempre que possível e algumas vezes, logo que havia cartas do Banco de Portugal a responder; era questionado o conselho e o Sr. Presidente, em particular, muitas vezes, sobre como é que estava a resposta às cartas que o Banco de Portugal foi dirigindo, e dirigiu, ao BPN no sentido de resolver as questões que tinham sido levantadas lá. E, portanto, não houve silêncio na administração ou, se quiser, da parte dos administradores (vão incluir-me aí, não é?).

As questões foram levantadas e ia-se perguntando como é que estavam os vários casos dos tais accionistas — porque a questão era essa — que, na opinião do Banco de Portugal, eram accionistas e que, na opinião do BPN, não eram accionistas. Por essas razões e por outras, o Banco de Portugal decidiu aumentar o rácio de solvabilidade ao BPN e procurou saber. Eu posso dizer que, pelo menos, em dois casos, as questões em resposta ao Banco de Portugal foram resolvidas, isto é, pelo menos, formalmente resolvidas.

Não sei se... Não estou aqui a pôr nada em causa, nem nenhuma dúvida, mas que foram formalmente resolvidas foram. Porque o Banco de Portugal deu um período (não sei se de um ano ou de meio ano) de, salvo erro, um ano, para se resolver uma série de questões. Entre elas, uma grande parte dessas questões, como eu disse, tinham a ver com a complexidade dos accionistas, a sua estrutura, e alguns casos em que o Banco de Portugal admitia que estava a ser feito um crédito a um

accionista e em que o BPN dizia que ele não era accionista. E o Banco de Portugal, unilateralmente, em alguns casos, disse: é accionista. Agora, se quiserem admitir que é o que não é... E, portanto, ou resolvem esse problema ou nós aumentamos o rácio de solvabilidade na medida exacta dos créditos que estão aqui em funcionamento. Portanto, a minha resposta não é que houve silêncio, é que foram tratadas.

Se me pergunta se as questões foram tratadas com uma acuidade muito grande: não foram.

O ex-presidente do banco, muitas vezes a pedido, outras vezes de *motu proprio*, ia dando conta da evolução dessa questão. Lembro-me... Não sei se a Comissão já teve a ocasião de ouvir o Sr. Dr. Mestre Luís Caprichoso. O Sr. Luís Caprichoso esteve lá e era de opinião que o Banco de Portugal não tinha razão mas, enfim!... O que lhe foi respondido é que ele não era administrador do banco e o banco era o «pulmão», o «coração», no fundo — como se viu —, de todo aquele grupo.

Portanto, as questões eram resolvidas de tal maneira que apareceu lá um administrador da SLN para responder a algumas questões.

Se foram todos tratados, se foi possível fazer mais da minha parte: como eu sou responsável e sinto sempre essa responsabilidade, sinto que podia ter feito mais. Mas, enfim!... Ninguém faz aquilo que, se calhar, consegue fazer. E como eu também não sou o «Deus na terra» nem tenho a mania de que sou o melhor do mundo, fiz o que pude. E, quando não pude, por questões pessoais, saí.

Aparte inaudível por não ter falado para o microfone.

Essa é outra questão que me coloca. Por que é que... Bom, são questões pessoais. São questões minhas e não tenho muito a dizer.

Sobre o Banco Insular a minha resposta — penso que é a quarta ou a quinta vez — é a seguinte: não sei nada do Banco Insular. Só tenho conhecimento do Banco Insular, a partir da altura em que estas questões foram resolvidas. Do Banco Insular não sei rigorosamente nada. Não posso saber nada, não sei de nada.

Sobre a Fincor, por que é que a Fincor não encerrou. Porque havia no conselho e, sobretudo, na opinião do Sr. Presidente, o entendimento de que aquele não era o momento de encerrar, porque a Fincor tinha algumas potencialidades, provavelmente... Enfim, era a opinião dele e a opinião das pessoas.

A Fincor era quase um *franchising* (havia lojas da Fincor), onde havia dificuldades de controlo do risco operacional, se quiserem. Isso foi posto várias vezes em questão e, como as questões não foram resolvidas, eu, na altura demiti-me das funções, dizendo qual era a minha opinião. E isso foi pacífico, não houve problema algum sobre essa questão. Eu saí tranquilamente da Fincor, não houve questões. Eu é que não queria permanecer naquelas condições. Foi decidido continuar porque havia outros interesses mais altos que se levantavam... E eu, aí, nada posso fazer a não ser dizer: «Então eu, nessa empresa, não fico!».

Em relação ao acesso informático: o BPN tinha, e penso que tem, uma coisa interessante, que é... Ou por onde fluíam e foram feitas por pessoas de muitas competências... Porque no BPN havia, e há, gente de muita competência que eu encontrei, em comparação também com outros bancos, de muita competência mesmo, e havia... As operações de crédito eram digitalizadas e apareciam no ecrã, funcionavam muito bem,

fluíam normalmente; havia, de facto, um sistema que não era de papéis; quando eu saí de lá, não existiam papéis para as decisões. A decisão era tomada informaticamente.

Quanto ao acesso, o acesso era limitado. Posso é falar-lhe daquilo a que eu tinha acesso. Por exemplo, eu não tinha acesso ao BPN Cayman; se eu quisesse ver (e tentei ver uma vez ou duas) contas do BPN Cayman, por questões de decisão, eu não tinha acesso, tive de pedi-lo.

E, portanto, esse acesso estava limitado às várias áreas. Eu tinha acesso ao BPN; havia outro tipo de pessoas que tinham acesso a outras áreas de decisão. Eu não só tinha o BPN, não conseguia... Mas havia acesso, não era «à balda», não me pareceu, nunca vi. Era um acesso limitado, restringido. Nem todas as pessoas entravam por ali dentro e tinham os seus limites no acesso.

Relativamente às contas, relatórios, auditorias, balanços alterados: confesso-lhe que os balanços eram vistos, analisados, etc., pelos auditores internos, pelos auditores externos... Portanto, confesso-lhe, sou economista; acho que sei um pouco, ou sabia, de contabilidade bancária, e nunca detectei nada no banco que me levasse a dizer que havia qualquer coisa que não funcionava.

Eu acho (acho, apenas, não tenho a certeza de nada), apenas, que só com a agregação das várias empresas até ao cume da pirâmide é que se poderia ver se havia algum desfasamento no banco. Eu não reparei em nada, não soube de alguma alteração; na altura em que eu lá estava isso não aconteceu.

Finalmente — na minha opinião, estou ao dispor —, antigos administradores que recebiam as remunerações em numerário. A minha resposta é muito directa: eu não recebia nenhuma remuneração, para

além daquela que me era estritamente devida. Nenhuma! E não sei se alguém recebia alguma coisa desse tipo.

Este meu «não saber» significa apenas o seguinte: saber, em minha opinião, é poder provar, é ter elementos; eu não tenho nada que possa provar. Só tenho uma coisa aqui que é importante dizer: eu não recebia nada, a não ser o meu ordenado, que era pago na altura e devidamente carregado, descontando tudo o que tinham a descontar. Portanto, eu não recebi — nunca! — nenhum tostão, vamos dizer a palavra, por fora. Sobre isso, tem de questionar outras pessoas, eu não tenho nada a ver com isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, desculpe, mas o Sr. Deputado João Semedo ia pedir, penso, um esclarecimento adicional a alguma pergunta não respondida.

Faça favor, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — É isso, exactamente, Sr.^a Presidente.

Sr. Dr. são só duas ou três precisões, sendo uma delas sobre os accionistas. Tanto quanto sei, a maior parte dos bancos divulga a lista dos seus accionistas, ela é pública.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Não ouvi, desculpe! A culpa é minha!

O Sr. João Semedo (BE): — A culpa nunca é só de um, é sempre dos dois!

Risos.

O que eu estava a dizer era o seguinte, Sr. Dr.: os accionistas de um banco são conhecidos, são públicos; os bancos publicam a relação dos accionistas.

Claro que aqui há uma situação diferente, porque se trata de saber quem são os accionistas da SLN e não propriamente os accionistas do BPN, porque os do BPN sabe-se quem são: é a sociedade.

Mas isto, o não se conhecer este mistério em torno dos accionistas da SLN transforma uma sociedade financeira... Ou, enfim, faz-nos pensar que uma sociedade financeira parece mais uma seita do que uma sociedade financeira. Como é que o Sr. Dr. entende isto? Porque, claro, poderá responder-me, como já algumas pessoas responderam: «Ah, isso é o desejo dos accionistas.» Bom, não sei se é o desejo dos accionistas, se não é mas, quero dizer: parece-me estranho que um grupo que tem uma tão grande actividade comercial, tão grande presença no mercado financeiro, digamos, que os seus accionistas não sejam, de facto, conhecidos. Isso é uma coisa que, a mim, me deixa bastante perplexo e, até de acordo com a experiência profissional que tem, gostaria de ouvir a sua opinião.

A minha segunda questão é o seguinte: eu queria precisar que, quando fiz a pergunta sobre os levantamentos, eu estava longe de imaginar nem queria que imaginasse que a pergunta lhe era minimamente dirigida. Mas ainda lhe peço a seguinte precisão: o Sr. Dr. respondeu que

não sabe porque nós para afirmarmos que sabemos ou que conhecemos, temos de conseguir documentar a informação que prestamos. Ora, a minha pergunta é muito clara e muito simples: Mas ouviu falar nisso?

A Sr.^a Presidente: — Faça favor, Sr. Dr., tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Relativamente aos accionistas: a estrutura dos accionistas — eu volto a dizer-lhe, se calhar, repetindo-me — era complexa e este era o problema — grande! — do supervisor, Banco de Portugal. Este era o problema do Banco de Portugal, fundamentalmente. Quem eram os accionistas referência da SLN (não do BPN, que esse sabia-se)? Esse era um problema do Banco de Portugal. Essa questão é, penso eu, a questão decisiva, desde sempre!

É claro que conheci accionistas da SLN! Faziam parte do conselho superior. Mas havia outros, não é?... E, portanto, a questão era a de saber quem dominava... Inclusivamente, como sabem, penso, o Sr. ex-Presidente era accionista da SLN através da... Portanto, havia uma complexidade e eu confesso que era uma questão, naturalmente, que se me colocava, a mim, e era uma questão que estava, pelo menos teórica e formalmente, no espírito do próprio ex-presidente, de clarificar o mais possível para que o Banco de Portugal deixasse de ter uma acção tão incisiva — isso posso dizer — sobre o BPN, porque estavam lá sempre metidos. Agora, se a resolveram ou não, não sei.

Portanto, conheci alguns accionistas de referência. Alguns deles accionistas de qualidade, até, tanto quanto conheço, comercialmente falando. Mas, de facto, o problema era o de saber quais eram os

accionistas de referência, aqueles que detinham, de facto, o poder do banco e isso nunca se conseguiu clarificar, tal como, depois, se veio a ver, aquando da saída do Dr. José Oliveira e Costa e da chegada do Dr. Miguel Cadilhe onde isso foi de facto um forte braço-de-ferro.

Em relação ao dinheiro, eu não tenho dúvidas de que o Sr. Deputado não quis fazer uma pergunta directa, eu é que quis responder desta forma, e quero dizê-lo desta forma outra vez. Eu sei, vi na televisão (a reunião foi televisionada e eu ouvi), que o Sr. Meira Fernandes fez uma afirmação aqui, dizendo que alguns administradores receberiam dinheiro. O que aqui estou a dizer, e estou a fazê-lo de propósito, é: eu não!

Mais: era bom — e é claro que estas coisas aqui não são para ficar só entre nós — que a Procuradoria-Geral da República interrogasse o Sr. Meira Fernandes e lhe perguntasse quem são os que recebem ou, se quiser, aqueles que não recebem, porque eu não recebi.

Indo um pouco mais longe, porque me apetece, assinaria qualquer documento para pôr as minhas contas bancárias à disposição da Procuradoria-Geral da República, à disposição de toda a gente, para verem se eu recebia ou não algum dinheiro.

Portanto, a isto respondo: eu não recebia! Os outros não sei, e o «não sei» tem a ver com essa questão do saber, e o «saber» é difícil de explicar.

A Sr.^a Presidente: — Para colocar mais algumas questões, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ouvi o Sr. Dr. Dizer, com muita insistência, que desconhecia o Banco Insular.

Pergunto: o Sr. Dr., em Dezembro de 2001, ainda desempenhava funções na Fincor?

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Em Dezembro de 2001, ainda eu não existia lá.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não existia?!

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Eu não! Só em 2003.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só em 2003.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Em Junho.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr., quando assumiu funções, em Junho, teve conhecimento do historial da Fincor a propósito daquilo que eram os negócios da empresa, os financiamentos prestados a favor dela, ou não?

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Da Fincor, aquilo que sei e soube é que era uma sociedade correctora, à semelhança do que existia noutros bancos e que, entretanto, foram acabando, e que fazia corretagem. Nunca tive conhecimento – nunca! – do historial da Fincor em termos daquilo que... Há coisas que eu sei agora, leio nos jornais. Não sei se é ou não verdade, porque, nestas coisas, a verdade dos jornais pode não ser a verdade. Não estou a criticar ninguém, mas...

Agora, eu, da Fincor, o que sabia é que estive numa empresa que era uma sociedade correctora. De resto, ninguém me disse nada sobre as actividades anteriores, a forma como a Fincor foi adquirida, por que foi adquirida pelo BPN, que empresas é que a Fincor levou com ela... Isto, em 2003, comigo, não existia.

A Fincor era uma correctora, que, por acaso, tinha uma forma peculiar de fazer corretagem, eram as lojas Fincor, que eram *franchising*, e estas questões tinham riscos de operações que tinham de ser devidamente ponderadas.

Sobre o Banco Insular, respondi várias vezes, porque, como este é um assunto importante e como estou aqui para dizer a verdade, do Banco Insular não soube rigorosamente nada, até se começar a saber...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu só fiz a pergunta, Sr. Dr., porque em 2001 já havia transferências para a Fincor, vindas do Banco Insular, e, inclusivamente, pagamentos directos da Insular Holding, que, como o Sr. Dr. Sabe, acaba por deter, numa primeira fase, o Banco Insular.

Daí a pergunta, como se percebe, ser pertinente e o Sr. Dr. representa uma empresa que recebeu do Banco Insular quantias. Se desconhece essas transferências tudo bem, são de dois anos anteriores, pelo menos, ao momento em que o Sr. Dr. exerceu funções, mas que foram feitas, foram.

O Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva: — Como digo, a minha resposta é só esta, porque, de facto, não tinha conhecimento nenhum.

A Sr.^a Presidente: — Como não tenho mais inscrições, vou dar por terminada esta audição, agradecendo ao Sr. Dr. Pinto da Silva as informações que deu a esta Comissão e, como habitualmente, vou acompanhá-lo até à saída da sala.

Pausa.

Srs. Deputados, gostaria de abordar alguns assuntos importantes para o andamento dos trabalhos da Comissão antes da próxima audição, que é às 18 horas, a não ser que os Srs. Deputados queiram fazer apenas uma reunião de coordenadores, para o que também estou disponível.

Srs. Deputados, passo às informações. Em primeiro lugar, o Professor Nuno Pizarra está a elaborar o parecer e, penso, em breve o disponibilizará à Comissão. Mesmo antes da aceitação formal, o Sr. Professor já estava a trabalhar, penso que isso é importante.

Em segundo lugar, relativamente ao convite para o Sr. Dr. Victor Castro Nunes, advogado, vir a esta Comissão, quero dizer que ele invoca o segredo profissional e, portanto... Vou dar-vos conhecimento destas cartas, uma vez que vos tinha pedido para me darem a indicação da lista final das pessoas, cuja audição ainda era necessária, e que ainda não recebi, mas imagino que esteja a ser elaborada prestimosamente.

Também recebi uma carta da advogada do Sr. Dr. Luís Caprichoso, dizendo que o Sr. Dr. foi constituído arguido num processo de contra-ordenação e que, portanto, está impedido de responder a perguntas feitas por qualquer entidade sobre os factos que lhe são imputados e sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar.

A advogada transmite que, como o inquérito parlamentar tem por objecto os mesmos factos e situações que integram o objecto do identificado processo de contra-ordenacional, o exponente manifesta, desde já, pretender, no âmbito do presente inquérito parlamentar, exercer o direito ao silêncio, ou seja, o direito a não responder a qualquer pergunta sobre os factos praticados ou ocorridos durante o exercício das funções de administrador do Grupo SLN.

Portanto, estas eram as informações que eu queria dar aos Srs. Deputados para que, depois, me habilitem, com a vossa decisão, à manutenção, ou não, destas audições para a adequada programação dos nossos trabalhos.

Como ninguém se inscreve para usar da palavra, peço-vos para reflectirem sobre o assunto e, depois, me transmitirem o resultado.

Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo até às 18 horas, que é a hora para que está marcada a nossa próxima audição, e peço-vos, desde já, que estejam um pouco antes para podermos começar a horas.

Está suspensa a reunião.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados, declaro reaberta a reunião.

Eram 18 horas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, como pedi há pouco, solicito que a audição seja pergunta/resposta.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, peço-lhe que seja muito parcimonioso na utilização do tempo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, eu vou ser parcimonioso nas questões...

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.ª Presidente, tudo bem que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo possa fazer as perguntas directas, temos é que ter algum benefício nisso. Ou seja, se, pela pergunta directa, o Sr. Deputado levar uma hora no interrogatório, é evidente que me oponho, porque a regra é a de fazer todas as perguntas, como sempre temos feito.

Se isso trazer uma vantagem ao funcionamento da Comissão e do nosso trabalho, claro que sim, quanto mais melhor, mas tem de trazer alguma eficácia, ou seja uma poupança de tempo. Se o Sr. Deputado se entusiasma e fica uma hora a fazer perguntas, ninguém tira proveito disso e, portanto, agradecia que... Esta é a minha opinião.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, posso...?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, eu, de facto, só muito excepcionalmente é que pedi a audição na base de

pergunta/resposta. Muito excepcionalmente, e penso que todas essas vezes, pelos resultados do que foi dito, foi amplamente justificado.

Bom, eu não tenho dons premonitórios, não posso garantir que o que o Sr. Professor Francisco Comprido vai dizer, de repente, esclareça tudo e mais alguma coisa, mas há fortes probabilidades de esclarecer alguns aspectos importantes.

E eu, nas perguntas, serei parcimonioso, breve, porém se o Sr. Professor quiser usar do tempo e de muito tempo para responder, aí já não é culpa minha. Não me culpabilizem se, por acaso, o Dr. Francisco Comprido quiser usar do tempo que muito bem entenda para responder.

A Sr.^a Presidente: — Eu também vou pedir ao Sr. Professor para ser muito sucinto, o mais sucinto possível nas respostas.

Srs. Deputados, vou buscar o Sr. Professor.

Pausa.

Em nome dos Srs. Deputados que integram a Comissão de Inquérito, dou as boas-vindas ao Sr. Professor Francisco Comprido e vamos organizar esta reunião nos termos acordados.

Peço ao Sr. Professor uma rapidíssima incursão curricular, só para situar os Srs. Deputados, e, depois, a formulação das questões inicia-se com o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, do CDS-PP, e será de pergunta/resposta. Peço, desde já, parcimónia na utilização do tempo.

Tem, então, a palavra o Sr. Professor Francisco Comprido.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido (ex-Administrador do BPN): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todos muito boa tarde.

Em termos de *curriculum*, é uma mistura de *curriculum* académico e de *curriculum* bancário.

Sou licenciado em Economia, em Portugal. Estudei Matemática na Faculdade de Ciências de Paris e doutorei-me em Economia nos Estados Unidos.

Tive cerca de 20 anos nas praças de Nova Iorque e Londres, na banca estrangeira, e regresssei a Portugal há cerca de 10 anos, para ser o administrador financeiro, responsável pelos quatro bancos de um grande grupo nacional na altura, isto entre Julho de 2000 e o final de 2003.

Nessa altura, era unicamente uma situação de assessoria, mas, passados uns dois ou três meses, o presidente do banco pediu-me para aceitar ser administrador e eu aceitei servir o mandato até Dezembro de 2003.

Enquanto administrador do banco, tinha sob a minha responsabilidade as áreas financeiras internacionais e, ainda, a consultoria económico-financeira para pequenas e médias empresas.

Quanto à parte curricular, inicialmente, fui professor de Economia e, ultimamente, tenho sido professor de mercados financeiros em várias universidades, sobretudo, nos tempos mais recentes, no Reino Unido e, agora, em Portugal.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Prof.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Prof., começo por lhe pedir para precisar o *curriculum* daquilo que é público e que tem centrado muito o trabalho desta Comissão.

Em boa verdade, não percebi a data concreta em que o Sr. Prof. desempenhou funções no BPN. Gostava também que o Sr. Prof. precisasse as funções que exerceu, por exemplo, no Excellence Assets Fund, que não referiu na apresentação curricular que fez, e se também desempenhou funções noutras instituições, sejam elas veículos, sejam outras empresas do universo SLN ou de fora dele.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Como administrador do Banco Português de Negócios, SA, não lhe posso precisar se o início da minha actividade foi em Setembro ou em Outubro de 2002. Mas o fim da minha actividade, a minha saída efectiva, teve lugar em Dezembro de 2003.

Quanto a outras datas, eu não lhe vou poder precisar, porque não me recordo, mas são períodos não superiores a seis meses, acho eu. Fui administrador do Banco Efisa durante cerca de seis meses, fui administrador da Sociedade Corretora durante cerca de dois ou três meses e fui, penso que durante um tempo mais prolongado, eu diria seis a sete meses, administrador da Sociedade Gestora de Fundos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E da Imofundos?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não! Da Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — BPN Fundos!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sim BPN Fundos. Muito obrigado.

Quanto a títulos, fui presidente do fundo que está ou esteve sediado no Luxemburgo, não lhe posso precisar as datas, mas diria entre 2001/2002 e até 2002 ou 2003. Deve ter sido durante cerca de um ano e meio. Não lhe posso precisar se fui o presidente do fundo desde o início, mas posso precisar-lhe que presidi à sua liquidação. Tenho quase a certeza de que estava à frente do fundo desde o início, mas não posso precisar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, Sr. Prof., hoje vamos tentar perceber, de uma vez por todas, uma vez que o Sr. Prof. era o *Chairman* ou o primeiro responsável deste Excellence Assets Fund, que sabemos que tem importância decisiva nos negócios de Porto Rico, porque foi detentora do capital da empresa Biometrics.

Peço, por isso, ao Sr. Prof. que comece por esclarecer o valor real da venda da Biometrics, porque o Dr. Coutinho Rebelo, na audição que aqui nos concedeu, confessou, numa novidade que deu à Comissão, que, afinal, o Excellence Assets Fund vendeu a Biometrics Imagineering por 35 milhões de dólares. Ora, sucede que nas contas do Grupo SLN a venda está registada por um dólar. Porque o Sr. Prof. era o responsável primeiro do Excellence Assets Fund, a primeira pergunta que lhe faço é esta: por quanto é que foi vendida a empresa?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, o valor exacto do fundo não lhe posso dar.

Agora, há uma coisa que lhe posso garantir, é que o valor por que as unidades de participação do fundo foram vendidas foi igual ao valor por que foram compradas. Falou-me agora num número de 35 milhões, que eu não discuto; agora, o que sei é que esse fundo não registou qualquer menos-valia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, o Sr. Dr. assume perante esta Comissão que o valor de um dólar de venda da Biometrics constante nas contas do Grupo SLN é um valor falso, não corresponde à realidade?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, eu volto a dizer aquilo que disse: o que sei... Está a falar-me das contas da SLN e eu era administrador do Banco Português de Negócios, portanto da SLN não sei nada, sei apenas do fundo. O valor da venda das unidades de participação do fundo foi igual ao valor da compra. Não foi registada qualquer menos-valia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O valor da compra não foi um dólar, pois não, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não foi.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estamos a falar, certamente, de milhões de dólares, não é assim?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Naturalmente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, fica dada a resposta: não poderá ter sido um dólar. Se o valor da compra foi de milhões de dólares, o valor da venda...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ah, o valor da venda... Mas eu estou a dizer-lhe: não foi registada — sou até mais preciso — nenhuma menos-valia nem qualquer mais-valia substancial. Eu, agora, não tenho de memória disso, mas acho que os activos do fundo estavam em dólares e o valor do fundo era cotado em euros e, por causa da variação cambial, terá havido uma variação qualquer, mas insignificante.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. Coutinho Rebelo disse, a este propósito, que até teriam conseguido lucro, tendo em conta essa variação cambial.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu não chamo a isso lucro, eu chamo uma variação positiva do valor, mas que não é atribuída ao valor do activo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., e a quem vendeu a Biometrics?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Peço desculpa...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A quem vendeu a Biometrics?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Isso eu não tenho conhecimento, não sei a quem foi vendida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., se diz que vendeu...

Bom, só para tentarmos perceber, naturalmente, se o Sr. Prof. assume aqui que a Biometrics foi vendida pelo valor correspondente à sua aquisição, presume-se que saiba a quem foi vendida, de outra forma como é que poderia testemunhar sobre o preço?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, justifica-se por uma razão muito simples: porque a minha preocupação enquanto presidente daquele fundo, naquelas circunstâncias, era poder assegurar que não existiam menos-valias no valor do fundo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ponho a questão de outra forma, Sr. Prof.: de quem recebeu o preço?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, neste momento não me recordo. Eu não lhe quero dizer que não sei, porque é uma expressão de que não gosto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., vai-me perdoar a insistência. Nós estamos a falar de 35 milhões de euros, não estamos a falar nem de 10, nem de 20, nem de 30, nem de 50 nem de 1000 euros...

Estamos no início desta inquirição e, de facto, confesso-lhe que consideraria muito estranho que alguém com o currículo que o Sr. Prof. tem, justificado numa vida académica e profissional que aqui nos revelou, não se lembrasse de um negócio de 35 milhões de euros dos tempos em que foi administrador do Excellence Assets Fund, sabendo também a importância desse fundo naquilo que esta Comissão avalia.

O Dr. António Coutinho Rebelo que, como o Sr. Prof. sabe, desempenhava funções igualmente nesse conselho de administração ou, enfim, na gestão do fundo, disse-nos o seguinte: «Efectivamente, o fundo procedeu à venda, a 19 de Março de 2003, e foi por este valor de 35 milhões. Recebeu o preço e, inclusivamente, até registou um ganho, porque o fundo vendeu as acções pelo mesmo preço por que as tinha comprado, portanto pelo custo de aquisição, mas registou um ganho por força das variações cambiais entre o dólar e o euro».

Portanto, nós vamos à minúcia de nos recordarmos da variação cambial e não conhecemos o principal do negócio, que é a quem se vende, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, eu explico-lhe, é muito simples: quem faz muitas transacções na vida recorda-se bem das coisas que lhe correram mal. Quando chega a uma determinada altura e a transacção fechou e correu bem, praticamente fechou a memória relativamente a essa transacção.

A referência que eu lhe fiz às variações cambiais foi precisamente porque eu tive oportunidade de ver algures a referência que o meu colega da administração fez a essa variação do câmbio final, que eu não me recordava, senão não lha teria feito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., então, vou tentar ajudá-lo: veja lá se não se terá tratado de um financiamento feito pelo BPN Cayman em favor de três sociedades — Delas Enterprises SA, Ileia Finance SA e Adler Associates Ltd —, sendo que o valor total do financiamento das entidades foi de 14 215 287 €, preço de financiamento transferido a favor do Excellence Assets Fund pela compra de 22 365 293 acções da Biometrics Imagineering. Não terá sido este o negócio?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado está a falar-me de nomes e esses nomes não me estão vindo à memória.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Prof., mas a informação que, suponho, foi dada ao Banco de Portugal — e, depois, se verá, se o Banco de Portugal nos fizer a gentileza de facultar os ofícios que lhe foram remetidos — é exactamente da venda a favor destas empresas da Biometrics Imagineering!

Ó Sr. Prof., eu não vou querer insistir muito, mas tenho a certeza de que vai ter várias insistências nesta Comissão acerca disto, porque, de facto...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas, com certeza!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., nós estamos a falar de 35 milhões de euros como preço de venda de uma empresa, que envolve, para além do mais, figuras públicas e reconhecidas...

Sr. Prof., como é que se faziam negócios no BPN? De repente, vende-se uma empresa por 35 milhões de euros e não se sabe a quem? Nem sequer tem uma ténue ideia? Pode ter sido o BPN Cayman? Pode ter sido a Adler?

O Sr. Prof. tentará convencer esta Comissão que era o responsável máximo do Excellence Assets Fund e que o vendeu por 35 milhões de euros, mas não sabe a quem. Tudo bem!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vamos ter de dar como boa a resposta.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado vai ter de fazer-me o favor, e eu agradecia-lhe se me pudesse mostrar os documentos que assinei, porque sei que os assinei todos, relativamente a essa venda. Dessa forma, eu saberei reconhecer os documentos e dir-lhe-ei imediatamente os nomes das instituições.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Professor, isso leva-me a outro ponto.

Eu podia mostrar-lhe imensos documentos, e até tenho vontade de o fazer, mas estou a tentar que, nesse esforço de memória que o Sr. Professor certamente fará, nos ajude de alguma forma.

É que, enfim, já ouvimos aqui os Srs. Drs. Dias Loureiro e Coutinho Rebelo. Estas duas pessoas já falaram, muito exaustivamente, desta venda e destes negócios de Porto Rico e sei que o Sr. Professor era o presidente

do fundo. O Sr. Professor diz que, certamente, se recordará. Então, digolhe que estão nesta Comissão os documentos que mostram a representação de quatro empresas, em 22 de Julho de 2002.

As empresas eram a NovaTech, a Excellence Assets Fund Ltd, a NewTech Strategic Holdings Ltd e a SLN, todas elas representadas pelo Dr. Dias Loureiro — e repito: em 22 de Julho de 2002. Este é o documento que titula a venda da Biometrics, sendo que, nesse acto de venda, o Excellence Assets Fund é representado pelo Dr. Dias Loureiro.

Ora, eu gostava que o Sr. Professor nos explicasse a que título é que, nesta data, o Dr. Dias Loureiro representou esse fundo de que o Sr. Professor era o primeiro responsável?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não consigo explicar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não consegue explicar?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não. Sou o presidente do fundo. Assinei todas as coisas relativamente a esse fundo.

Sr. Deputado, volto a recordar-lhe o que disse no início, quando me pediu informação mais detalhada sobre as minhas funções no Grupo: eu disse que era presidente de um fundo com esse nome, sediado no Luxemburgo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., então, vamos tentar perceber outra coisa, para ver se lá chegamos...

Quem é que, na qualidade de responsável do Fundo, notificava, enfim, os accionistas, quando tinha de o fazer?

Por exemplo, tenho aqui uma carta de 26 de Março de 2002, remetida pelo Sr. Prof., juntamente com o Dr. António Coutinho Rebelo, na qual refere um debate, promovido pelo Sr. Hector Hoyos, que terá sido muito estimulante, a propósito do que eram os produtos da Biometrics. Quem é que o Sr. Prof. notificava? Quem eram os accionistas que notificava?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, penso que existem registos, nos balanços do Grupo, da posse de unidades de participação deste fundo. Não me recordo de outros accionistas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. El-Assir?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Como accionista deste fundo?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, se me der um momento vou procurar aqui alguns documentos para não me enganar.

Pausa.

Vou dar um exemplo: este é assinado pelo Sr. Miguel Bérrios. Diz-lhe alguma coisa, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não diz?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Hector Hoyos — diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sim, sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Diz: «Caros accionistas, aceitando um convite de um dos nossos sócios, Sr. El-Assir, o nosso *Chairman* e Presidente, Sr. Hector Hoyos, decidiu mudar a reunião anual de accionistas da Biometrics Imagineering do dia 20 de Junho de 2002, na nossa sede, em San Juan, para o dia 25 de Junho de 2002, nas instalações do BPN, em Lisboa».

O Sr. Prof. certamente terá estado atento à audição que aqui tivemos com o Dr. Rebelo Coutinho, durante a qual tivemos oportunidade de ler-lhe a acta que resume aquela reunião na qual participaram, entre outros, o Sr. El-Assir, o Dr. Dias Loureiro – aliás, a dado passo, até terá havido um desentendimento e o Sr. Hector Hoyos terá saído alterado e terá sido o Dr. Dias Loureiro quem terá sido incumbido de voltar a contactá-lo, com vista a resolver os problemas que, depois, levariam à venda da Biometrics Imagineering.

Pergunto: o Sr. Prof. não se lembra de nada disto?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Dessa reunião?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não estive presente nessa reunião.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem esteve presente em representação do Excellence Assets Fund?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Estou a dizer-lhe, Sr. Deputado: eu não estive presente em nenhuma reunião com todas essas pessoas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., o Dr. Rebelo Coutinho não lhe reportava as deliberações, as reuniões, o que fosse, em que participasse em representação do Excellence Assets Fund?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Neste momento, não tenho presente esse *report* regular.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que estamos a falar dos momentos que levaram à decisão de vender a empresa.

Então, o Sr. Prof., por favor, explique a esta Comissão quais foram as circunstâncias que justificaram a venda da Biometrics, quais foram os contactos feitos que ajudaram a esse processo decisório da venda, quem participou nessas reuniões, enfim, tudo o que esclareça, para além da falta de memória que, certamente, só a passagem do tempo pode justificar, mas, enfim...

Independentemente disso, gostava muito de perceber como é que se decide vender uma empresa por 35 milhões de euros e se sabe tão

pouco... Portanto, pedia-lhe que fizesse esse esforço de memória, Sr. Prof. Ajude-nos: diga-nos com quem falou, quem falou com o Sr. Prof., que reuniões foram feitas, quem foi contactado para que essa venda tenha sido decidida? Isto, para ver se conseguimos chegar a alguma conclusão.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Relativamente ao funcionamento deste fundo, a pessoa que me contactava mais regularmente era, efectivamente, o Sr. Dr. Coutinho Rebelo, que era membro da administração. Não me recordo de ter tido conversas com mais ninguém sobre este fundo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como é que o Sr. Prof. foi escolhido para *Chairman* do fundo?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Penso que, nessa altura, era presidente da Sociedade Gestora de Fundos e foi nessa qualidade que me foi pedido...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Por quem?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não lhe posso precisar, mas penso que foi pelo Presidente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E como é que foi deliberada essa nomeação — estamos a falar de dados jurídicos e formais?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Deliberada em que sentido, Sr. Deputado?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Enfim, quer dizer, não se é *Chairman* de coisa nenhuma por geração espontânea... Normalmente, há um processo deliberativo, há uma reunião, há alguém que decide, não é? Não é alguém que decide: agora, sou eu o *Chairman*! Não é assim que as coisas se passam, muito menos um presidente de um grupo indica, por si só, quem vai estar à frente desse fundo, portanto...

Estou a falar com um professor universitário — é que quem nos ouve, pode ficar baralhado! —, uma pessoa de inteligência muito acima da média, o que justifica, no seu percurso de vida, os cargos que desempenhou. Portanto, Sr. Professor, dê-nos um mínimo de informação, por favor.

O Sr. Prof. representou o fundo. Como? Como é que lá chega, Sr. Prof.? Como é que faz negócios de 35 milhões de euros e não se recorda? Por favor, ajude-nos, de alguma forma, senão, com que impressão ficaremos todos quando o Sr. Prof. sair daqui?

Estamos a tentar esclarecer um dos momentos mais importantes destes negócios de Porto Rico. Aliás, entre outras coisas, estamos a tentar perceber os negócios de Porto Rico em si mesmos. Estamos a falar com o presidente do fundo e, até agora, não conseguimos apurar coisa nenhuma, o que, convenhamos, Sr. Prof., é estranhíssimo!

Se quiser ter a gentileza de explicar-nos como é que foi escolhido, indigitado, nomeado, e em que circunstâncias, como é que foi escolhido o Dr. Rebelo Coutinho, quem era o outro membro do conselho de administração, por que é que decidiram constituir o fundo, por que é que

decidiram vendê-lo, quais foram as circunstâncias que justificaram essa decisão... Enfim, tudo aquilo que, normalmente, num negócio, leva a que o mesmo aconteça.

O Sr. Prof. perceba bem: estamos a falar de um negócio de 35 milhões de euros!...

O Sr. Prof. ainda não conseguiu explicar por que é que comprou a empresa, não sabe a quem vendeu, sabe vagamente quem é que o indicou para *Chairman* do fundo. Nada disto faz sentido, vindo de quem vem, Sr. Prof.! Portanto, pedia-lhe um esforço de memória no sentido de chegarmos a algum lado.

Quer dizer, posso ficar aqui a insistir todo o tempo mas, depois, a Sr.^a Presidente zanga-se comigo. No entanto, tenho a certeza que a Comissão espera resposta — e tem o direito de saber — às matérias sobre as quais estou a questionar o Sr. Prof..

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, penso que a constituição deste fundo...

Há pouco, não lhe consegui precisar que era o presidente do Fundo desde a sua constituição, precisamente, porque tinha-o ouvido, a si, falar sobre a questão da existência deste fundo com outras assinaturas de outras pessoas. Portanto, isso levou-me a pensar que, possivelmente, eu poderia não ter sido a pessoa que estive à frente do fundo desde o seu início.

Por isso, volto a precisar: estou falando do fundo denominado Excellence Assets Fund, o qual tem sede no Luxemburgo.

Este Fundo foi organizado, no Luxemburgo, por um grande banco de investimentos europeu. O fundo era auditado pela representação local de

uma das três maiores auditoras internacionais e o activo do fundo, é, como o Sr. Deputado disse, uma empresa com sede em Porto Rico.

Portanto, a constituição do fundo estava assegurada por escritórios que asseguravam a qualidade e o seguimento das normas do Luxemburgo, que me satisfaziam. E, como lhe disse, a liquidação do fundo fez-se a um preço que não deu origem a menos-valias. Eu considerava isso importante.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Prof. disse lindamente, mas não respondeu a nada do que lhe perguntei, salvo o devido respeito.

Entre outras coisas, tenho aqui relatórios do fundo...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eram feitos semestralmente...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Semestralmente?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — ... pelo representante local de uma das três maiores sociedades de auditoria.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., nesses relatórios refere-se, entre outras coisas, que o fundo está incorporado nas ilhas Cayman desde 3 de Novembro de 2000 — registo n.º 105532. E, inclusivamente, as notificações a accionistas que o Sr. Prof. faz são feitas em papel timbrado: «Excellence Assets Fund, 75 Fort Street. PO Box 1350. Grand Cayman, Cayman Islands».

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois, mas o fundo estava sediado no Luxemburgo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Qual é, então, a ligação que é feita às ilhas Cayman?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É isso que tenho alguma dificuldade em compreender.

Deixe-me explicar-lhe. No outro dia, vi uma referência – penso que foi quando o Sr. Dr. Coutinho Rebelo esteve aqui convosco – de que este nome de fundo era um fundo de *private equity*. Ou, pelo menos, ele descreveu-o como tal, como sendo um fundo de *private equity* com base nas ilhas Cayman.

De uma forma geral, os fundos de *private equity* funcionam desta maneira: existe um fundo — chamemos-lhe «casa-mãe» — que, depois, cria uma série de subfundos e cada um desses subfundos é detentor de um certo número de activos.

Nesta explicação, o meu entendimento, porque desconhecia o fundo de *private equity*, é que eu era presidente do subfundo no Luxemburgo.

Quer que eu repita o que lhe estava dizendo?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, Sr. Prof.

Pedia-lhe que analisasse um documento, se lhe parecer bem. Verifico que nele vem dito quem representa o fundo, a sua realidade jurídica, quem assina as contas, onde e em representação de quê. Porventura, talvez isso dê uma ajuda...

Sr. Prof., talvez queira recordar aí a composição do fundo, para não ficar com nenhuma dúvida. Aliás, o relatório talvez ajude a precisar um bocadinho o que nos acaba de dizer quanto ao fundo em si.

Pausa.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu estava convencido de que o fundo estava exclusivamente sediado no Luxemburgo e vejo que, de acordo com o que aqui está, é a custódia do fundo que está no Luxemburgo.

Os auditores estão no Luxemburgo — que é uma das grandes empresas —, o gestor do fundo é a sociedade de que eu era presidente, pelo menos no início, e os três membros do conselho, para além de mim e do Sr. Dr. Coutinho Rebelo, era um Sr. Advogado que está aqui referido, o Sr. Dr. Vítor de Castro Nunes.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Prof. Será, talvez, um bocadinho diferente, mas já que avançamos aí...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.^a Presidente, se me permite, gostava de fazer um ponto de ordem à Mesa.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.^a Presidente, foi mostrado um documento ao depoente, à pessoa que está a fazer declarações, com base

no qual todos nós tomámos conhecimento de alguns dados, dados que, pessoalmente, desconhecia.

Agradeço que esse documento dê entrada na Mesa e seja fotocopiado e distribuído aos membros da Comissão.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, o documento em causa já deu entrada na Comissão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Deputado Ricardo Rodrigues é uma pessoa muito desconfiada...

Espero não ter de juntar muito mais documentos, porque não me quero substituir ao Banco de Portugal nem a todas as outras entidades que têm obrigação de facultar à Comissão todos estes documentos.

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado é único e irrepetível, por isso faça favor de continuar no uso da palavra. Tal como cada um de nós, não tem qualquer privilégio...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mais que não fosse, por circunstância do meu património genético, que não se copia!

A Sr.ª Presidente: — Não só, Sr. Deputado. O ambiente ainda marca mais.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Depois desta evolução, fico muito satisfeito por ter podido ajudar o Sr. Prof. a perceber um bocadinho mais acerca do fundo de que era o

primeiro dos responsáveis. Agora, vou tentar a contrapartida, isto é, vou tentar que o Sr. Prof. ajude a Comissão naquilo que também temos de esclarecer.

Aqui chegados, Sr. Prof., pedia-lhe, novamente, um esforço de memória acerca das circunstâncias que levaram à decisão da compra da Biometrics.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — A decisão da compra da Biometrics não é uma decisão tomada pelo fundo. O fundo é criado por forma a poder — aquele fundo — ser o investidor daquela sociedade.

Naturalmente, depois existe um processo de decisão que tem a ver com a avaliação dos activos e a corroboração, por parte dos auditores, de que os valores auditados correspondem aos valores que são lançados no balanço do fundo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Em que é que o Sr. Prof. traduz a participação do Excellence Assets Fund na Biometrics e os direitos que, por essa via, lhe cabiam na gestão da Biometrics?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu não exerci quaisquer direitos na gestão da sociedade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., mais que não seja, vendeu-a!?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida. O fundo procedeu à venda da sociedade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ora bem, esse parece-me ser um direito supremo, o da disposição da coisa, pelo menos quando falamos de negócios.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Naturalmente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, falei-lhe do acto dispositivo venda e estou a tentar perceber alguma coisa do acto aquisitivo. Certo? O fundo não é uma realidade etérea, muito menos exotérica, tem uma realidade jurídica: há relatórios semestrais – o Sr. Prof. acabou de ler um –, há contas que são aprovadas e assinadas pelo Sr. Prof. e há, por isso, tudo aquilo...

Não sei se o Sr. Prof. reparou, mas estamos aqui há quase 30 minutos e ainda não conseguimos perceber o básico de um negócio que o Sr. Prof., enquanto representante do fundo, determina. Aliás, refiro-me a dois negócios: compra e venda.

Quando é que o Dr. Dias Loureiro intervém na realização deste negócio, na compra e na venda? Vamos tentar ilustrar tudo isto com nomes, para tentar perceber. Repito: quando é que o Dr. Dias Loureiro entra neste negócio?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado está a perguntar-me?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Parece-me evidente, Sr. Prof..

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Na gestão deste fundo, em nada.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não na gestão, no negócio, na compra da Biometrics, Sr. Prof..

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não tem nada a ver comigo. Não tem nada a ver com este fundo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Certamente, o Sr. Prof. tem estado atento às audições que aqui têm decorrido, ou não?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Peço desculpa, mas não tenho tido oportunidade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., muito embora com base numa contradição que esta Comissão apurará, certamente, o Dr. Dias Loureiro reconheceu a sua intervenção no aconselhamento do que justificou, depois, a compra da Biometrics, mas não se recordava da venda.

Depois, tivemos aqui o Dr. Coutinho Rebelo, membro na gestão deste fundo, conjuntamente com o Sr. Prof., que, enfim, com muita minúcia, ainda que um bocadinho a conta-gotas, explicou como as coisas funcionavam, recordando-se, inclusivamente, das reuniões que levaram, na sequência da verificação dos defeitos de um produto, à venda da própria empresa.

E hoje temos aqui o presidente do fundo por isso pergunto-lhe: Sr. Prof., se o Dr. Dias Loureiro não teve nada que ver, quem teve?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não estou a dizer que o Sr. Dr. Dias Loureiro não teve nada que ver; o que estou a dizer é que o Sr. Dr. não teve nada que ver com este fundo sediado no Luxemburgo. É só isso!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, também já lá vamos. Mas estava a referir-me ao negócio da compra da empresa, Sr. Prof..

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois, mas isso eu desconheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Por que é que o Sr. Prof. decidiu comprar, ou por que é que se decidiu participar no capital social da empresa através do Excellence Assets Fund? Estou a tentar ser muito preciso nos termos, para evitar questões quase semânticas.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, quando uma sociedade, que é um fundo, compra algo é porque tem perspectivas, que só podem ter sido boas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem. Podemos condensar isso em factos?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, como presidente do fundo, com certeza, quis assegurar-me de que o valor do

activo que é adquirido pelo fundo está devidamente auditado, é real, é reconhecido e, portanto, que não existe discrepância.

Eu penso que todos esses trâmites foram seguidos e que, portanto, o valor que era atribuído às unidades de participação representava o valor que estava registado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Assim não é fácil, de facto! Vamos tentar mais qualquer coisinha, vamos tentar perceber outra coisa.

Sr.^a Presidente, como compreende, estou a tentar ser o mais sucinto possível, mas estou, igualmente, a tentar esclarecer a Comissão, e não está fácil.

Sr. Prof., nesta Comissão, encontra-se um documento, que não vou ter que juntar, porque já cá está, que titula, de forma juridicamente válida, a venda da Biometrics. O texto é em inglês e vou tentar lê-lo...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado quer mostrar-me o texto?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou querer, mas, primeiro, porque tem de ficar registado em acta, vou lê-lo e, depois, mostrá-lo-ei com muito gosto.

Diz que é um acordo entre a Biometrics Imagineering, referida adiante apenas como BI, e sociedades que nela participam, representadas pelo Sr. Hector Hoyos, e a SLN, a Nova Technology Corp, adiante referida apenas como NovaTec, o Excellence Assets Fund Ltd, e a NewTech Strategic Holdings Ltd, todas elas representadas pelo Dr. Dias Loureiro.

Depois, diz-se que se concorda que, dos 1,2 milhões de dólares a pagar como empréstimo feito junto do BPN Cayman à Biometrics, será a NovaTec libertada dessas obrigações; é dito que foi decidida e explicitada a saída da SLN da Biometrics e também, a dado passo, que o Excellence Assets Fund Ltd concorda vender a sua participação na Biometrics por 1 dólar.

Estes documentos estão assinados pelas testemunhas, o Sr. Hector Hoyos e o Sr. Manuel Dias Loureiro, e as assinaturas não foram em nenhum momento postas em causa.

Ora, eu queria que o Sr. Prof. consultasse este documento e me dissesse se ele é falso, se quem o outorgou usurpou funções, se invocou uma qualidade que não tinha, e, já agora, quem é que o outorgou em representação da Biometrics e se terá que chegar à conclusão que o negócio não foi feito assim.

Sr.^a Presidente, gostaria que mostrasse o documento ao Sr. Prof..

Pausa.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa mas volto a insistir consigo. Sou presidente de um fundo que agora, volto a dizer e corrijo, tem custódia no Luxemburgo. Ou seja, os activos estão custodiados no Luxemburgo – de uma forma simples diria que estão depositados no Luxemburgo.

Não quero negar a validade deste contrato que aqui está, mas, não me leve a mal, tenho um hábito nestas coisas que é o de, quando é invocado um nome de uma sociedade em que tenho uma função, procuro pela minha assinatura e ela não está aqui. Ou, então, procuro por uma

procuração que eu tenha assinado para poderem assinar por mim, e também não me recordo.

Pergunta-me: o que é este documento? Este documento não o conheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Este documento foi enviado para a Comissão pela administração da SLN. É o documento entregue pela SLN justificando a venda da participação, que, de resto, retrata com muita... Claro que aí se fala num dólar e o Sr. Prof. já aqui explicou que não era 1 dólar mas 35 milhões — uma diferençazinha pequena...

Não sei se o Sr. Prof. poderá esclarecer mais alguma coisa, porque, a dado passo, nesta Comissão, vejo-me na contingência de ter de pedir a acareação de imensas pessoas e não estamos a falar de quaisquer pessoas, não estamos... Mas, às vezes, vejo-me aqui num exercício de absurdo.

Sr. Prof., a circunstância de a administração da SLN ter enviado esse documento como sendo o documento que titula a venda da sua participação na Biometrics não lhe diz nada? E, a ser assim, qual o documento de venda que Sr. Prof. assinou, onde, quando, perante quem, a quem foi entregue e o que, grosso modo, diz?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, a liquidação do fundo foi feita de acordo com todos os regulamentos do Luxemburgo. Assinei todos os documentos que eram necessários, porque teve de ser tudo validado com este auditor do Luxemburgo.

Sr. Deputado, sei que assinei a venda, não tenho é disponibilidade para poder ver o documento que assinei. Agora, está a pedir-me para me lembrar os detalhes do documento, peço imensa desculpa...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., não lhe peço detalhes, peço-lhe qualquer coisinha... Para além daquilo que refere, ter vendido, peço-lhe a substância da venda. Qualquer coisa! Onde foi feito o negócio, quem estava presente nesse negócio, quem o decidiu, onde?... Enfim, já percebi que não se recorda a quem vendeu, mas talvez se recorde da pessoa que estava perante o Sr. Prof., se é que estava, quando o negócio foi realizado, daquilo que são as circunstâncias preliminares que, no mundo dos negócios, no mundo jurídico, sabemos que levam à decisão de contratar?... Antes de chegar à decisão da venda, há um envolvimento negocial. Não é assim, de repente: vendeu-se! Então, e até lá? Porquê? Era isto que gostava que o Sr. Prof. me explicasse, a começar.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, fico com pena de não poder ajudá-lo mais do que lhe disse. O preço a que foi vendido foi um preço que não trouxe menos-valias aos detentores das unidades de participação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., então, vamos ver uma outra coisa de que talvez se consiga recordar.

Numa das notas que remete aos accionistas deste fundo, refere um estimulante e muito necessário debate acerca da situação corrente e perspectivas futuras do negócio – neste caso, diz «do nosso negócio», portanto, do negócio da Excellence Assets Fund Ltd – na Biometrics.

Sr. Prof., pergunto se ao menos se recorda, à data desta comunicação, deste estimulante e necessário debate – sendo estimulante e necessário, certamente recorda-se. Se nos puder dar alguma ajuda, ficava-lhe muito grato.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado já deve ter visto que é difícil estimular-me assim, depressa, mas eu gostaria de ver esse papel para ver se me consigo recordar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., se não se recorda, não vou correr o risco de lho mostrar. Nem vou correr esse risco... Não se recorda! A Comissão registou que não se recorda. Muito bem!

Vamos, então, a outras questões.

Como é que o Sr. Prof. explica os empréstimos do BPN Cayman às sociedades Delas Enterprises, Ilea Finance, Adler Associated, de que o Sr. Prof. não se lembra mas que lhe digo que adquiriram as participações que a Excellence Assets Fund Ltd tinha na Biometrics – e até lhe dou o número exacto, Sr. Prof.: 22 356 293 acções.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, esses empréstimos foram empréstimos do BPN, SA?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Do BPN Cayman.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não se recorda...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas creio que eu não estava na administração desse banco, pois não?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não sei. O Sr. Prof., deve recordar-se melhor do que eu.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me parece...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É dubitativo ou tem a certeza que não?

Bom, quais eram as outras empresas que participavam no capital da Biometrics?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Que participavam no capital da Biometrics?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, isso não me lembro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — De que é que o Sr. Prof. se lembra da Biometrics?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu pensava que a Biometrics era em todo detida por este fundo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas parece que não.

Por que é que, a dado passo, o Sr. Prof. se mostrava incomodado com a movimentação de contas conjuntas no BPN Cayman?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não estou a perceber.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não está a perceber... Aqui chegamos a um problema: para perceber eu tinha que lhe dizer nomes e não quero dizê-los, Sr. Prof., mas também não se recordaria, certamente.

Vamos passar à frente. Então, Sr. Prof. explique, por favor, a operação de compra de 5 milhões de moedas comemorativas do Euro 2004, avaliadas em 40 milhões de euros, que o Dr. Miguel Cadilhe classificou como um activo extravagante. Suponho que talvez se lembre da participação ou, pelo menos...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Foram adquiridas pelo banco. Penso que foi na altura de um campeonato de futebol...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ninguém diria!... Ninguém diria que o Euro 2004 foi um campeonato de futebol!...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Como...?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., referi-me a moedas comemorativas do Euro 2004. Como o nome indica, «Euro 2004» é mesmo um campeonato de futebol — europeu, no caso.

Nesse ponto, o Sr. Prof. pensa muito bem. Agora, gostava era de perceber o negócio, porque, para o Dr. Miguel Cadilhe o considerar um activo extravagante, quer com isso significar que foi um mau negócio para o banco.

Portanto, se se recordar disso, gostaria que nos desse uma ajuda.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Penso que era uma aquisição temporária de moedas para serem, depois, vendidas. É do que me lembro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E a classificação de «activo extravagante», que o Dr. Miguel Cadilhe concede a estas moedas, justifica-se, ou não? Foi ou não um mau negócio para o banco?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu não lhe posso dizer.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Prof. foi administrador do BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Desculpe, a dúvida, agora, foi minha...

Vamos, então, tentar perceber um outro negócio: os quadros de Miró. Como é que o Sr. Prof. justifica o crédito concedido a dois cidadãos espanhóis, no valor de 40 milhões de euros, sem garantias? Até antes disso, o que é que o Sr. Prof. sabe do negócio que o banco fez na aquisição de uns quadros do pintor Miró?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas... O banco?...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim. Não foi o banco?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não creio que tenha sido o banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, quem é que o Sr. Prof. crê que terá sido?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Penso que os quadros não pertenciam ao banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não? Pertenciam a quem, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Parece que era a investidores externos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eram do pintor Miró!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas isso é o autor do quadro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois é, pois é...

Esses quadros foram dados como algum tipo de garantia de algum crédito concedido a alguém, ou não?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Disso não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Também não se recorda...
Jose Enrique e Julien Calle — estes nomes dizem-lhe alguma coisa?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, nada.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ermani Holdings, Karoma Marketing Ltd, Talcott Holdings, Jose Enrique Navarro Nuno de la Rosa, Julien de la Cierva la Calle — estes nomes não lhe dizem nada, pois não, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., quando é que teve conhecimento da existência do Banco Insular?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Tive conhecimento, pela primeira vez, da existência de um banco, em Cabo Verde, com esse nome, em Março ou Abril de 2003.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se o Sr. Prof. quiser ter a gentileza de explicar as circunstâncias em que tomou conhecimento da existência do Banco Insular...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O meu conhecimento acerca de um banco com esse nome, em Cabo Verde, teve a ver com uma transacção de natureza estritamente pessoal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Uma transacção de natureza estritamente pessoal.

Portanto, refere-se a um crédito concedido, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Refiro-me a uma transacção pessoal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, se é pessoal, não vou querer, nessa parte,...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ah, mas eu deixo, Sr. Deputado!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se achar...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Deixo, por uma razão: é que transacções pessoais financeiras de administradores de bancos, em Portugal, têm certas limitações. Portanto, permito-lhe alguma latitude nas perguntas. E, por isso, adianto-me.

Em Março ou Abril de 2003, informei o Sr. Presidente de que iria procurar financiamento pessoal junto de um outro banco. E o Sr. Presidente ofereceu-se para me procurar uma solução que fosse igualmente favorável. Essa solução passava por um empréstimo e a instituição que concedeu esse empréstimo era uma instituição estrangeira, sediada em Cabo Verde, com esse montante.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E quem é que o Sr. Prof., a esse propósito, contactou em Cabo Verde?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não contactei absolutamente ninguém. Isto foi tratado entre mim e o Sr. Presidente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, estamos a falar de um contrato de mútuo, não é?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Um contrato de mútuo, suponho, para ser válido... Tem certos montantes, mas, enfim... Presumindo que deverá ser celebrado por documento,...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... o Sr. Prof. outorgou-o, neste caso, na qualidade de mutuário. E, na qualidade de mutuante, quem constava do respectivo contrato?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Presidente fez-me chegar um documento relativo a um contrato de empréstimo, eu assinei esse contrato, o dinheiro foi depositado na minha conta e, regularmente, ou melhor, todos os meses, era debitado na minha conta o montante dos juros.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O que é a A2, Sr. Prof.? A2, diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, nessa data, em 2003, suponho que ficou com a percepção de que o Banco Insular seria um banco estrangeiro, sediado num país estrangeiro.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Era um banco sediado em Cabo Verde, com capitais africanos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, no tempo posterior, em que o Sr. Prof. desempenhou funções, nunca mais ouviu falar do Banco Insular? Nunca mais...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ouvi recentemente, como é natural.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só recentemente... Portanto, só ficou com a percepção de que o Banco Insular seria, enfim, SLN ou BPN...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, deixe-me precisar-lhe uma coisa.

Durante todos os meses, enviei ao Sr. Presidente um memorando pessoal, devidamente assinado por mim e com uma descrição completa dos juros que me estavam a ser cobrados em conta e dos montantes acumulados. Deve haver bastantes documentos — pelo menos, nove — que referem essa transacção.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Prof. refere-se ao Presidente do Banco Insular, suponho...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, estou a falar do Presidente do Grupo, o Sr. Dr. Oliveira Costa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas o crédito foi concedido por um banco estrangeiro. Portanto...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas a única pessoa de quem estou falando é do Presidente do Banco Português de Negócios. Não há mais ninguém.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ah, bom!

Mas o Sr. Prof. não teve curiosidade... Não considerou talvez excessivos os juros que estavam a ser cobrados?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, respondi a essa pergunta, há pouco.

Eu disse-lhe que todos os meses enviava ao Sr. Presidente um memorando reservado, em que lhe indicava...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ah, não tinha ouvido o «reservado». Com «reservado», quer significar que não pode responder à circunstância de os juros serem elevados ou...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não!

Reservado, porque não queria que mais ninguém o visse e queria que ele o tratasse dessa maneira.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ah, bom!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas o que estou dizendo é que lhe enviava um memorando, em que explicava os montantes que haviam sido debitados na minha conta, relativamente aos juros desse empréstimo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, quando o Sr. Prof. recebe um empréstimo do Banco Insular, não tem a consciência de que se tratava de um empréstimo concedido, em boa verdade, pela SLN a um administrador de uma sua empresa?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu tinha dito ao Sr. Deputado...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, sim. Já percebi que não. É que estou a tentar perceber rigorosamente aquilo que o Sr. Prof. quer transmitir, o que, às vezes, é difícil. Mas não tem mal nenhum. Suponho que já lá cheguei.

Sr. Prof., tem consciência de o Sr. Presidente ter igualmente intercedido junto de outros membros do Conselho de Administração do BPN ou de empresas do Grupo, no sentido de o Banco Insular facultar empréstimos?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tem conhecimento, por exemplo, de o Banco Insular ser constituído por 100% de depositantes BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Qual era exactamente a função que o Sr. Prof. tinha no BPN? Era a de administrador com o pelouro financeiro? Foi o que disse?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Em que é que se traduz exactamente esse pelouro, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É a responsabilidade pela tesouraria do banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pela tesouraria?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, suponho que tudo o que tenha a ver com a receita e a despesa, com o balanço, com tudo aquilo...

O Sr. **Prof. Dr. Francisco Comprido**: — Não é receita e despesa; são os depósitos e os empréstimos que o banco...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Os depósitos e os empréstimos do banco?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., mas nós hoje sabemos — e isto já está confessado pela administração da SLN, por quem cá veio que representava funções no BPN, e por quem, por exemplo, fazia materialmente as operações de transferências de dinheiro para o Banco Insular, nomeadamente via BPN Cayman e BPN IFI — que esse recurso

material, dinheiro, era BPN, ou seja, era dinheiro que entrava no BPN e, depois, saía.

Enfim, aqui, agora, até se tem tentado perceber de que forma é que esse dinheiro servia para saídas ilícitas, para empréstimos ilegais a accionistas ou a membros dos conselhos de administração das empresas, para mascarar prejuízos do Grupo.

Enfim, o Sr. Prof., como administrador, com a responsabilidade, suponho eu, máxima, em matéria financeira, porque é disso que se trata quando falamos de um banco, não se apercebeu, em nenhum momento, desse relacionamento entre o Banco Insular e o BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, penso que foi por volta de Outubro ou Novembro de 2000 que o conselho de administração do banco introduziu uma série de medidas, ou, melhor, aprovou um regulamento relativamente à relação entre o banco e outras instituições financeiras.

Esse regulamento indicava que o relacionamento do banco com qualquer instituição financeira era feito através da tesouraria. Além disso, esse documento contém, ou continha um anexo, que indicava todas as instituições com quem o banco estava autorizado a tomar ou a colocar dinheiro e, no caso das instituições onde colocava o dinheiro, quais eram os montantes máximos que eram autorizados pelo Conselho para colocação de dinheiro.

Na minha qualidade de administrador do banco, nunca tive conhecimento desse banco. Estou a ser claro?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Desta vez, claríssimo, Sr. Prof.!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ótimo!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., entretanto, passou-me pela frente um documento — se me pedir para lho mostrar também não vou poder fazê-lo — que talvez lhe recorde qualquer coisa.

O Sr. Prof., em Janeiro de 2003, ainda desempenhava funções no BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Em Janeiro de 2003? Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., recorda-se de um contrato de mediação celebrado entre o BPN e o Sr. Jose Enrique Navarro Nuno de la Rosa exactamente a propósito dos quadro de Miró, 41 para ser mais preciso?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Esses nomes não... Dos quadros de Miró já lhe disse que me recordo, mas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não se recorda, portanto!

Sr. Prof., eu ia perguntar-lhe se, tratando-se de um empréstimo a um administrador bancário, não teria de dar conhecimento ao Banco de Portugal.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Peço desculpa, mas era um empréstimo junto de uma outra instituição!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ah, pois, era um banco estrangeiro!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado, era outro banco!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Outro banco!... Muito bem. Portanto, tratando-se de outro banco não tem essa obrigação.

O Sr. Prof. sabe a que título o Sr. Alejandro Agag se relacionava com o banco?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Com o banco, não!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Com quem?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Estou a dizer que com o banco não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Com o banco não?! Então, não!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não é do meu conhecimento!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, que saiba, do seu conhecimento, não. É diferente de dizer «com o banco, não»!

O Sr. Prof. foi, pelo menos uma vez, com o Dr. Oliveira e Costa ao Banco de Portugal, não foi?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É verdade, fui lá.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quer explicar, por favor, essa reunião e o que lá foi fazer?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, foi uma reunião em que o Banco de Portugal fez certos reparos sobre algumas matérias de gestão do risco de crédito — estou a falar de concentração de risco de crédito — e falou da necessidade que sentia de haver respostas mais rápidas às perguntas feitas por aquela instituição.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E quais foram as explicações que o Sr. Prof. deu?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me recordo de ter dado explicações. Recordo-me de ter ouvido.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o que é que o Sr. Prof. ouviu?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente aquilo que acabei de dizer.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas isso é uma declaração genérica, de um lado. E do outro?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Desculpe, Sr. Deputado?...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., ouviu do Banco de Portugal uma preocupação e reparos sobre algumas matérias — gestão de risco de crédito, concentração de risco de crédito, que eu tenha tomado nota. Bom, suponho que não foi um monólogo. Temos uma perspectiva, que é a do Banco de Portugal para o BPN. Gostava de perceber o *feedback*. Suponho que alguma coisa terá sido dito ao Sr. Governador, ou não? Certamente não disse «não me lembro»!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me recordo, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não se recorda? Ah, bom!... Será possível que também tenha respondido isso ao Sr. Governador?

Sr. Prof., nunca respondeu, em nome do BPN, a perguntas do Banco de Portugal?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não percebi a pergunta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Perguntei se o Sr. Prof., em representação do BPN, nunca respondeu a perguntas do Banco de Portugal.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Relativamente a certas perguntas feitas, algumas vezes, pelo Banco de Portugal, penso que, pelo menos uma vez, assinei essas respostas juntamente com o Sr. Presidente. Portanto, pelo menos uma vez.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E é capaz de dar-nos uma ajuda quanto ao teor das perguntas e à substância das respostas?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, ao que me recorde, as perguntas eram, sobretudo, focadas na área de crédito. E, portanto, eram perguntas que tinham a ver com as questões normais de concentração de risco e a preocupação que o Banco de Portugal tinha de poder assegurar que os créditos eram concedidos a pessoas que não tivessem ligação com o próprio banco, sobretudo na parte de accionistas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E qual foi a resposta concedida ao Governador?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — A resposta foi uma demonstração do que é que se passava, uma explicação daquilo que se passava.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., não tem nenhuma dúvida de que, no âmbito das suas funções enquanto administrador, foi diligente e cumpriu perante aquilo que estava obrigado, nomeadamente no que se refere ao Banco de Portugal, ou não?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., comunicou ao Banco de Portugal as suas funções em representação do Excellence Assets Fund, ou não?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não posso precisar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas também não exclui?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, de forma alguma!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E à CMVM?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Também não posso precisar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Também não exclui, portanto?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Nada!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Para um professor universitário tem de ser muito bondoso quando avalia os seus alunos, devo dizer-lhe, porque as coisas de que não se recorda, mesmo daquelas que são mais determinantes da vida de uma instituição!... Até quase que pergunto se o Sr. Prof. não se recorda quem é que pode recordar-se?

Vamos ver se o Sr. Prof. se recorda de outra coisa: recorda-se de uma operação relacionada com uma estrutura austríaca, do conhecimento, entre outras pessoas, do Sr. Mahomed Iqbal, do Sr. Bernardo Pignatelli, pelo Efisa, e de algumas pessoas, uma das quais o Sr. Prof., pelo BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É capaz de explicar a esta Comissão essa operação?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não sou capaz de explicar a operação mas recordo-me precisamente do uso da jurisdição da Áustria.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Para fazer o quê, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Penso que era uma transacção com a eficiência fiscal internacional.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., pode traduzir isso em substância?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, em certas transacções internacionais existem certas jurisdições pelas quais a passagem de fluxos pode atrair diferentes regimes fiscais, que no cálculo final do custo final da operação reduz esse mesmo custo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, portanto, era disso que se tratava?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me lembro se era só disso que se tratava, mas penso que tinha uma incidência fiscal a passagem pela república da Áustria.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, para já, vou ficar por aqui, mas não prometo que não me volte a inscrever, porque estou...

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Porque está «esclarecido»!...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não estou esclarecido! Esse é que é o grande problema! Não estou nada esclarecido e estou até um bocadinho frustrado, porque não vejo a quem mais possa pedir alguns esclarecimentos que hoje aqui... Mas, enfim, tentarei de novo.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Prof., muito boa-tarde.

O Sr. Prof. fez aqui uma afirmação, que ouvi pela primeira vez, a propósito do negócio, da aquisição das empresas de Porto Rico, muito interessante e muito engraçada: disse que, normalmente, quando as coisas correm bem esquecemo-nos delas. Disse que, normalmente, quando as coisas correm bem no mundo da actividade financeira esquecemo-nos delas. Sucede que toda a gente, até hoje, disse que aquilo se traduziu num enorme buraco financeiro para o Grupo. De qualquer forma, achei interessante essa sua opinião.

Ainda sobre essa actividade queria fazer-lhe outra pergunta. Não se recordando a quem vendeu, pergunto-lhe: recorda-se a quem compraram o fundo? A quem é que o Grupo SLN comprou o Excellence Assets Fund?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, penso que não se trata de saber a quem comprou o fundo. O fundo é constituído como uma sociedade e, depois, essa sociedade vai comprar os activos para esse fundo.

Penso que esta sociedade — porque houve outros activos que estavam também no fundo, aliás, isso foi recordado disso aqui por aquele papel — era de Porto Rico, detida por uma série de pessoas, das quais me recordo unicamente do nome que o Sr. Deputado referiu.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., mas o fundo podia já estar constituído e ter um determinado proprietário, a quem a SLN comprou esse fundo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois podia. Por isso referi que não tinha a certeza se tinha sido presidente desse fundo desde o início. O

que me recordo é que houve uma constituição desse fundo por um banco de investimento europeu, o que significa que a constituição foi muito próxima da data em que me tornei presidente do fundo.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, não se recorda que esse fundo tenha sido comprado ou adquirido à sociedade La Granjilla.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. João Semedo (BE): — É que o Dr. Coutinho Rebelo confirmou isso, ou seja, que o fundo tinha sido comprado à sociedade La Granjilla, sociedade que, tanto quanto sabemos, tinha entre os seus sócios o Sr. El-Assir.

Como o Sr. Prof. disse-nos, há pouco, que o Sr. El-Assir também era sócio, ou um dos participantes do fundo, significa que ele...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu não disse que era participante! Aliás, referi que pensava que a sociedade era detida no seu todo pelo fundo.

O Sr. João Semedo (BE): — Pareceu-me ter ouvido o Sr. Prof. dizer que El-Assir era accionista deste fundo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não!

O Sr. João Semedo (BE): — Peço desculpa, mas pareceu-me que o Sr. Prof. tinha dito isso.

Continuando ainda nesta questão do fundo, gostaria de colocar a seguinte pergunta: o fundo não terá vendido à própria Biometrics os 25% que detinha dessa sociedade?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não estou a perceber...

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Prof., há pouco, disse que não se recordava, que não sabia, que desconhecia a quem é que o fundo tinha vendido os 25% que detinha na sociedade Biometrics.

Agora estou a perguntar-lhe — porque é isso que está no contrato de venda — se não teria sido vendido à própria Biometrics.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, disso não me recordo. O Sr. Deputado está a dizer-me que o fundo só detém 25% da sociedade.

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente! Não sou eu que digo! Como pode calcular, não tenho nada a ver com o negócio, mas é isso que está em todos os documentos!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas não estou a dizer-lhe que não. E, precisamente, a minha ideia é que este fundo era detentor de toda a sociedade, não só de parte. É isso que estou a dizer.

O Sr. João Semedo (BE): — O fundo era detentor de uma outra sociedade, mas não da Biometrics. Em concreto, da Biometrics são apenas

25%. E o que estou a perguntar-lhe é se esses 25% não terão sido vendidos, como estava no contrato, à própria Biometrics.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, não lhe posso precisar essa matéria. Peço desculpa.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostava ainda, sobre a venda, de perguntar-lhe o seguinte: não poderá – estou a fazer-lhe estas perguntas para ver se, eventualmente, o Sr. Prof. se lembrará – ter acontecido, quando aqui estamos a falar da venda dos 25% por 1 dólar, como está no contrato e registado nas contas, ou por 35 milhões, como disse o Dr. Rebelo Coutinho ou Coutinho Rebelo (já não sei, mas aqui a ordem dos factores também deve ser relativamente arbitrária), que o fundo vendeu esta dívida a uma outra sociedade que terá pago à Biometrics?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, todas essas hipóteses são possíveis. Estou a tentar responder-lhe àquilo que sei.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., ainda sobre a venda só mais uma pergunta: não se recorda a quem venderam, mas recorda-se, ao menos, quem tratou da venda, quem tratou desta operação? Não de toda a operação, nem do início da operação, mas exactamente da venda, de dar o caso por encerrado, de dar este negócio por encerrado?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, o Sr. Dr. Coutinho Rebelo era a pessoa que na administração estava mais envolvida

na matéria processual e administrativa e também nos diferentes aspectos de relacionamento com a empresa que estava no activo.

Portanto, tenho que confessar-lhe que a informação que recebia era fundamentalmente dele. Por isso, é natural que ele vos tenha dado com certeza uma informação muito mais detalhada do que aquela que posso dar.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Professor, quem eram os principais participantes deste fundo?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Os detentores das unidades de participação? Ó Sr. Deputado, a minha memória é de que era o próprio Grupo. Penso que os balanços das sociedades do Grupo devem registar isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostaria também que me explicasse o seguinte: lendo todos os contratos que existem desta operação, o fundo terá sido adquirido à tal sociedade La Granjilla por 21 milhões de dólares e, de seguida, o fundo compra, por 35 milhões, os 25% da Biometrics...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, deixe-me acompanhá-lo para poder seguir, senão para mim é difícil.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Professor nem queira calcular o esforço que tenho feito para acompanhar isto. Compreendo-o perfeitamente.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas compreendo. Quero ajudá-lo.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, digo mais lentamente.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não, mas deixe-me responder-lhe. É que vejo o Sr. Deputado a insistir na ideia de que o fundo foi comprado e continuo na minha ideia a dizer: não, o fundo comprou! Percebe o que quero dizer?

O Sr. João Semedo (BE): — O fundo comprou 25% da Biometrics.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado diz 25% e eu na minha cabeça digo 100%. É uma grande diferença para mim, mas...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., então isso ainda me dá mais razão.

Como é que um fundo que é adquirido por 21 milhões de dólares compra um activo por 35 milhões ou mais?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ah, isso não sou capaz de explicar-lhe.

O que sei e posso explicar-lhe é que, se entrou esse valor de 35 milhões no balanço do fundo, posso garantir-lhe que esse valor foi devidamente auditado pelas sociedades de auditoria do fundo.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, deixe-me só agora, ainda sobre esta questão de Porto Rico e do fundo, fazer-lhe uma pergunta: 35 milhões de dólares — foi este o valor da aquisição? Lembra-se disso?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O valor de 35 milhões de dólares foi referido há bocado pelo Sr. Deputado; o que eu disse foi que o preço da venda foi igual ao preço da compra.

Não falei nos montantes, o que eu disse foi que o preço da venda foi igual ao preço da compra. Portanto, se me diz que foi vendido por 35, digo-lhe que foi comprado por 35.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., então por que é que isto foi um mau negócio?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Do meu ponto de vista? Porque não fez mais.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., mas não é isso que consta das contas; o que consta das contas é que fez alguma coisa mais que se chama «buraco», normalmente. Fez um grande prejuízo para a Sociedade Lusa de Negócios, foi um mau negócio.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, estou a falar do ponto de vista do fundo, neste caso. E o esforço é assegurar que os detentores das unidades de participação mantêm o seu valor.

O Sr. João Semedo (BE): — Mudemos de assunto: quais foram os contactos do Sr. Prof. com o Sr. El-Assir?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Conheci esse senhor apenas no âmbito das funções como administrador do banco.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas não pode detalhar essas condições: quem lho apresentou, a propósito de quê?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, vou tentar dar-lhe a máxima informação que me é possível dentro do meu entendimento daquilo a que estou obrigado quando se trata de transacções com clientes de um banco. Não gostaria, e peço que não seja considerada qualquer atitude de má-fé se fizer alguma referência a nomes de pessoas que sejam clientes do banco.

O meu entendimento é que esse cliente do banco fez um pedido de empréstimo que foi considerado pelo conselho da administração, foi aprovado e a concessão do crédito ficou sujeita a um determinado número de limitações quantitativas limitações essas que eram sob a forma de garantias reais.

O meu envolvimento em transacções, ou melhor — aqui tenho uma certa dificuldade, porque é uma só transacção e não quero referi-la e pô-la no singular — nestas operações foi, exclusivamente, em resultado da decisão dos meus colegas, no conselho, para fazer o acompanhamento desta transacção.

O que envolveu esta transacção, em termos da minha incumbência, foi assegurar-me que as garantias que o conselho exigiu para a aprovação

do crédito estavam devidamente formalizadas e, depois, fazer o acompanhamento do activo ou do crédito, assegurando-me que havia um pagamento atempado dos montantes acordados. Foi esse o meu envolvimento nesta transacção.

O Sr. João Semedo (BE): — Relativamente ao pagamento, o Sr. Prof. acabou de dizer que tinha ficado também encarregue de acompanhar o pagamento atempado do crédito. Isto aconteceu ou não?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É crédito e juros, capital e juros.

O Sr. João Semedo (BE): — E este pagamento verificou-se ou não?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, vou fazer-lhe uma declaração nestes precisos termos: à data da minha saída do banco, todas as obrigações do cliente a este respeito estavam em total cumprimento do que havia sido acordado.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., então explique-me o que é que foi fazer a Madrid com o Dr. Armando Pinto.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Quem foi a Madrid? Eu?!... Não.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., há aqui qualquer coisa que não bate certo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Deve haver, com certeza.

O Sr. João Semedo (BE): — Prof. Dr. Francisco Comprido só há um, com certeza, mais nenhum.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Um só!

O Sr. João Semedo (BE): — Posso ler-lhe a acta. Leio-lha com todo o gosto.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas a acta de quem?

O Sr. João Semedo (BE): — Digo-lhe já.

O Sr. Prof. conhece o Dr. Armando Fonseca Pinto?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Muito bem.

O Sr. João Semedo (BE): — O Dr. Armando Fonseca Pinto disse-nos, há cerca de uma semana ou 15 dias, no máximo, que tinha sido também encarregue pela administração do banco de tratar das garantias hipotecárias.

Falou mesmo que era uma terceira hipoteca sobre uns bens imobiliários, etc., e que se tinha deslocado consigo a Madrid exactamente para acautelar a qualidade da escritura, das hipotecas, para que nada falhasse e todas as garantias estivessem mais do que asseguradas.

O Sr. Dr., agora, diz que não foi com ele a Madrid... Há aqui qualquer coisa que não bate certo, mas que tem que se esclarecer, porque estas coisas devem bater certas, não é?!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Claro! Ó Sr. Deputado, eu nestas coisas, repare... Eu não gosto, sobretudo, de desdizer colegas, mas essa referência está incorrecta. Eu penso que o Sr. Dr. Armando Pinto foi, efectivamente, a Madrid com outra pessoa do banco, mas ele deve estar equivocado, porque eu acho que não fui eu.

Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: acho que isso de ir ou não ir a Madrid é irrelevante para o que estamos aqui a falar. O que é importante é a questão da validade e da formalização das garantias, e essa foi assegurada. E foi assegurada, porque... Eu quero recordar-me de que a formalização desta operação foi feita por advogados externos do banco, penso que pela maior sociedade de advogados europeia com representação em Madrid. E o pedido que foi feito foi, naturalmente, para que pessoas representando o banco se deslocarem nessa altura a Madrid para poderem completar os trâmites das garantias que eram pedidas.

Eu, em relação à sua pergunta, Sr. Deputado, da ida a Madrid ou não ida a Madrid, posso, possivelmente, dizer-lhe, mas não tenho a certeza total, que é muito provável que eu tenha assinado alguma procuração relativamente ao banco para que o Sr. Dr. Armando Pinto quer outra pessoa se deslocarem a Madrid em representação do banco.

Portanto, o que estou a dizer é que não fui a Madrid, mas é possível que tenha assinado a procuração.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., eu vou-lhe dizer, então, o que é que disse o Dr. Armando Fonseca Pinto. Disse que era um contrato, que eu creio que se refere a um escritório de advogados inglês — foi exactamente isto o que ele disse —, que lhe tinha sido apresentado a ele (Armando Fonseca Pinto) pelo Sr. Prof., que o leu, que achou que estava muito bem, que o assinou a seu pedido, portanto foi ele que o assinou, e que...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, peço desculpa! Assinou comigo...

O Sr. João Semedo (BE): — Ele apenas...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, peço desculpa! Ele não só assinou comigo, como na minha vida profissional, quando peço alguém para assinar comigo, exijo que leia na sua totalidade o que vão assinar e, se tiver alguma dúvida, ela será esclarecida antes de assinar. Tenho a certeza e posso garantir-lhe que esse contrato estava extremamente bem feito.

O Sr. João Semedo (BE): — É pena não ter sido cumprido, mas isso é outro problema que lhe é alheio.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, eu não quero tomar essa sua afirmação como uma pergunta.

O Sr. João Semedo (BE): — Não é uma pergunta, é mesmo uma afirmação e está demonstrada.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Então, eu discuto essa afirmação.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, vamos lá discuti-la, Sr. Prof. Se faz favor, diga-me...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu preferia não discutir, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, não podemos discutir!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não. Eu vou dizer-lhe porque é que prefiro não discutir.

O Sr. João Semedo (BE): — Diga, diga.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Porque, há bocado, fiz uma afirmação, que pensei que seria completa, que dizia que, à data da minha saída, todas as responsabilidades relativas a esses contratos estavam em ordem.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., eu ouvi isso perfeitamente, mas o futuro não acabou em 2003, não é?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas eu pedia-lhe que não me fizesse mais nenhuma pergunta sobre o futuro, porque, se me obriga a responder, eu posso estar a causar um prejuízo ao Banco Português de Negócios hoje.

O Sr. João Semedo (BE): — Está bem, Sr. Prof.! Eu voltarei ao assunto, mas deixe-me continuar sobre esta ida a Madrid. O Dr. Fonseca Pinto foi muito claro quando disse: fui avisado na véspera e lá fui com o Dr. Francisco Comprido a Madrid. Está aqui dito com todas as letras, não há volta a dar a isto. Mas, pronto, a gente esclarecerá isso numa outra situação e numa outra circunstância.

Gostava de lhe perguntar ainda, Sr. Prof., porque há pouco não me esclareceu, como é que conheceu o Sr. El-Assir e quem lho apresentou.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. El-Assir foi-me apresentado na sequência do pedido de empréstimo que foi feito ao banco. Depois de o conselho ter aprovado esse crédito e de me ter pedido para exercer essas tarefas, considerei que era importante conhecer o senhor, para poder avaliar da sua vontade em cumprir o contrato e, além disso, para conseguir informação que eu considero privilegiada, sobretudo sobre os seus bancos, os bancos que ele utilizava.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas quem é que lho apresentou, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, eu não me recordo de haver apresentação. Eu disse que queria conhecer o senhor, não me recordo de ter havido qualquer apresentação.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas a quem disse que o queria conhecer, se não é indiscrição?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ui, Sr. Deputado...

O Sr. João Semedo (BE): — Não se recorda, portanto, da circunstância...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — A circunstância não lhe posso precisar.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., ainda relativamente a este contacto com o Sr. El-Assir, diga-me: qual era o valor e a que é que se destinava o financiamento, que, seguramente, são duas informações que o senhor teve de obter na altura?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Do montante — tenho de confessar — não me lembro, mas penso que era para despesas de carácter, não vou dizer pessoal, mas penso que eram despesas para as empresas dele.

O Sr. João Semedo (BE): — Quais eram as empresas do Sr. El-Assir? Recordá-se?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Se o Sr. Deputado me recordar alguns nomes, posso confirmar-lhe ou não. Terei muito gosto.

O Sr. João Semedo (BE): — Não tem ideia do volume do financiamento?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não! O Sr. Deputado diga-me e eu confirmo!

O Sr. João Semedo (BE): — Não, não! Estou a perguntar-lhe.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. João Semedo (BE): — Quais foram as conversas que, na altura, teve com o Dr. Dias Loureiro sobre este empréstimo ao Sr. El-Assir?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Que eu me recorde, houve uma vez que o Sr. Dr. Dias Loureiro me veio referir a questão deste crédito e eu recordo-me de lhe dizer que o crédito já estava aprovado... — aliás, penso que deve ter sido na altura em que estávamos a finalizar a formalização das garantias.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Prof. recorda-se de ver, por parte do Dr. Dias Loureiro, alguma particular preocupação relativamente à exigência de garantias reais e efectivas quanto a este empréstimo concedido ao Sr. El-Assir?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — As garantias foram exigidas pelo conselho.

O Sr. João Semedo (BE): — O que lhe pergunto é se o Dr. Dias Loureiro, naquele momento, não teria tido um ataque agudo de zelo dirigindo-se a si e dizendo-lhe que era preciso assegurar todas as garantias devidas para um empréstimo desta natureza.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, para mim isso é uma coisa perfeitamente natural. É função de um administrador, não é do banco mas da sociedade, alertar as pessoas para o risco das transacções.

Mas eu recordo-me que devo ter assegurado que o processamento e a formalização das garantias estavam a funcionar devidamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, em abono da verdade, o Sr. Prof. não se recorda se, sobre este assunto das garantias dos empréstimos e dos financiamentos ao Sr. El-Assir, terá descansado e sossegado o Dr. Dias Loureiro. Ou seja: não se lembra se nestes contactos que teve com o Dr. Dias Loureiro a questão que o preocupava era o desassossego e a preocupação relativamente a que o empréstimo tivesse as devidas garantias, como qualquer outro?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, eu espero tê-lo sossegado na altura, porque estava tudo a ser tratado devidamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., lembra-se de qualquer outro financiamento solicitado pelo Sr. El-Assir, para além deste?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido; — Não.

O Sr. João Semedo (BE): — É que o mesmo Dr. Armando Fonseca Pinto relatou-nos aqui um episódio, de que, se eu falar nele, presumo que o Sr. Prof. também se irá recordar, ao dizer que, em determinada altura, no intervalo de uma reunião do conselho de administração do BPN, ele, Dr. Armando Fonseca Pinto, foi chamado pelo Dr. José Oliveira Costa, que lhe terá dito que o Sr. El-Assir estava no gabinete do Dr. Dias Loureiro e que vinha propor um negócio ao BPN.

Segundo o Dr. Armando Fonseca Pinto, o Dr. José Oliveira Costa ter-lhe-á dito qualquer coisa como isto: o Sr. Dr. vai lá baixo, vê do que é que se trata, mas, se o negócio envolver algum financiamento do banco, diga frontal e rapidamente que não há financiamentos para qualquer negócio proposto pelo Sr. El-Assir.

Ora, segundo o Dr. Armando Fonseca Pinto, ele terá exactamente feito isto, a reunião terá demorado qualquer coisa como cinco minutos, e rapidamente se apercebeu que o Sr. El-Assir queria um novo financiamento para um novo negócio. Mas como tinha orientação do Dr. José Oliveira Costa de que não havia financiamentos para o Sr. El-Assir para aquele negócio em concreto, disse isso mesmo, a reunião acabou e veio-se embora.

Portanto, significa isto que o Sr. El-Assir, além destes financiamentos, que, eventualmente, como o Sr. Prof. disse, estavam em ordem em matéria de respeitar os compromissos assumidos quando o Sr.

Prof. saiu e apesar de, depois de 2003, não me pergunte quando, ter deixado de assumir e de respeitar esses compromissos, ainda pediu um novo financiamento ao BPN. O Sr. Prof. não tomou conhecimento disto?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu saí em Dezembro de 2003.

O Sr. João Semedo (BE): — Pois, Sr. Prof., eu sei. Mas, apesar de ter saído em Dezembro de 2003, faça-lhe esta pergunta.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas isso foi antes de Dezembro de 2003?

O Sr. João Semedo (BE): — Presumo que sim, Sr. Prof.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me lembro disso.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., para terminar e dar oportunidade a outros Srs. Deputados de continuar...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, dê-me só um minuto, se faz favor.

Pausa.

O Sr. João Semedo (BE): — Estava aqui à procura de um número, porque não queria indicar números que não correspondessem à realidade.

Ora, não se recordando o Sr. Prof. do valor do empréstimo e do financiamento ao Sr. El-Assir, vou dizer qual é o montante da dívida: a dívida é de 28 milhões de euros. É isto que está registado nas contas de créditos malparados, em nome do Sr. El-Assir. Mas, como disse há pouco, a partir de 2003, a vida continuou com os maus resultados a que, infelizmente, estas operações conduziram.

A minha última pergunta é esta: um antigo colega seu — que também é economista e que foi administrador do BPN — disse-nos que (e eu tenho a relação desse levantamento), de 2002 a 2007, diversos administradores e outros altos responsáveis do Grupo, para além das suas remunerações e eventuais outros adicionais que estavam nos respectivos contratos, fizeram levantamentos em numerário.

Assim, entre 2002 e 2007, há o registo de 52 desses levantamentos, que estão identificados e que somam um total de 4,5 milhões de euros.

Pergunto se, alguma vez, o Sr. Prof., enquanto administrador do BPN, fez levantamentos em numerário desta natureza, extra-remuneração, que lhe era, naturalmente, devida pelos seus serviços, pelo seu trabalho.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Tinha conhecimento desta situação, ou não?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não tenho conhecimento dessa situação.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Honório Novo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos prosseguir.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Prof. Francisco Comprido a sua presença nesta Comissão, mas já não tanto as suas respostas.

Devo dizer-lhe, com toda a sinceridade, que o seu dever de colaboração com a Assembleia da República é total. O estilo de não adiantar nada de novo que não lhe perguntem, o invocar, sistematicamente, a falta de memória, deixa-nos a todos a nítida sensação de que o senhor sabe mais do que aquilo que nos diz.

Esta é a impressão-primeira que quero deixar do seu depoimento.

Também lhe quero dizer, com toda a franqueza, que estranho o seu comportamento, porque o Sr. Prof. devia saber — e, naturalmente, sabe — que a recusa de depoimento a esta Comissão corresponde a um crime de desobediência qualificada.

Creio que me dispensará da leitura do artigo da lei que impõe esse dever de colaboração — artigo 19.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares —, no qual se estatui que a recusa de depoimento corresponde a uma desobediência qualificada. Deixo isto bem claro para que todos possamos ter a noção do que estamos a falar.

Várias das suas afirmações são conclusivas e, portanto, de duas, uma: ou o senhor não quer colaborar com a Comissão e assume as responsabilidades de quem não quer colaborar; ou, então, pretende esconder alguém. Pode ainda adoptar uma terceira atitude: diz que não quer responder, porque entende que está sob qualquer segredo, o que ainda não disse, até este momento.

Vou recordar-lhe algumas das suas afirmações.

Sobre o negócio da Biometrics, que tem a ver com Porto Rico, o senhor disse que o negócio, na venda, não tinha trazido nem menos-valia nem mais-valia. Ora, essa afirmação é conclusiva e só é permitida a quem tem conhecimento dos factos. Com efeito, se não tenho conhecimento dos factos, não posso concluir o que o Sr. Prof. conclui, visto que disse a esta Comissão, claramente, que a operação de venda não teve nem mais-valia nem menos-valia.

Esta é uma conclusão que carece de factos, e o Sr. Prof. disse a esta Comissão que não se recorda deles. Então, se não se recorda dos factos, também não se recorda da conclusão, porque quem se recorda da conclusão sabe do que está a tratar e sabe quais são os requisitos que levam a essa conclusão.

Renovo a pergunta: o Sr. Prof. quer fazer o favor de dizer a esta Comissão quais foram, a quem e onde foi vendido o património desse fundo de que o senhor era presidente do conselho de administração?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Volto a dizer que não me recordo a quem foi vendido.

Agora, em relação ao que disse, em termos de menos-valia ou mais-valia, o que eu afirmei foi que o preço da venda foi igual ao preço da

compra. Eu lembro-me que não houve menos-valia. Mais-valia... Penso que até foi referido que houve uma alteração cambial qualquer, mas estou a falar do preço, que penso que era em dólares. Penso que o fundo está nas contas em euros, mas o activo está em dólares.

Estou a falar do valor do activo em dólares, em que a compra era igual ao valor, em dólares, no momento da venda.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O Sr. Prof. teve nas suas mãos um contrato que diz que o preço da venda foi de 1 dólar. A menos que o Sr. Prof. me traga outro contrato que diga que o preço da venda é igual ao da aquisição, só assim posso perceber o que o senhor está a dizer!

O que o senhor está a dizer não corresponde aos documentos que temos arquivados nesta Comissão.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, penso que o documento que tive à minha frente... — aliás, foi um dos Srs. Deputados que me fez chegar uma cópia. O que eu disse foi que não via a minha assinatura naquele documento.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Mas o senhor é o presidente do conselho de um fundo, cuja assinatura que aqui está, em representação desse fundo, é a do Dr. Manuel Dias Loureiro, mas que o senhor também não sabe explicar!

O senhor acha que nós somos todos anjinhos e que o senhor é o único que não consegue explicar nada disso?!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, são as suas palavras. O que é que eu posso dizer?!...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O que gostaríamos que o Sr. Prof. fizesse era ajudar a Comissão a não errar. E fica nas suas costas se não conseguirmos chegar à verdade também por causa desse facto.

Repito-lhe: o documento que aqui temos diz que a venda da Biometrics ao Excellence Assets Fund é por 1 dólar. Esse documento é de 22 de Julho de 2002. O senhor é o presidente do conselho desse Fundo e, em 2002, mas não é, de facto, o senhor quem assina esse contrato.

Portanto, ou o senhor nos diz que essa assinatura, em representação do fundo, não corresponde e é uma usurpação de poderes, porque esse senhor que assinou não representava o fundo, porque o senhor é que é o presidente do conselho de administração...

E que não tenho de perguntar ao contínuo dessa instituição quem é que vendeu, com base neste documento, porque não é o contínuo mas, sim, o presidente do conselho de administração quem tem por obrigação legal zelar e obrigar esse fundo!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, compreendo muito bem a responsabilidade das suas palavras, e compreendo muito seriamente. Há pouco – e devo dizer-lhe que não me recordava disso –, ouvi uma data algures em Março de 2002, como sendo a data da liquidação do fundo. Foi uma data que ouvi há bocado, foi a data da liquidação do fundo...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Mas quem o liquidou foi o Sr. Prof.!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas em Março?

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Eu mostro-lhe o documento. Senão isso é falso, e esse senhor que assinou aqui, assinou mal, assinou por usurpação de poderes. É importante para nós esclarecer este ponto, ou o Sr. Prof. não percebe isso? Porque se não for esse senhor o responsável, há-de ser outro... E, nesse caso, se calhar, é o senhor!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas se eu não tenho documentos...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Então, arranje-me uma explicação para que este documento esteja aqui, sendo o senhor o presidente desse fundo!? O senhor tem a certeza de que não houve nem menos-valias nem mais-valias — foi o que o Sr. Prof. nos disse.

Sr. Prof., eu não estou zangado consigo, talvez a forma mais acutilante de me expor derive das horas que aqui estamos à procura de uma verdade,...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Com certeza!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): —... à procura de algo para que se faça luz, para que percebamos do que estamos a tratar. E confesso-lhe que temos todas as expectativas que o presidente do conselho desse fundo nos consiga esclarecer!

De duas, uma: ou o Sr. Prof. nos diz que está sob segredo bancário e não pode dizer mais nada...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não digo isso.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Pois, o problema é esse, não diz! É que a sua afirmação de que o negócio não trouxe nem mais nem menos-valias é de quem sabe o que se passou.

Ora, se o senhor sabe isso, tem de conhecer dois aspectos fundamentais: tem de saber por que valor foi adquirido e por que valor foi vendido, para dizer que eles se compensam, isto é, para dizer que não houve nem mais-valias nem menos-valias.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Por isso mesmo, estou a dizer que o preço a que foi comprado foi igual ao preço a que foi vendido.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O senhor já disse isso 20 vezes. O que estou a dizer-lhe é que temos aqui um documento a dizer isso não é assim, como o senhor está a dizer.

E, de duas, uma: o senhor, que lê todos os documentos antes de os assinar e que é quem obriga esse fundo, porque era o presidente do conselho de administração, devia saber que assinou um documento de venda, em que diz isso que o senhor está dizendo, e devia dizer-nos, se quiser colaborar com esta Comissão.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — E recordo-lhe aquilo que disse no início, de que o senhor, se não disser, vai deixar-nos na eventualidade de ter de tomar alguma atitude, porque não posso admitir... É que nós estamos aqui todos a fazer um grande esforço na descoberta da verdade, Sr. Prof.. E não quero responsabilizá-lo a si, mas não gostava era que o senhor aqui viesse desresponsabilizar outros.

Portanto, veja lá em que medida é que nos ajuda, para que possamos ter alguma luz sobre o que se passou. É que, se não for assim, não nos restam muitas alternativas, Sr. Prof..

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, a única coisa que posso dizer-lhe é que o auditor deste fundo, no Luxemburgo, deve ter com certeza um arquivo de tudo o que foi feito. Tem de ter!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O senhor conhece bem as regras do Luxemburgo, não conhece? É uma pessoa que conhece as regras internacionais.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Do Luxemburgo, sim.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Então, sabe que, se nós pedirmos, eles dizem que não, que não sabem.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não podem dizer isso! A Deloitte não pode dizer isso.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Pode, Sr. Prof..

Então, Sr. Prof., para concluir, dou-lhe essa última oportunidade, porque vou levar isso a sério. Entende, então, que não sabe mais do que nos está a dizer? Que não sabe o valor da venda...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu sei o valor da venda.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Então, diga-o!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É igual ao valor da compra.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — E eu sou burro! É que se o senhor sabe que o valor da venda é igual ao valor da compra, claro que sabe qual é o valor! E o senhor não quer dizer qual é o valor.

É que se o senhor me dissesse: eu sou presidente da assembleia-geral, eu sou vogal do conselho fiscal, ou eu sou não sei quem, e disseram-me, e eu acreditei, que o valor da venda era igual ao valor da compra, nesse caso, eu diria está bem! O senhor não era o responsável, o senhor até era o assessor da administração, ou não sei quem, e trabalhava com alguém e esse alguém era uma pessoa em quem acreditava piamente que lhe tinha dito a verdade; nesse caso, tudo bem!

Mas não! Veja lá, Sr. Prof., o senhor é o presidente do conselho desse fundo e o senhor insiste em dizer (talvez já o tenha dito 20 vezes) que o valor é igual ou que se equivalem. Mas não é capaz de nos dizer qual é o valor.

É que, se o senhor nos disser qual é o valor, nós ficamos a perceber se esse documento é verdadeiro ou falso.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, mas o valor eu disse-o há pouco. Quando o Sr. Deputado, há pouco, falou nos 35 milhões de euros, eu aceitei o número.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Não! Se é esse o número, o senhor é que está a dizer.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas não quero negar esse número.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Portanto, o valor da venda é de 35 milhões de euros?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O que estou a dizer é que, se o valor da compra foi 35 milhões de euros, o valor da venda é de 35 milhões de euros.

Risos.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — E se eu lhe disser que o valor da compra foi de 1 dólar, o que é que o senhor responde?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Que não acredito!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Adiantou um bocadinho, Sr. Prof., mas é complicado...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Digo-lhe, mais: nunca, nunca foi de 1 dólar!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Está bem. Mas é que a venda foi de 1 dólar, como o senhor...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ah, mas eu quero dizer-lhe que não! Não foi 1 dólar o valor da compra!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Muito bem. Passamos à frente.

O meu colega já lhe fez esta pergunta, mas vou também fazer um exercício para ver se se lembra de mais alguma coisa sobre esses levantamentos em caixa, que eram distribuídos ou arbitrados a algumas entidades ou pessoas.

O valor de 396 582,06 € não lhe diz nada?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, entreguei, há pouco, ao Sr. Deputado Honório Novo, quando ele estava na presidência da mesa,...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Eu vi que lhe deu um papelinho.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — ... um papel onde inscrevi o valor, que considero pessoal, do montante da dívida que contraí junto do banco em Cabo Verde. Entendo que esses valores não são para ser distribuídos, mas pedi ao Sr. Deputado para usar toda a liberdade que eu

lhe dava para os informar pessoalmente, porque o maior interessado no apuramento da verdade desse valor sou eu.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr. Prof., percebo o que disse. Está no seu direito. Mas o senhor está a falar do mútuo, que é um contrato entre o mutuário e o mutuante, em que um empresta ao outro (em termos mais correntes), e do que estamos a falar é de uma dádiva, de uma doação, de dinheiro dado a administradores,...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — ... e estou a perguntar-lhe se o número 396 582,06 € lhe diz alguma coisa.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Muito obrigado.

Entretanto, reassumiu a presidência a Sr.ª Presidente Maria de Belém Roseira.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, é só para confirmar a informação prestada pelo Professor Comprido e dizer que lhe entreguei a si, na qualidade de Presidente, como fiel depositária, esse documento.

A Sr.^a Presidente: — E eu confirmo. Tratando-se de um valor pessoal, penso que não é o objecto desta Comissão, pelo que o manterei como pessoal e reservado, e julgo que nenhum dos Srs. Deputados quererá ter acesso ao mesmo.

Para colocar as suas questões, tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Prof. Francisco Comprido, já ouvimos aqui o Sr. Prof. dizer que não só lia todos os documentos que tinha de assinar como exigia que todos lessem os documentos que assinavam, ou que o senhor assinava em parceria com outras pessoas.

Nesse princípio, o Sr. Prof. certamente leu o relatório da auditoria ao Excellence Assets Fund de que era presidente. Lembra-se de, nesse relatório, se dizer que, em 19 de Março de 2003, esse fundo, o Excellence Assets Fund, vendeu ao BPN Cayman a sua participação de 55 429 750 acções na Biometrics Imagineering, ao preço de 0,6359 €/acção, no montante de 35,240 milhões de euros? Isto consta do relatório de auditoria ao Excellence Assets Fund, de que o senhor era presidente. Lembra-se?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Lembrar-me desses valores todos, não me lembro...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas tem ideia de que o valor de cada unidade de participação, de cada acção, fosse de 0,6359 €?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Para mim, é um valor irrelevante. Interessa-me...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — O valor global de 35,240 milhões de euros?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É outra vez os 35 milhões...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — É que este número não é inventado, está no relatório de auditoria ao fundo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Claro!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Portanto, o Sr. Prof. não se lembra disto.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas foram várias as auditorias.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Deixe-me dizer-lhe o seguinte: ao contrário do que disseram aqui alguns dos meus colegas, acho que o depoimento do Sr. Prof. foi muito importante.

É que esta Comissão chegou, hoje, a uma encruzilhada num aspecto concreto muito importante e a encruzilhada é esta: até agora, neste negócio da venda do fundo, estávamos a lidar com um contrato, que está depositado nesta Comissão e que tem um valor, tem um conjunto de condições e tem um conjunto de intervenientes. E o Sr. Prof. veio dizer-

nos a esta Comissão: não, esse contrato não vale nada, eu era o presidente do fundo; há um outro contrato. O Sr. Prof. até disse a esta Comissão que assinou muitos papéis, aqueles que eram exigidos no Luxemburgo para a venda desse fundo.

Ora, a pergunta que quero fazer-lhe é a seguinte: tem ideia de onde estão esses papéis, esses documentos, esses contratos?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Esses documentos devem estar todos nos arquivos do banco.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — No BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Naturalmente.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — SA?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ou, então, na Sociedade Gestora de Fundos.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Já agora, qual sociedade, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — A BPN Fundos.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Portanto, ou está num sítio ou está no outro.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Presumo eu...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Assim sendo, Sr.ª Presidente, requeria que fossem solicitados ao BPN esses documentos, que estão assinados pelo Sr. Prof., enquanto presidente do fundo, e que, de acordo com o seu depoimento, representam o valor da venda deste fundo, à data, que, suponho, seja 19 de Março de 2003.

A segunda questão que quero colocar tem a ver com o seguinte: o Sr. Prof., então, enquanto presidente do Excellence Assets Fund, não tomou quaisquer providências para permanecer, conforme constava do contrato que tínhamos aqui na Comissão, como accionista da Biometrics, durante dois anos, com a especial condição de não ter direito de voto, após o acordo que foi celebrado entre o Excellence Assets Fund e a Biometrics?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, essa pergunta já me tinha sido feita por um outro Sr. Deputado,...

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente! O Sr. Deputado João Semedo, que me tinha perguntado sobre a venda final...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas eu não estou a perguntar da venda, Sr. Prof.; estou a fazer uma outra pergunta.

É que, depois da venda, ficou acordado que o Excellence Assets Fund, de que o senhor era presidente, durante mais dois anos, se mantinha na Biometrics, em condições especiais, designadamente não

tendo sequer direito a voto. E estou a perguntar-lhe se, enquanto presidente do Excellence Assets Fund, tomou alguma providência no sentido de cumprir estas disposições que estavam afirmadas num contrato.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me recordo dessa disposição.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Vou fazer-lhe outra pergunta, Sr. Prof..

O senhor, enquanto presidente do fundo, tinha confiança no Dr. António Coutinho Rebelo, que era seu colega de administração, então o Sr. Prof. teve conhecimento de uma reunião, que se realizou no dia 26 de Junho de 2002, em que estiveram reunidos accionistas da Biometrics, na qual foi comunicado, segundo uma acta que temos aqui, que, nessa data, tinha havido a transferência de propriedade das acções, que eram inicialmente detidas pela SLN nas empresas Biometrics e NewTech e que tinham passado para o Excellence Assets Fund.

Foi, pois, nesta reunião de 26 de Junho que foi comunicado aos sócios da Biometrics que as acções que eram inicialmente detidas pela SLN SGPS tinham passado para o Excellence Assets Fund e quem esteve nessa reunião a representar o fundo de que o senhor era presidente foi o Dr. Coutinho Rebelo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não tenho memória nenhuma.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas acha plausível que o Dr. Coutinho Rebelo tenha estado numa reunião em 26 de Junho de 2002 a representar o fundo, de que o senhor era presidente, sem que lhe desse conhecimento?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Quando?

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Em 26 de Junho de 2002.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado,...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E não se tratava de uma matéria qualquer, porque, pelos vistos, foi nesta reunião que foi comunicado aos outros sócios da Biometrics que a SLN deixava de ser a detentora das acções e passava a ser o fundo a ter essas acções em seu poder.

Portanto, não era uma reunião nem uma matéria que o presidente do fundo pudesse desconhecer.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, eu gostava de perceber, primeiro, qual foi a data da constituição do fundo, para poder reconstruir essa data, porque, de outra forma, não tenho ajuda.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Estou a ver se, pelas minhas notas, lhe posso dar...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu estou a falar na data da constituição do fundo. Só isso!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Estava a ver se tinha aqui nas minhas notas que tenho à minha frente.

Eu não tenho a data exacta da constituição do fundo, mas o que temos ouvido aqui nesta Comissão é que o fundo deve ter sido constituído algures em 2000 e, depois, a partir de 2001, há uma série de acções já identificadas nesta Comissão, em que entra a SLN e, portanto, pega-se aqui o «fio da meada». Mas o fundo, em princípio — não estou a fazer uma afirmação —, terá sido constituído em 2000.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, é precisamente esta questão das datas que é importante para mim para eu perceber, porque, como eu disse há bocado, não me recordo bem da data de constituição do fundo, mas disse que deve ter sido em 2001 ou 2002 e que a liquidação final foi — foi assim que eu disse — em 2002 ou 2003. Portanto, quando me fala em Março de 2003, eu aceito perfeitamente a data de liquidação; agora, estava interessado em compreender ou, pelo menos, em recordar-me da data da constituição, porque é essa a data...

Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa: 2000 comigo nunca. Para mim é simples.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — O Sr. Prof. só entrou no Grupo em 2001.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não. Eu comecei a trabalhar no Grupo...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Em 2003.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Em 2001.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Em 2000! Em Julho de 2000! E começo como administrador por volta de Setembro ou Outubro.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — De 2001.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — De 2000!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — De 2000. Eu tenho aqui essa data errada. Tinha só em 2001.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas quando o Sr. Deputado...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — E até Dezembro de 2003.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Até Dezembro de 2003.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito bem.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas, quando o Sr. Deputado agora me fala num fundo em 2000, garanto-lhe que não era presidente do fundo em 2000.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Ó Sr. Prof., eu estou a dizer-lhe que julgo que foi em 2000, por aquilo que temos ouvido falar aqui.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Naturalmente!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sendo que essa questão não é muito relevante, porque o Sr. Prof. já ouviu aqui hoje colegas meus Deputados perguntarem-lhe se o Excellence Assets Fund não teria sido adquirido ao La Granjilla, ou coisa que o valha, e, portanto, para efeitos daquilo que interessa a esta Comissão, interessa o momento em que o Excellence Assets Fund é adquirido pela SLN ou por quem quer que seja que tenha a ver com o âmbito desta Comissão. É disso que estamos a tratar! Esse para nós é o ano zero. Portanto, é-me indiferente que o fundo esteja constituído desde 1999... Isso não me interessa nada, interessa-me é que, a partir de determinada altura, entra no universo SLN, qualquer que seja a forma de que essa entrada se revista, e, a partir daí, interessa ao objecto desta Comissão, tendo em conta aquilo que nós estamos a discutir. É esta a questão.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu penso que isso percebi, mas aquilo que estou a dizer é que não estou a negar que o fundo tenha começado antes dentro do universo do Grupo. Eu estou a referir-me ao fundo, que tem esta custódia no Luxemburgo, e a constituição deste fundo é posterior. Eu estava a tentar conseguir ajuda para perceber em que data é que isto se relaciona com o que o Sr. Deputado me está a perguntar.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Prof., neste momento, com os dados que tenho — e não tenho aqui muitos —, posso dizer-lhe que...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, deixe-me só...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Prof., deixe dizer-lhe só uma coisa: o Sr. Prof., no dia 3 de Junho de 2002, envia, como *Chairman* do Excellence Assets Fund, conjuntamente com o Dr. António Coutinho Rebelo, uma carta ao Sr. Hector Hoyos, em que assume, em nome deste fundo, que, desde 2001, o fundo é dono das acções que eram detidas pela SLN, SGPS.

Trata-se de uma carta assinada pelo Sr. Prof. e pelo Dr. António Coutinho Rebelo, enviada em Junho de 2002, comunicando ao Sr. Hoyos que, desde 2001, as acções que eram da SLN, SGPS são do Excellence Assets Fund, de que o senhor era presidente.

Ora, é na sequência dessa carta que ocorre a reunião de 26 de Junho, de que lhe falei há pouco, em que, formalmente, é comunicado aos outros sócios da Biometrics — e onde o Excellence Assets Fund estava representado pelo Dr. Coutinho Rebelo — que o Excellence Assets Fund era o detentor das acções anteriormente detidas pela SLN, SGPS.

E eu pergunto, novamente, ao Sr. Prof.: não se recorda disto?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, em primeiro lugar, muito obrigado, porque agora começo a perceber. Se eu escrevi essa carta em nome do fundo, eu era presidente do fundo nessa data. Se faço uma referência ao ano de 2001, posso não ser presidente em 2001,

mas com certeza que me estou a referir a uma operação de que tive conhecimento.

Em relação à transacção da propriedade a que o Sr. Deputado se está a referir, não tenho memória, mas não me choca nada o que está a dizer, porque, naturalmente...

Ó Sr. Deputado, eu penso que disse há pouco que as unidades de participação do fundo estão, com certeza, registadas nos balanços das empresas do Grupo. Tenho a certeza, Sr. Deputado!

Portanto, vamos lá ver: ao nível máximo, que é a sociedade-mãe — a SLN, SGPS penso que é a mais alta —, isso tem de fazer parte do chamado inventário de títulos no final do relatório anual. Tem de lá estar! A informação é pública, não há...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, não tenho mais perguntas para fazer.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Boa noite, Sr. Prof.

O *curriculum* académico e profissional do Prof. Francisco Comprido é impressionante e, portanto, quem tem este *curriculum* e exerceu funções compatíveis na banca internacional e na banca nacional tem de mostrar a si, aos seus colegas, à opinião pública e ao País que os pergaminhos académicos e profissionais têm correspondência nos actos.

Confesso-lhe que, depois de duas horas de audição, estou decepcionado e gostaria de fazer um pequeno esforço para verificar se, de

facto, o que se tem passado nestas duas horas e meia se trata apenas de lapsos de memória ou de uma doença do foro da amnésia generalizada ou se — pior hipótese, que eu não quereria admitir —, de facto, os *curricula* que aqui foram descritos por V. Ex.^a não tiveram ou não têm correspondência nos actos praticados. Infelizmente isso não abonaria nada relativamente àquelas instituições que tiveram o privilégio de o ter como formando. Vamos ver, apesar de tudo, fazendo uma última tentativa e desafiando-o a, por momentos, honrar o seu próprio *curriculum* profissional e académico.

O senhor é um alto quadro, doutorado em Finanças e membro da administração de um banco — o BPN — que pertence a um Grupo chamado SLN, portanto não admito que uma pessoa com as suas qualificações, com o seu *curriculum* e com as suas capacidades académicas e profissionais, possa pertencer a uma instituição da qual não verifica em detalhe as circunstâncias que lhe dizem respeito enquanto administrador do BPN e enquanto administrador do Grupo a que o BPN pertence.

O Sr. Dr. afirmou-nos que o EAF – vou chamar assim ao Excellence Assets Fund – foi vendido com o seu conhecimento por 35 milhões de euros ou por uma verba desse tipo, deixemos os pormenores, e que essa verba não representou menos-valias para o fundo, ou seja, que o Excellence Assets Fund vendeu a participação na Biometrics sem prejuízo.

Sabemos todos que há um contrato em que é anunciada a mesma venda por 1 dólar, de que o senhor diz não ter conhecimento, mas que está reflectido publicamente nas contas da SLN.

Ora, pergunto-lhe se o senhor, como profissional, como administrador de um banco que pertence a um Grupo, cujo

comportamento económico e financeiro se poderia reflectir no banco de que o senhor é administrador, não teve, enquanto foi administrador do BPN, e não tem a preocupação de ler em detalhe as contas do Grupo ao qual o seu Banco pertence. Pergunto-lhe: é admissível para alguma pessoa que nos esteja a ouvir — esta reunião está a ser transmitida em directo para o País — que o senhor, com as suas qualificações, não tenha tido o cuidado de verificar que estava lá uma venda de uma coisa de que o senhor era presidente e de que o senhor não tinha tido conhecimento?

Gostava que comentasse isto do ponto de vista profissional e académico.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, efectivamente, eu não verifiquei isso nas contas da sociedade-mãe. Verifiquei sempre as contas do Banco Português de Negócios, mas dessa transacção não me recordo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Posso, portanto, concluir que um alto quadro profissional e um professor catedrático...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não...

O Sr. Honório Novo (PCP): — ..., um professor universitário, com doutoramento nesta área, não se importa com as contas anualmente apresentadas pelo Grupo para o qual trabalhava.

Muito bem. É uma conclusão que todos nós temos de registar, porque, naturalmente, diz o que diz e vale, de facto, muito.

Durante esta audição, o Sr. Prof. Francisco Comprido disse que tinha atendido àquilo que o Dr. Rebelo disse nesta Comissão e que o facto de o Dr. Coutinho Rebelo ter dito aqui que a venda da participação da Biometrics pelos tais 35 milhões mais alguns trocos foi feita sem menos-valias, e até com alguma mais-valia por causa do valor cambial, o levou a si a procurar informar-se, a actualizar informação. Disse isso logo no início desta audição para se recordar melhor dessa situação.

O que é estranho é que esse esforço de memória que se auto-impôs para se recordar deste pormenor não o tenha levado também a tentar recordar-se a quem é que vendeu a participação da Biometrics.

E confesso-lhe, mais uma vez, o meu espanto de como é que o senhor, que é tão selectivo perante uma afirmação do Dr. Rebelo aqui reproduzida, que o senhor naturalmente ouviu — porque ouviu; não pode ouvir só partes ou segmentos —, se procurou informar ou auto-recordar-se de uma parte e não se recordou da outra que, para qualquer um dos mortais que nos ouve, é elementar: vendi isto por 35 milhões a quem?

Não acha estranho que esta sua necessidade de recordar-se seja tão selectiva, Sr. Prof. Francisco Comprido?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não acho.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não acha...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu também gostava que ficasse registada esta sua selectividade acentuada em termos da segmentação de matérias que interessam a esta Comissão.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, a palavra «selectiva» é sua.

O Sr. Honório Novo (PCP): — A palavra «selectiva» é minha, exactamente. E eu reafirmo-a, porque quando se fala de um negócio e o senhor procura saber ou procura recordar-se apenas das condições financeiras em que ele foi feito sob a sua presidência, mas não se preocupa em saber a quem é que foi feita essa venda, confesso-lhe que tenho todo o direito — e, certamente, não serei só eu! — a considerar esta sua preocupação como estranhamente selectiva.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado. Eu explico-lhe.

O Sr. Honório Novo (PCP): - Então, explique.

Não me diga que se lembrou entretanto...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado quer que eu lhe responda a essa pergunta? A qual das duas quer que eu responda?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Às duas.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Excelente.

O Sr. Deputado pergunta-me se eu não me preocupo em saber mais. Naturalmente que me preocupo, posso é não conseguir, porque não tenho a informação.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E tinha a informação para se recordar do valor de venda que não tinha tido menos-valias?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente. É exactamente isso. Eu nunca afirmei que o valor de 35 milhões estava na minha cabeça. Eu disse que vi esse número escrito num jornal.

E o que eu lhe disse sempre, e mantive com todos, foi que sabia que menos-valia não tinha nunca existido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, o seu esforço de memória limitou-se ao valor jornalístico.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Peço desculpa, Sr. Deputado,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Repito, Sr. Professor: o seu esforço de actualização da memória limitou-se à leitura de um valor que apareceu num jornal.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado. O valor de 35 milhões... Eu estive aqui disposto a aceitar esse valor como outro qualquer, excepto o valor de um. Esse não aceito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Queria colocar-lhe uma dúvida que me surgiu perante os seus comentários desta tarde e desta noite.

A determinada altura, foi-lhe aqui exibido um contrato de venda da participação da Biometrics, contrato estabelecido, assinado, subscrito pelo Dr. Dias Loureiro em representação de várias instituições, entre as quais o Excellence Assets Fund.

O senhor consultou-o, disse que não punha em causa o contrato, só que não conhece este documento. Portanto, parte-se do princípio que nem o Dr. Dias Loureiro tinha uma procuração sua nem o senhor delegou poderes para esse acto no Dr. Dias Loureiro.

E recordo que — porque escrevi —, na altura, o Sr. Prof. Francisco Comprido disse o seguinte: fui presidente de um fundo com esse nome, sediado no Luxemburgo. Sabe o que é que me passou pela cabeça na altura?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Diga, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O senhor admite que, eventualmente, tenha havido uma usurpação de poderes que deviam ser exercidos por si ou não admite?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado. A razão por que eu disse isso foi precisamente porque, quando consultei, num jornal, aquela notícia sobre a audição, aqui, do Sr. Dr. Coutinho Rebelo, havia uma referência ao início do fundo no ano 2000 e eu sabia que eu não fazia parte do fundo no ano 2000.

Portanto, quero precisar que quando digo que fui presidente do fundo sediado no Luxemburgo... Aliás, no princípio disse-lhe sediado, porque estava convencidíssimo que a sede era no Luxemburgo, mas, pelos vistos, é só a custódia.

Mas esse fundo de que estou falando, de que ouvi aqui relatórios de auditoria... A razão por que eu lhe disse e precisei sediado no Luxemburgo foi, precisamente, para lhe transmitir a ideia de que, se haveria referências a um fundo com o mesmo nome mas com data anterior, eu não tinha conhecimento.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Doutor, não me estou a referir a nenhuma notícia de jornal com essa referência.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Com certeza, com certeza.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Estou-me a referir a um contrato que já lhe foi aqui mostrado hoje, em que participaram várias entidades, entre as quais o EAF, todas elas representadas pelo Dr. Dias Loureiro.

O senhor não põe em causa aquele contrato, mas diz que não conhece o documento, porque não há nenhuma procuração que lhe permita dizer que delegou poderes no Dr. Dias Loureiro.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu não estou a dizer que não há; estou a dizer que não me lembro de ter feito uma procuração nesse sentido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não se lembra de passar uma declaração...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe mais uma coisa: a data que foi referida era a de Março...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, a data era a de 22 de Julho de 2002.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não, não, Sr. Deputado. Não é isso; estou a falar da data de liquidação do fundo. Foi uma data referida por um Sr. Deputado sentado aqui à direita: Março de 2003. E o outro documento que me foi mostrado... Era de Junho ou Julho?

O Sr. Honório Novo (PCP): — De Julho de 2002.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — De Julho de... Portanto, para mim, o fundo estava liquidado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ó Sr. Professor, vamos lá a ver: foi-lhe exibido um contrato de venda da participação da Biometrics, que era detida...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Posso ver outra vez o documento?

A Sr.^a Presidente: — Não se importa que este Sr. Deputado, que está aqui mais perto, lhe faculte o documento?

Pausa.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pensava que o documento que me foi mostrado tinha uma data de 2003.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois. E eu estava a dizer que este contrato estava fora da minha presidência. Agora vejo «2002»... Eu acho que coincide com o tempo em que eu sou presidente.

Mas eu não me recordo de ter dado procuração para um contrato destes.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, felizmente, estamos a ter uma coisa objectiva. É que esse documento que aí está, no qual o Dr. Dias Loureiro representa o fundo presidido pelo Prof. Francisco Comprido...

Está-me a seguir?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sim, sim. Perfeitamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Esse documento não teve a autorizar essa representação nenhum documento assinado, subscrito pelo presidente do EAF.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois. Ó Sr. Deputado, vamos esclarecer. Estou a tentar ajudá-lo também...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, sim. Eu sei. Já estou...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Quando o Sr. Deputado, há pouco, me perguntou sobre este fundo, que começava em 2000 e que...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, deixe-me explicar-lhe. Eu dou-lhe a explicação...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Para mim é irrelevante.

Concentremo-nos em Julho de 2002 e em Março de 2003.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu sei onde é que o Sr. Deputado pretende ir... Mas eu vou lá.

O que lhe estou dizendo é que a organização de fundos de *private equity* é de um fundo sociedade-mãe por cima, que tem várias outras sociedades que são outros fundos. Geralmente, Sr. Deputado, estes fundos, que são filhos da sociedade-mãe, são conhecidos pelo nome do próprio fundo sociedade-mãe e depois põem-se letras à frente.

O que eu estou dizendo é que eu não sei se este contrato pertence, eventualmente, à sociedade-mãe dos fundos, mas se pertence eu não tenho responsabilidade sobre essa sociedade-mãe. Eu estou a tratar do fundo que tem estes activos, o activo que inclui a sociedade de Porto Rico

e sobre a sociedade de Porto Rico, que é detida pelo fundo de que eu fui presidente que tem a custódia no Luxemburgo, eu não assinei nenhum contrato.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado, Sr. Prof., é exactamente disso que se trata, porque o que aí está é o contrato de venda da participação, da detenção das acções da Biometrics.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu tentei ser claro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, a questão que lhe coloquei e volto a colocar-lhe a mesma questão nos exactos termos, é a seguinte: clarificadas as datas, admite que tenha havido uma usurpação de poderes relativamente àquilo que era o seu próprio poder, enquanto presidente de uma instituição EAF, seja ela mãe ou filha, que tinha ou que detinha, aquilo que foi vendido no dia 26 de Julho de 2002, conforme consta deste contrato?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu as definições jurídicas... usurpação, eu não sei. Eu estou é a dizer aquilo que disse ao Sr. Deputado, isto é, no que diz respeito aos activos que pertencem ao fundo nesta data deste contrato, porque eu penso que nesta data eu era presidente do fundo, eu não participei neste contrato.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, permita-me fazer uma afirmação: se não participou neste contrato e era presidente do fundo que detinha a participação que foi vendida através desse contrato, que

conclusão tiramos? Só podemos tirar uma e sou eu que o afirmo: é que há alguém que usurpou poderes que não podia utilizar, pelo menos.

Agora, gostaria de ouvir a sua opinião relativamente a um outro facto, que é o facto da compra na participação na Biometrics. No relatório que aqui já foi várias vezes citado por alguns colegas meus, ou melhor numa carta escrita pelo Prof. Francisco Comprido dirigida aos accionistas sobre esta compra, apelidava-se a participação do EAF na Biometrics como um estimulante de negócio, em termos genéricos é o que diz essa carta.

Sr. Prof., o presidente de uma instituição que adquire uma participação significativa numa empresa, como foi o caso da EAF sobre a Biometrics, deve avaliar a rentabilidade do negócio – aliás, acho que essa é uma obrigação mínima de qualquer economista de carteira, quanto mais de um professor doutorado na área financeira.

O senhor acaba de dizer durante esta audição que a Biometrics Imagineering era uma empresa que tinha boas perspectivas. Mas nós sabemos, e o senhor tinha de saber como presidente da entidade que comprou a empresa, que tinha havido vários relatórios técnicos que desaconselhavam aquela compra e várias observações escritas que diziam que aquele negócio não poderia corresponder, em termos de rentabilidade, a qualquer boa perspectiva, para utilizar as suas palavras.

Assim, eu quero saber se o Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido consultou — ou não — esses relatórios, que agora são públicos, na altura pertenciam ao Grupo, que desaconselhavam vivamente esta aquisição.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não li.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não leu nenhum dos relatórios?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Nenhum dos relatórios.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não teve acesso a nenhum relatório, mas teve acesso certamente a relatórios que aconselhavam a compra.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Também não me recordo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Também não se recorda.

Então, como é que um presidente de uma empresa, de um fundo neste caso, decide adquirir uma coisa sem consultar relatórios que lhe aconselhem a compra, ou que lhe desaconselhem a compra, como é o caso? Havia dos dois lados...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, a compra desta sociedade por este fundo foi uma compra que, do meu ponto de vista, deveria ser assegurada...

Era um fundo, portanto o aspecto relevante na compra da sociedade é a avaliação económica da empresa e eu tive e li relatórios sobre o valor da empresa que incluíram relatórios das sociedades que depois ficaram como auditoras do fundo. Portanto, a validação do valor da empresa foi-me assegurado pelos relatórios das empresas que fizeram a avaliação da sociedade.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Recorda-se de quem foram as empresas avaliadoras das sociedades que foram adquiridas?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Os relatórios que me foram dados foram os relatórios da Deloitte.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ao que foi informado por vários depoentes, quem faz a avaliação da empresa Biometrics foi o Banco Efisa, não foi nenhuma auditoria.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não nego.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então admite?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Admito perfeitamente que seja possível.

Mas, Sr. Deputado, há aqui uma pequena questão que para si é irrelevante, e que tem a ver com o valor de compra de empresas do ponto de vista económico, do potencial que isso pode oferecer. Ora, isso já ultrapassa completamente a minha passagem pelo banco. Há uma reflexão que devo dizer que com todas as notícias que tenho visto, ocorreu-me há pouco tempo. Não sei se o Sr. Deputado já viu, pelo menos na província há bastante, uma série de máquinas de cartões cor-de-rosa, são as máquinas dos cartões da sociedade que o BPN arranjou.

Devo dizer-lhe, como já tinha saído há algum tempo, que fiquei surpreendido quando vi uma quantidade tão grande, sobretudo no interior. E a minha pergunta é esta: como é que é possível que um banco tão pequeno tenha conseguido construir um número tão grande de máquinas tão depressa? Eu digo-lhe, no meu pensamento fica uma

resposta: nunca conseguiriam ter feito isto se não tivessem investido há mais tempo em outras coisas de tecnologia.

Portanto, se é verdade que, do ponto de vista estritamente contabilístico, possa ter havido uma menos-valia numa transacção a verdade é que quando se olha no tempo deve ser-se capaz de imputar às empresas que vêm depois e que têm sucesso, os custos que lhe vieram do insucesso das primeiras. Não sei se estou a ser claro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sobretudo quando as primeiras abrem falência três meses depois de serem compradas, ou quase, mas essa é uma outra consideração.

Já que fez um comentário eu tenho de fazer um comentário do mesmo tipo, que é este que acabo de fazer e um outro: do ponto de vista da tecnologia aplicável, nem seis meses depois de ser efectuada a compra, já havia uma decisão do próprio grupo SLN para vender e não concretizar a plenitude dessa compra.

Portanto, quando o presidente da empresa ou do fundo comprador é um reputado e conceituado profissional da área que tem de analisar relatórios, tem de analisar vantagens e desvantagens, opta por um negócio destes, não há, passo a expressão, nenhuma lavagem, por mais eficiente que seja, que desresponsabilize um acto tão pouco prudente do ponto de vista profissional.

Mas queria passar à frente, pois não vou ficar em considerações deste tipo, e gostaria de voltar ao seu crédito pessoal sem, naturalmente, entrar por nenhuma consideração daquelas que são estritamente do domínio pessoal que já aqui foram referidas.

Apelando à sua preparação académica e profissional queria perceber o seguinte: não achou estranho que esse seu financiamento fosse tratado directamente pelo Dr. Oliveira e Costa? Não achou estranho que o senhor não tenha tratado directamente com o banco que lhe presta esse financiamento? Não se perguntou?

E já agora porque não referiu, mas se quiser referi-lo — porque não é o primeiro caso que nos é aqui apresentado de créditos concedidos a partir do Banco Insular, por intermediação do Dr. Oliveira e Costa, já aqui um outro foi vastamente abordado por nós, e na altura também se colocou esta questão, eu diria que colocaram-na nos exactos termos — foi no contrato de mútuo assegurada a garantia hipotecária correspondente ao empréstimo prestado?

Uma outra pergunta sobre este seu financiamento pessoal: o que é que o levou a ter-se obrigado a apresentar, não ao banco que lhe concedeu o financiamento — eventualmente, se assim o entendesse — mas ao Dr. Oliveira Costa, um relatório reservado sobre a evolução das liquidações de capital e juros, a que se obrigava todos os meses?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu gostava de...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Como bem pode entender, todo este tipo de operações — não queremos saber pormenores — corresponde ao que, do ponto de vista normal (não queria utilizar outra expressão), não é nada normal na concessão de financiamentos.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, referi-lhe que a questão deste financiamento ter sido realizado desta forma foi porque eu

tinha informado o presidente que ia buscar financiamento numa outra instituição

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Prof., se me permite, isso não condiciona nada daquilo que eu disse.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado pergunta-me se achei algo de pouco habitual nesta matéria e o que lhe posso dizer é que o que talvez tenha achado menos habitual foi o facto de, tendo tratado directamente com o Sr. Presidente este contrato, a operacionalização do crédito fosse, depois, feita directamente na minha conta. Ou seja, procurando uma certa discricção na operação, afinal, não a consegui totalmente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Porquê, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Se é debitado na minha conta o montante dos juros, com certeza há mais pessoas no departamento de pessoal que passam a saber que eu tenho um empréstimo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Passou-lhe pela cabeça que pudessem julgar que era um empréstimo concedido pelo próprio BPN? Na cabeça dos outros.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Essa escapa-me, completamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que é que lhe escapa, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas, com certeza, deve ter sido referido, porque o meu empréstimo era um empréstimo regular.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Na minha conta, entrar uma transferência de um banco externo... É a vida!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, com certeza que esse empréstimo era referido ao Sr. Presidente, porque foi ele, com certeza, que deu as instruções para ser feito dessa maneira.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nada mais daquilo que elenquei o Sr. Prof. Francisco Comprido acha pouco habitual nas relações entre um cliente e um banco nos contratos de mútuo de apresentação de financiamento?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu cumpri todas as obrigações...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Prof. Francisco Comprido, percebo que o senhor, de uma forma muito frequente, tenha lapsos de memória ou ausência de memória. É perfeitamente legítimo e compreensível. Pedia-lhe, no entanto, que fizesse um esforço para, quando sou muito objectivo nas questões, não procurar — utilizando uma gíria parlamentar — responder ao lado!

Portanto, o que lhe perguntei foi se acha normal, habitual que o seu empréstimo, contraído junto de uma instituição bancária que nada tinha a ver com o BPN, segundo o seu entendimento, fosse tratado pelo presidente do BPN e não com esse banco, bem como que o senhor se auto-obrigasse a apresentar um relatório da evolução das responsabilidades financeiras que tinha contraído não junto de quem entendesse, mas junto do presidente do BPN — não se sabe bem porquê.

Também não referiu se foram prestadas, no contrato, as garantias reais suficientes para os créditos hipotecários.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu não falei em créditos hipotecários.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu utilizei uma expressão errada. O que quis perguntar foi se, no contrato de mútuo, não foram prestadas garantias correspondentes ao financiamento de que o senhor beneficiou.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O contrato foi feito sem a prestação de garantias?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E também achou isso normal, habitual?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, foram os termos do contrato.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não lhe passou pela cabeça perguntar ou querer saber, junto do Presidente do Banco Insular, por que é que não lhe...

Diga-me uma coisa, Sr. Prof. Francisco Comprido: se alguma outra pessoa de outro banco fosse pedir-lhe um financiamento do mesmo tipo, o senhor concedia-o através de um contrato sem a prestação de garantias reais? Concedia-lhe?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu percebo o que está a perguntar...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Concedia ou não concedia, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu respondo à sua pergunta.

O Sr. Deputado está me falando sobre a questão que se põe para o banco que empresta de tomar o risco de uma pessoa. É essa a pergunta que me está fazendo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Qualquer banco!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida.

Mas o que se passa no meu caso é que — e agora tenho de dar-lhe uma explicação adicional —, enquanto administrador, fui contratado pelo presidente do banco e o contrato que acordámos é um contrato verbal.

Durante o tempo de administrador, nunca fui funcionário do banco. As minhas expectativas relativamente à remuneração do meu trabalho no banco eram bastantes superiores ao montante do empréstimo. As minhas expectativas de remuneração nunca me foram negadas pelo Sr. Presidente e, portanto, no meu entendimento, a garantia que poderia dar relativamente a esse contrato eram essas minhas expectativas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Prof. Francisco Comprido, quem me dera, nas minhas relações bancárias, serem essas as garantias a apresentar. Feliz de quem tem essas garantias, Sr. Prof.!

Eu tenho as expectativas de um vencimento como Deputado!...

Risos.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, peço desculpa, mas vamos continuar os nossos trabalhos, porque já estamos aqui há muitas horas. Já estou a presidir a comissões desde as 14 horas, portanto agradecia que me facilitassem o trabalho.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Presidir é muito mais fácil, Sr.ª Presidente...

Retomando, o Sr. Prof., enquanto administrador do BPN, era responsável pela área financeira. Suponho que lhe passaria pelas mãos

toda a contabilidade do banco e, portanto, foi o responsável da contabilidade do BPN nos anos de 2001, 2002 e 2003.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado. Eu sou o responsável pela tesouraria. Portanto, pelas entradas e saídas de dinheiro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Suponho que o Sr. Prof. respondeu afirmativamente à pergunta que lhe fiz, isto é, que lhe passavam pelas mãos... — ou não? Vou reformular e repetir a pergunta: passava-lhe pelas mãos a contabilidade do BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu preciso da contabilidade do banco para poder conhecer os valores do balanço que afectam as entradas e saídas de dinheiro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E, portanto, nunca reparou em transferências efectuadas do BPN para empresas *offshore*, para o Banco Insular... Nunca reparou nessas transferências?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, há bocado, numa pergunta de um outro Sr. Deputado...

O Sr. Honório Novo (PCP): — É a segunda vez que esta questão é colocada.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois.

Eu explico: todas as operações efectuadas entre o banco e outra instituição financeira, quer de tomada quer de colocação de dinheiro, de acordo com o regulamento que foi aprovado em finais do ano 2000, são obrigatoriamente transacções da tesouraria. Todos os bancos com quem o banco transaccionava faziam parte de um anexo desse regulamento, que era aprovado e actualizado em reunião de conselho.

Há bocado, o que referi em relação a esse banco foi que ele nunca fez parte dessa lista. Nunca houve transacções feitas através da área financeira com esse banco. É isto que eu quero dizer.

Sr. Deputado, para se fazer uma transacção com um banco, quer seja tomar dinheiro do banco, quer seja colocar dinheiro no banco, mas para tomar, era preciso ter uma análise do banco feita pelo departamento internacional que entrava e contactava directamente com os bancos, pedindo informação sobre os últimos cinco anos e todos os detalhes.

Era um estudo que era feito.

Havia um modelo de risco que, depois, era utilizado para podermos atribuir níveis de risco para os bancos onde se colocava dinheiro. Era este o procedimento.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Suponho poder dizer que o Prof. Francisco Comprido era o responsável por toda a área da tesouraria do BPN, o que implicava ser responsável por tudo o que se passava na contabilidade do BPN.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Na parte que diz respeito às tomadas e às colocações de dinheiro. Portanto, o que não inclui decisões como, por exemplo, as que tenham a ver com o risco de crédito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, não estou a falar disso. Estou a falar apenas em registo de operações e de movimentos.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Movimentos de dinheiro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não estou a referir-me aos riscos das operações efectuadas e que são registadas.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É apenas ao registo contabilístico, digamos assim.

O Sr. Prof. nunca teve a percepção de que, durante parte do período em que foi administrador do BPN, o BPN, os serviços que estavam sob a sua alçada...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... também faziam a contabilidade do Banco Insular?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não?! Mas, então, apesar do seu espanto, vou dizer-lhe que o presidente do Banco Insular disse aqui, aquando da audição, que o senhor, aliás, suponho, terá ouvido...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não ouvi, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, fica a saber que o Dr. José Vaz Mascarenhas disse aqui, claramente e de uma forma insistente, que em parte do período em que, enfim, o senhor fez parte da administração do BPN, a contabilidade do Banco Insular era feita pelos serviços do BPN. Espanta-o, Sr. Professor?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Completamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E a mim ainda mais...!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida, Sr. Deputado!

O Sr. Honório Novo (PCP): — O senhor, um professor, um homem doutorado, com a sua capacidade e experiência profissional, pelos vistos, não sabe o que se passava nos serviços que administrou e tutelou durante três anos. Não acha espantoso, Sr. Professor?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Acho, sim senhor!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E de quem é a responsabilidade?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É minha.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem! É sua.

Gostava de saber alguma coisa sobre o funcionamento das reuniões do conselho de administração do BPN e das respectivas actas.

Como é que eram elaboradas as actas? Havia projectos de actas que eram assinados? Quem é que estava encarregue de elaborar as actas? Como é que eram elaboradas? Havia contributos de diversos administradores para a elaboração das actas? Pergunto porque, como sabe, é público, este conjunto de questões prende-se com aquilo que tem vindo a ser bastante divulgado na comunicação social e em vários depoimentos, de que não havia actas, de que as actas não eram assinadas, enfim, tem a ver com uma série de referências deste tipo.

Já agora, qual era a participação, que tipo de participação é que tinham os administradores não executivos no conselho de administração do BPN, designadamente ao nível da frequência da participação nas reuniões, que, suponho, eram semanais, e ao nível da sua própria intervenção?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, as reuniões do conselho de administração eram semanais. As actas eram preparadas pelo secretariado de apoio ao Sr. Presidente, eram, depois, distribuídas (falo por mim!) aos administradores. O administrador analisava-a, sobretudo a redacção da parte que lhe competia, e, depois, estava pronta para assinar. Era este o processo de funcionamento.

O processo de preparação das actas não era um processo de preparação semanal. E, portanto, muitas vezes havia uma acumulação de actas de reuniões anteriores, que, naturalmente, se traduzia num esforço acrescido de avaliação das diferentes partes da contribuição dos administradores, e, depois, naturalmente, assinavam-se essas actas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Em forma definitiva ou em forma de projecto, Sr. Professor?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, recorde-me que, no meu tempo, houve essas duas maneiras. Mas, vamos lá a ver, nunca foram apresentadas definitivamente.

Portanto, havia um projecto de acta, que só depois de analisado é que era assinado. Nunca foi: «está aqui para assinar»!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Os administradores assinavam o quê, as actas na forma final ou na forma de projecto?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — A assinatura era na forma final.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E a participação dos administradores não executivos?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Administradores não executivos no Banco?! Não conheço!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não sei se coincide com a sua administração, mas vou citar-lhe um nome: Dr. Abdool Vakil...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não! Não era do Banco!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi administrador, suponho que posteriormente à sua saída...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não...!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Era administrador não executivo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Do BPN, SA?!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, peço-lhe, mais uma vez, imensa desculpa, mas eu não tenho conhecimento disso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se recorda. Foi, de facto, posterior à sua saída, mas...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Como não executivo do Banco?!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me recordo de ver essa fórmula.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas havia. No seu tempo não havia?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não havia não executivos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente! Não houve não executivos durante o período em que o senhor...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Até Dezembro de 2003.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem. Basta-me essa resposta. Já agora, o Professor Francisco Comprido nunca foi administrador do Banco Efisa?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu disse há pouco que tinha sido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi em que período?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não me pergunte. Foram cerca de seis meses, penso eu.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Em que ano?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Deve ter sido no ano de 2002...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi em simultâneo com a administração do BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sim, sim!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E teve alguma autorização especial do Banco de Portugal para fazer essa acumulação?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu quero acreditar que sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se recorda se o Banco de Portugal...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E recorda-se de ter pedido essa autorização?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, penso que isso é parte do processo formal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, como diz que, pelo menos durante seis meses, foi administrador do Banco Efisa e nunca nos disse

que interrompeu ou suspendeu durante seis meses a sua qualidade de administrador do BPN...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não! Eu não disse que suspendi!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu não estou a dizer isso, Sr. Prof..

Como nos disse que tinha sido, pelo menos, durante seis meses administrador do Banco Efisa e não nos disse que tinha suspenso durante o mesmo período a sua função enquanto administrador do BPN, houve, pelo menos, num período de seis meses, julgo eu, uma acumulação da sua qualidade de administrador do Banco Efisa com a de administrador do BPN.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E, naturalmente, pergunto-lhe se isso não é passível da obrigatoriedade de uma informação e de um pedido de autorização do Banco de Portugal. Se foi feito, qual foi o tipo de resposta?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu quero acreditar que tenha sido feito e não vejo razão para ter sido recusado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quer acreditar que foi feito e quer acreditar, naturalmente, que não foi recusado.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Totalmente. E penso que não terá sido só ao Banco de Portugal, estou a falar da CMVM, também.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ainda relativamente ao BPN e às relações com o Banco de Portugal, o Professor Francisco Comprido diz ter participado (disse-o aqui, informou-nos), pelo menos, numa reunião com o Dr. Oliveira Costa no Banco de Portugal. Nós sabemos, todos sabem, o país sabe, que, pelo menos, o Banco de Portugal diz que durante anos pressionou, com uma série de questões, o Grupo SLN e o BPN.

O que quero saber é se o que vos foi comunicado nessa reunião foi tratado no conselho de administração e foi feita uma informação transversal a todos os administradores.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, deixe-me responder-lhe já, porque receio que, depois, esteja a incluir a sua pergunta na minha resposta.

Eu não gostaria de dizer que o Banco de Portugal pressionou. Eu acho que o Banco de Portugal não pressiona. O Banco de Portugal dá instruções para que o Banco cumpra as suas instruções. Não há pressão do Banco de Portugal neste sentido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Se quer a minha opinião, foi pena, Sr. Professor! É uma opinião pessoal.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Se o Sr. Deputado me tivesse perguntado se eu entendia que essas instruções eram severas, eu, possivelmente, ter-lhe-ia dito que sim. Portanto, talvez seja a minha

interpretação da palavra «pressionar» que me esteja a alterar a interpretação. Mas todos os administradores do Banco tiveram conhecimento do conteúdo dos encontros com o Banco de Portugal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Todos os administradores sabiam, tinham conhecimento das reuniões com o Banco de Portugal e sabiam do que estava pendente por responder?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Presumo bem que sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Professor Francisco Comprido, é importante precisar isto, ajude-nos se faz favor.

Quando tiveram a reunião, o senhor e o Dr. Oliveira Costa, no Banco de Portugal foram colocados uma série de problemas que o senhor já há pouco referiu.

A questão que coloco não é saber se o conselho de administração tomou conhecimento de que dois membros da administração do BPN foram ao Banco de Portugal, não é isto; o que quero saber é qual foi o grau de informação sobre os problemas concretos colocados na reunião entre o Banco de Portugal e o BPN, representado por dois administradores, e se todos esses problemas concretos foram ou não, eram ou não, objecto de transmissão e debatidos nas reuniões do conselho de administração.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, naturalmente que todos os administradores tiveram conhecimento do conteúdo dessa reunião com o Banco de Portugal. Não tiveram possivelmente um relato

exacto de tudo, mas, juntamente com as reuniões do Banco de Portugal, o Banco de Portugal, ao que me recordo, produzia uma carta, onde apresentava as suas determinações, e essas cartas eram distribuídas a todos os senhores administradores.

O Sr. Honório Novo (PCP): — A todos os senhores administradores!?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, é do que estou plenamente convencido.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Professor teve conhecimento das reservas da Deloitte relativamente às contas do BPN de 2002?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Claro!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E teve conhecimento da recusa da assinatura de contas por parte de alguns seus colegas administradores?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Quando?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Relativamente às contas de 2002, por exemplo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não teve conhecimento de ter havido pessoas que se recusaram a assinar as contas do BPN, em 2002?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, Sr. Doutor, posso dizer-lhe que, de entre os seus antigos colegas administradores, não é apenas um que já o disse aqui de forma explícita e clara.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, estou a falar do Banco Português de Negócios, SA.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, de forma alguma!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Também não sabe? Não conhece?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Estou a dizer-lhe: não me recordo absolutamente nada disso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O Sr. Deputado quer adiantar alguma coisa sobre essa matéria?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, não quero adiantar. Quero dizer, exactamente, que houve colegas seus que, por várias razões, se recusaram a assinar as contas de 2002 e que, de facto, não o fizeram.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — No Banco Português de Negócios, SA?

O Sr. Honório Novo (PCP): — No BPN, exactamente.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não quero dizer que isso não é verdade...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não quer dizer que isso não é verdade?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — ... mas sinto-me quase que obrigado...

O Sr. Honório Novo (PCP): — A dizer que isto não é verdade?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Fica registado, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado Nuno Melo pediu a palavra, para uma segunda volta de perguntas?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Exactamente, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Peço-lhe que seja o mais breve possível, por favor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou ser, Sr.ª Presidente.

Sr. Professor, tive este tempo de audição para reflectir um pouco sobre o que aqui nos trouxe e sobre o que era a expectativa da Comissão.

Entretanto, recordei-me de um velho conceito do Código Civil, estabelecido no artigo 487.º, acerca das circunstâncias em que, à falta de outro critério legal, se aprecia a culpa — muito embora nós, aqui, não tenhamos de apreciar culpas do que seja — segundo aquele velho critério do *bonus pater familias*, o «bom pai de família», em face das circunstâncias de cada caso.

Quando o Sr. Professor aqui entrou, eu tinha uma perspectiva de alguém que estava acima dessa média do «bom pai de família» e, em face das circunstâncias deste caso, de alguém que nos traria muito mais porque tinha essa obrigação.

Devo dizer-lhe, Sr. Prof., reflectindo e pesando muito bem as palavras, que, depois do que aqui se passou, de duas, uma: ou o Sr. Professor, premeditadamente, não está a dizer-nos o que é sua obrigação transmitir a esta Comissão; ou, em boa verdade, o Sr. Prof. deve achar que pode tratar, com alguma ligeireza, do relacionamento com esta Comissão no que é o esclarecimento da verdade. E digo-lhe porquê.

É que o Sr. Professor falta, de facto, à verdade, inclusivamente em relação àquilo que lhe mostro para o senhor ler, tentando recordar o que tenho a certeza que o Sr. Professor sabe.

Começo logo por um documento que tive a possibilidade de lhe facultar, que é escrito e expressa as responsabilidades e o grau de conhecimento que, necessariamente, o Sr. Prof. tem de ter — estamos a falar de documentos que assina — e, principalmente, no acto em que lho mostro, esclarece exactamente o contrário da resposta que o Sr. Professor, depois, dá.

Há pouco, o Sr. Professor dizia: era meu convencimento que o fundo tinha adquirido a totalidade da Biometrics.

Sr. Professor, em Dezembro de 2001, a Excellence Assets Fund fez a sua aquisição de 25% da Biometrics Imagineering — pág. 6 do relatório que lhe mostrei. Está aqui, no documento, Sr. Prof.! Já não se trata do esforço de memória, relativamente ao qual o Sr. Prof. quer convencer-nos (convencerá quem quiser, a mim, não!) que não sabe. O documento, Sr. Prof., o tal relatório semestral esclarece claramente que a participação era de 25% da Biometrics.

Ora, não é normal e, seguramente, não é verdade que o principal responsável deste fundo, sabendo das circunstâncias da aquisição desta empresa, venha dizer-nos: ponto um — que tinha adquirido a totalidade, quando sabia que eram 25%; ponto dois — percebendo que eram 25%, não sabe quem são os outros...!

Sabe, Sr. Prof., o critério do «bom pai de família» tenho-o por aplicável também ao Parlamento e, desde logo, às pessoas que constituem esta Comissão.

O Sr. Professor não achará que nos convence que, num fundo a que preside e que tem uma participação de 25% numa empresa, não sabe quem detém os outros 75%...! O Sr. Prof. achará que acreditamos nisso? Provavelmente, pouco se importará, mas garanto-lhe que, pelo menos, eu próprio não acredito.

O que é mais grave é que todos sabemos da restante participação, todos já sabemos dos termos dessa participação. Já aqui foi dito por outras pessoas — lá está: no velho critério do «bom pai de família», muito acima do que, supostamente, será a média e, supostamente, também seria a média quando foram convidados para desempenhar as funções que desempenharam, não é verdade? —, já o assumiu o Dr. Coutinho Rebelo, já o explicaram pessoas que lidavam consigo todos os dias, pessoas que participavam nas tais reuniões em representação do fundo.

E o Sr. Professor vem aqui e diz: não me recordo?! Só pode estar a brincar, Sr. Prof., até porque nem acredito, nem é razoável pensar-se...

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, agradecia que não usasse um tipo de linguagem que não é apanágio desta Comissão...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, o tipo de linguagem...

A Sr.^a Presidente: — Até porque ninguém estará aqui a brincar, é legítimo que o Sr. Deputado coloque as suas dúvidas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tem toda a razão, mas também lhe digo, Sr.^a Presidente, que é um bocadinho em reacção à

violência a que estamos a ser submetidos aqui, com esta estratégia de intervenção que não lembra a ninguém, Sr.ª Presidente.

Dou outra demonstração de como o Sr. Prof. faltou à verdade à Comissão.

Já o fez em relação ao fundo e à participação de 25%, e um outro aspecto tem que ver com o momento em que pediu ao Deputado Miguel Macedo que lhe dissesse quando foi. O Deputado Miguel Macedo não sabia, o Sr. Professor sabia, porque eu mostrei-lhe o documento. Está aqui claríssimo: o Excellence Assets Fund, pelo período de 21 de Dezembro de 2000, começo das operações. Foi em 21 de Dezembro de 2000, Sr. Professor; não foi em 2001!

A este propósito, pedindo novamente um esforço de memória ao responsável primeiro deste fundo, que não pode desconhecer as circunstâncias, pergunto-lhe, Sr. Prof., quais foram as empresas e as obrigações de que este fundo teve participação — também está neste documento e o Sr. Professor viu-o.

Portanto, quais foram as empresas de que este fundo teve participação?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É a pergunta do Sr. Deputado?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Prof., voltamos ao critério do «bom pai de família»: que lhe parece, Sr. Prof.?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, em relação aos seus comentários, o Sr. Deputado não estava aqui, mas vou informá-lo de

que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues fez uma leitura da legislação a que se aplica tudo o que eu aqui diga. Eu estou debaixo desta legislação e tomo responsabilidade por tudo o que digo.

Eu não gosto que digam que falto à verdade. Não é bonito da sua parte, Sr. Deputado.

Em relação às datas que o Sr. Deputado está referindo, eu referi-lhe algumas datas que eram o que eu pensava. Mas, como lhe digo, estou disponível para, a partir do momento em que veja o documento, saber reconhecê-lo.

Há bocado, o Sr. Deputado — deixe-me dizer-lhe porque também não estava aqui — apresentou-me um documento, e o que eu tinha ouvido dizer, ouvi-o a si, é que o documento era de 2003. Afinal, o Sr. Deputado mostrou-me uma cópia e o documento era de 2002. Peço desculpa, não percebi, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tem toda a razão. É que o Sr. Professor confundiu-se. Está confundido.

O documento que lhe mostrei, que é o tal relatório semestral...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não! O outro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas eu estou a falar do outro. Estou a falar do relatório semestral, Sr. Professor!

O relatório semestral que refere os 25% de participação do Excellence Assets Fund na Biometrics é o documento de que fiz o Sr. Professor portador neste momento e no qual, claramente, na base das contas que o Sr. Prof. assina, isso é esclarecido.

O Sr. Prof. pega no documento, eu peço-lhe que o avalie com cuidado e a única coisa que reconhece é que «bom, de facto, eu achava que fosse no Luxemburgo que o fundo estivesse sedeadado mas, afinal, é nas Ilhas Cayman...». Sr. Prof., francamente!...

Já nem sequer quero especular ou comentar a circunstância de o Sr. Professor ser presidente de um fundo que nem sequer sabe onde está sedeadado, já nem sequer quero ir aí, porque, enfim, parece-me elementar — se sou presidente do que seja, no mínimo sei do que sou presidente!...

Mas refiro-me a algo mais que aqui importa em relação ao que eu questionava que tem que ver com a participação do Excellence Assets Fund na Biometrics e com o facto de, neste documento, elaborado no Luxemburgo, na base das informações que o Sr. Prof. presta, é dito da participação, de 25%, do Excellence Assets Fund na Biometrics, e o Sr. Prof., com um ar muito surpreso, diz: «Ah! Eu achava que era a totalidade»?!

Sr. Prof., não estamos a falar de tostões, nem estamos a falar de brincadeiras de empresas, nem estamos a falar de pessoas que brincam aos administradores, não é verdade?

Além do mais, e convém recordar, esta é uma Comissão, na Assembleia da República, que funciona para descoberta da verdade e que, entre outras coisas, tem de apurar da circunstância da nacionalização de um banco, que, porventura, será a primeira desde 1975, com os prejuízos que hoje se conhecem.

Portanto, essa disposição, quase diáfana, com que aqui nos aparece «não me recordo; não me recordo; não me recordo...» Sr. Prof., tem mesmo de recordar! O Sr. Prof. é o presidente deste fundo. Se o Sr. Prof. não se recorda, quem é que se recordará?

Portanto, Sr. Prof., peço-lhe que me explique — e o documento é este — esta participação, de 25%, do Excellence Assets Fund na Biometrics.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, se me dá licença, primeiro, quero falar com o Sr. Deputado João Semedo, porque, há bocado, quando me questionou, disse-me que o fundo tinha adquirido 25%. Eu disse-lhe que não tinha a certeza e que pensava que era 100%.

Pelos vistos, o Sr. Deputado chama-me a atenção para o papel que assinei que diz que a compra foi 25%. Peço-lhe desculpa, a compra é de 25%. Se eu assinei, é isso que é.

Peço desculpa, o Sr. Deputado tinha feito a pergunta e eu...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu tinha feito a pergunta sobre as participações deste fundo.

Além da Biometrics que, certamente, não foi a única operação em que o Excellence Assets Fund participou, queria saber, Sr. Prof., das outras aquisições que o fundo fez.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, acabei de ver que as outras participações eram obrigações, penso que do Banco Português de Negócios, e era uma participação numa sociedade chamada Controlauto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Exactamente.

Agora, Sr. Prof., de acordo com este documento, o tal que vem do Luxemburgo,...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, dá-me licença?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Toda, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não tenho a certeza de que a sociedade Controlauto tenha sido liquidada no final do fundo. Acho que foi liquidada antes do final do Fundo, ou seja, foi vendida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Independentemente disso, que terá a relevância que terá, o investimento do fundo na Biometrics é de 35 245 101,00 dólares e na Controlauto é de 15 735 019,28 euros e no BPN é de 12 022 559 euros. Isto dá-nos uma módica quantia de 63 004 679,29 euros.

Gostava de saber, Sr. Prof., de onde vinha este dinheiro?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, de onde vinha esse dinheiro... É perguntar quem são os detentores das unidades de participação, porque é assim.

Penso que os detentores das unidades de participação são empresas do Grupo SLN. E quando há pouco um Sr. Deputado me fez uma pergunta nesse sentido, referi que, do que eu me recordo, havia registos dessas participações nos balanços das empresas do Grupo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Professor, falamos aqui, *grosso modo*, de 63 milhões de euros, não falamos de tostões. E eu volto àquilo que me parece elementar — elementar! — quando me

relaciono aqui com alguém que foi administrador desse Fundo, o responsável máximo desse fundo.

Como é que, Sr. Prof., decidiu, deste dinheiro, que é dos tais participantes neste fundo, investir 35 milhões na Biometrics, 12 milhões no BPN e 15 milhões na Controlauto? Ninguém investe 63 milhões de euros sem se lembrar como é que isso aconteceu. Portanto, Sr. Prof., pode achar que o País inteiro considerará normal que diga «não me recordo», mas não é!

Portanto, gostava de perceber — a Comissão, certamente, tem interesse em saber — como é que o Sr. Prof. se determinou a investir estes montantes em cada uma destas três empresas.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, já referi antes que a aquisição de activos para o fundo era sempre avaliada e, depois de avaliada, era auditada.

Portanto, as avaliações davam com certeza uma ideia do potencial que estava nas empresas, nos investimentos, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem. Mas quem propôs a aquisição?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, tenho dificuldade em responder-lhe a essa pergunta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Professor, com franqueza, não pode ter. O Sr. Prof. não pode ter dificuldade em responder à pergunta sobre como decidiu investir 63 milhões de euros.

O Sr. Prof. foi administrador do BPN, meu Deus do céu...! Não estamos a falar...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas eu hoje estou a falar do fundo, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E não disse que o Fundo resulta de participadas da SLN, tal qual o BPN é uma das empresas do Grupo?!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Deputado, estou a falar de participadas da SLN, não estou a falar do BPN/Banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Professor, o BPN não é uma empresa do Grupo SLN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Era, sim, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então?!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É um banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Rigorosamente.

Portanto, quando lhe pergunto de onde vêm os 65 ou os 63 milhões de euros, diz: « das empresas-mãe que participam neste fundo.» Sim, senhor, de facto é. Mas quando lhe pergunto como é que administra este dinheiro...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, mas as empresas que participam no fundo devem ter os seus dinheiros.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — As empresas têm de ter, mas quem decide da sua utilização, no caso do fundo, é o Sr. Prof.. E o que eu lhe estou a perguntar é como é que decidiu investi-los desta forma, Sr. Prof.! Eu não estou a falar chinês...!

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É porque foram, com certeza, empresas que ofereciam potencial e que, no momento em que foram adquiridas, a avaliação era considerada útil.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Professor, como é que avaliou, por exemplo, o potencial da Biometrics? Foi na base de quê? Como é que o Sr. Dr. avalia a Biometrics na qual o Sr. Dr. investe 35 milhões de euros?

Estamos a falar de uma das empresas que é apresentada como mais ilustrativa de todos os buracos que o BPN conseguiu potenciar. Quando se dá um exemplo de um negócio ruinoso: Biometrics — digo eu. Responsável pelo negócio Biometrics: o Sr. Prof..

Portanto, explique-me, por favor, explique ao País — infelizmente, são os contribuintes todos que estão a pagar estes negócios —, porque é que se decidiu a fazer este negócio.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ó Sr. Deputado, a decisão de investimento foi, com certeza, baseada em relatórios de avaliação da empresa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Professor, é que todos os relatórios de avaliação da empresa, nomeadamente de um técnico chamado no BPN a avaliar das suas potencialidades — o Dr. Jorge Vieira Jordão — foram todos no sentido de como não era um bom negócio, de como o produto que era vendido nem sequer era de grande sofisticação, de como já existiam no mercado outros produtos equivalentes, de como o produto...

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, com o ruído que existe, não é possível haver condições de audição e de resposta. As pessoas estão cansadas, pelo que agradecia que guardassem o máximo de silêncio na sala.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... de como o produto...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só um momento, Sr. Prof..
Deixe-me, por favor, terminar.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Deixe-me também interromper.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): Eu deixo, mas quebra-me o raciocínio.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Queria só chamar-lhe a atenção que, há pouco, o Sr. Deputado Honório Novo recordou-me que o relatório de avaliação tinha sido feito pelo Banco Efisa.

Portanto, com certeza que esse relatório apresentava condições que deveriam ser boas para aquisição.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Veja lá, Sr. Professor, que as condições do Banco Efisa eram tão boas que resultam numa avaliação de mais do dobro do valor pelo qual a empresa foi adquirida, que, por seu lado, foi o negócio ruinoso que se conhece.

Estou a falar de gestores de topo, do melhor que, supostamente, este país tem para dar.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Olhe, Sr. Deputado, sabe com quem está falando?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu sei muito bem.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É com uma pessoa que deu mais de 50% do rendimento do Banco nos anos de 2001 e 2002 nas áreas financeiras. E não está incluindo nessa matéria a margem financeira, porque atribuo sempre essa margem às áreas comerciais.

É com essa pessoa que o senhor está falando.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu sei, Sr. Prof.. Para já, estou falando, usando o gerúndio como o Sr. Professor faz, o que até é mais expressivo...

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, agradecia que toda a audição decorresse nos termos de correcção e de educação que nós imprimimos a esta Comissão.

Nós não somos inquisidores, somos inquiridores.

Portanto, agradecia-vos que colocassem as questões dentro desse contexto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente, mas confesso que as circunstâncias da própria audição levam, em dado momento, à exasperação. Mas compreendo e agradeço o seu reparo e, enfim, ponderarei o tom.

No entanto, Sr.^a Presidente e Sr. Prof., nessas circunstâncias, gostava muito de poder estar aqui a discutir todos os benefícios e lucros que o Banco tenha dado ao País, só que, infelizmente, estamos aqui na circunstância de ter de ponderar todos os prejuízos que o País tem de suportar.

As perguntas que faço têm que ver, directamente, com alguns dos episódios que, nesse prejuízo, têm ligação directa com as decisões do Sr. Prof.. E nós estamos perante um negócio que foi objectivamente ruinoso para o BPN, decidido pelo Sr. Professor, num investimento de 35 milhões de euros.

Portanto, gostava desde logo de perceber como é que o Sr. Prof.... O Sr. Prof. sabe qual era o produto que a Biometrics desenvolvia?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, do que me recordo, era a preparação de ATM, que tinham alguns aspectos que foram descritos como inovadores.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E não lhe suscitaram nenhuma cautela os relatórios do Dr. Vieira Jordão?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu não li esses relatórios.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Olhe, Sr. Prof., diga-me outra coisa, por favor.

Quando o Excellence Assets Fund — que, diz aqui, é, em boa verdade, SLN — subscreve obrigações do BPN, pergunto em primeiro lugar: pode fazê-lo?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, referi-lhe há pouco que a sociedade de auditoria deste fundo era uma das três maiores sociedades de auditoria internacionais. Portanto, no meu entendimento, todo o funcionamento administrativo e regulamentar do fundo foi devidamente acautelado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Então, faço-lhe a pergunta de outra forma, Sr. Prof.: o Excellence Assets Fund adquire ou não obrigações do BPN precisamente porque supõe que o Banco de Portugal não sabe que o Excellence Assets Fund é, em si mesmo, SLN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, volto, então, a perguntar-lhe: como é que o Banco de Portugal pode não saber que o Excellence Assets Fund não é do Grupo, se no registo das contas das sociedades do Grupo está registado publicamente?

Portanto, inventário de título tem de lá estar, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Muito bem. Já lá iremos, então.

Sr. Professor, a A2 era ou não um crédito que seria atribuído como compensação pela saída do Banco? A A2 era ou não uma designação decifrada, se quiser, que se referia a uma compensação que lhe seria atribuída pela saída do Banco?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, há pouco perguntaram-me o que era a A2. Eu disse que não sabia o que era.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem.

Olhe, Sr. Prof., vou-lhe dizer uma coisa: este exercício que eu hoje tive como muito exasperante e que me fez questionar muita coisa — mas isso não vem ao caso — justificará, porventura, pelo que aqui está em causa, Sr.ª Presidente, que eu requeira a acareação do Sr. Prof. Francisco Comprido com o Sr. Dr. Dias Loureiro. É que não é normal, neste país, nestas circunstâncias, que duas pessoas que representam o que representam uma e outra digam sobre isto o que aqui é dito.

E considero que esta Comissão não pode simplesmente aceitar que o Grupo SLN, que ainda representa o que representa neste país, e um Banco, que neste momento opera nas circunstâncias que nós sabemos,

comunique a esta Comissão de Inquérito que um determinado negócio acontece de determinada forma, que demonstre à Comissão que o negócio é titulado por alguém, e, hoje, pela segunda vez, tenhamos também aqui alguém que diga: «Não pode ser. Onde é que está a minha assinatura? Mostrem-ma!»

Bem sei que nós não somos polícias, não temos de apurar culpas. Mas temos obrigação de esclarecer a verdade.

E não estamos a falar de quaisquer pessoas; estamos a falar de pessoas por quem, para além do mais, em alguns casos, eu tenho consideração. E o País tem a obrigação e, mais do que isso, o direito de saber o que se passou.

Portanto, Sr.^a Presidente, neste momento, guardarei isso para uma outra reunião de coordenadores, mas temos que avaliar as circunstâncias...

A Sr.^a Presidente: — O Sr. Deputado apresentará as propostas que entender, que serão avaliadas em sede própria.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Temos que avaliar, Sr.^a Presidente. As pessoas não podem chegar aqui e, simplesmente, dizerem... Depois, regista-se, não acontece nada e logo à noite passa nos telejornais o resumo da audição.

Esta Comissão tem a obrigação de retirar consequências também em relação à forma como a verdade é tratada. Hoje, Sr.^a Presidente, pura e simplesmente, não posso aceitar o que aqui se passou, independentemente do tom, e peço desculpa por qualquer excesso que tenha cometido.

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado João Semedo pediu para colocar mais algumas questões.

Tem a palavra e peço-lhe que seja breve.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, procurarei ser tão breve quanto possível, mas quero dizer-lhe que as longas horas de trabalho que já temos hoje, aqui, se perderiam se não fizesse mais algumas perguntas e, portanto, teria sido um sacrifício e um esforço absolutamente inútil.

A primeira pergunta que quero fazer é a seguinte: na sua interpretação, o Excellence Assets Fund tem como proprietários das unidades de participação a SLN ou empresas da SLN. Explique-me por que razão o fundo teve de ser comprado pela SLN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Explicar por que é que o Fundo...

O Sr. João Semedo (BE): — Foi adquirido pela SLN.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas a SLN é que detinha as unidades de participação.

O Sr. João Semedo (BE): — E eu pergunto-lhe por que é que a SLN foi comprar o fundo à La Granjilla.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: - Peço desculpa, Sr. Deputado. Agora, perdi-me...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., deixemos, então, este assunto...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu gostava de poder esclarecê-lo...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., já lhe disse várias vezes, como outros Srs. Deputados, que a operação é uma operação montada, da forma que já foi relatada: primeiro, a SLN compra 25% da Biometrics; depois compra o Fundo; depois vende os 25% ao fundo.

Só não compreendo, se o fundo é participado por empresas da SLN – não foi divulgado o seu nome mas também não é difícil saber quais são -, por que é que o fundo teve comprar novamente à La Granjilla, tanto mais que, tanto quanto sabemos, a La Granjilla também funcionava no universo da SLN. Portanto, há aqui uma dupla aquisição que não nos parece muito compreensível.

O Sr. Prof. diz que não conhece, não sabe, nunca ouviu falar na Granjilla e, portanto,...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, eu não disse isso. O que eu disse foi que não me recordo de o Fundo ter adquirido, pelos vistos, só a participação de 25% a essa sociedade. Pensei que era directamente aos sócios.

O Sr. João Semedo (BE): — É verdade o que o Sr. Prof. está a dizer. Lembra-se bem, porque, de facto, a aquisição dos 25% da Biometrics é 25% a cada sócio, na altura, da Biometrics. É isso exactamente.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ah, pois, então não tem nada a ver com essa sociedade.

O Sr. João Semedo (BE): — Tem, Sr. Prof., porque o fundo só é propriedade do Grupo SLN, porque foi comprado pelo Grupo SLN à sociedade La Granjilla.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas pode repetir?

O Sr. João Semedo (BE): — Repito, só tem importância e algum significado, porque o fundo foi comprado à sociedade La Granjilla.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas estava a dizer que foi comprado aos sócios.

O Sr. João Semedo (BE): — Só se La Granjilla era o único sócio do fundo; não vejo que pudesse ter sido de outra maneira.

O que o Sr. Prof. está a dizer é que a SLN compra 25% da participação de um conjunto de sócios. É verdade! Quando se diz que a SLN comprou 25% da Biometrics está a dizer-se, ou quer dizer-se que comprou 25% da participação de cada sócio. É exactamente assim. Foi assim, tem razão no que está a dizer! Registo com muita satisfação que o Sr. Prof. se recorda disso. De facto, foi assim.

Depois, estes 25% de que a SLN fica proprietária na Biometrics são vendidos pelo mesmo valor, 35 milhões de dólares, ao fundo de que temos estado a falar; só que ...

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Peço desculpa, estava a segui-lo mas agora perdi-o...

O Sr. João Semedo (BE): — É do cansaço.

Esta operação foi feita da seguinte forma: a SLN comprou, a cada accionista da Biometrics, 25% da participação, pelo que adquiriu 25% do capital da Biometrics. Mas há também um outro movimento que é o seguinte: no mesmo dia, a SLN compra à La Granjilla o fundo de que temos estado a falar e, também no mesmo dia, a SLN vende a uma coisa que é sua outra que também é sua, os 25%.

Portanto, a SLN, que é dona do Fundo e é dona dos 25%, vende uma coisa que é sua a outra coisa que também é sua. Isto é estranho, do ponto de vista da operação financeira.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, gostava de poder ajudá-lo mas o que é que está a comprar e a vender e a quem?

O Sr. João Semedo (BE): — Reconheço que este pode ser um problema. Um dia se esclarecerá...

Continuando, queria perguntar-lhe se o Sr. Prof. tinha conta no BPN.

Por outro lado, queria perguntar-lhe o seguinte: ficou incomodado e até invocou que, apesar ter pretendido ter alguma cautela e alguma reserva sobre o financiamento que obteve do BPN ou do Banco Insular, no

caso concreto, os juros estavam a ser debitados na sua conta. E o financiamento? Foi para uma conta sua?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Mudemos de assunto e voltemos aos problemas que se prendem com o Sr. El-Assir.

O Sr. Prof. tratou do financiamento do Sr. El-Assir desde o princípio?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O meu envolvimento com esse financiamento foi depois da aprovação do crédito em conselho, quando os meus colegas na administração me pediram para fazer o trabalho, como se chama, de serviço de dívida, que é assegurar a formalização das garantias e, depois, fazer o acompanhamento dos pagamentos dos montantes contratados.

O Sr. João Semedo (BE): — E quem propôs, no conselho de administração, este financiamento?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, não consigo ver outra pessoa se não o Sr. Presidente.

O Sr. João Semedo (BE): — Recorda-se das garantias desse empréstimo?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sem dúvida! Eram hipotecas sobre propriedades em Espanha.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., também já conhecíamos isso, mas deixe-me perguntar-lhe, enquanto especialista, se acha que uma terceira hipoteca sobre bens imobiliários é suficiente garantia.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É uma garantia como outra qualquer, com um risco maior do que uma primeira.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, posso presumir que não levaram completamente a sério o pedido do Dr. Dias Loureiro para serem rigorosos nas hipotecas?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Ah, não, Sr. Deputado, as coisas não funcionam assim.

O Sr. João Semedo (BE): — Pois, se calhar, não.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Se eu tenho um activo que vale 100 e se esse activo tem uma hipoteca sobre ele, por exemplo, que vale 40, isto significa que uma segunda hipoteca tem direito ao montante que se lhe segue.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, Sr. Prof., o problema é que a terceira hipoteca é que era a do BPN e não a primeira.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Mas o Sr. Deputado pode assegurar-me que eram todas terceiras hipotecas?

O Sr. João Semedo (BE): — Não, Sr. Prof., até comecei por lhe fazer a pergunta sobre quais eram as garantias.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Eu disse-lhe que sabia que eram garantias sobre bens imobiliários, não disse que eram necessariamente todas terceiras hipotecas... Não lhe neguei terceiras hipotecas, por acaso, devo dizer que não me recordava... Mas, pergunto-lhe agora: eram todas terceiras hipotecas?

O Sr. João Semedo (BE): — Eu é que tenho que perguntar isso ao Sr. Prof..

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois, desculpe, mas disso não me recordo.

Mas posso dizer-lhe que me deu a segurança suficiente, em termos financeiros, uma vez que, por um lado, tinha avaliações dos diferentes bens que tinham sido feitas por uma sociedade de avaliação internacional da minha escolha, repito, da minha escolha...

O Sr. João Semedo (BE): — Recorda-se qual foi essa sociedade que fez as avaliações?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Penso que a International Appraisals.

O Sr. João Semedo (BE): — Qual é a sede dessa sociedade, qual a nacionalidade?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É americana.

O Sr. João Semedo (BE): — Não foi uma empresa espanhola?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me recordo.

O Sr. João Semedo (BE): — Se está a dizer que foi americana, recorda-se que não foi espanhola.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pode é ser uma representante em Espanha dessa sociedade.

Pausa.

O Sr. João Semedo (BE): — Faça favor de continuar.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: Sobre as hipotecas, acho que disse o que tinha a dizer.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., o senhor pode não saber mas nós sabemos que tudo isso acabou por não dar em nada.

Qual era o plano de pagamentos desse empréstimo? Disse-nos há pouco que até 2003, quando saiu do banco, as coisas estavam regularizadas de acordo com o contratado.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Exactamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Agora, pergunto-lhe qual era o plano der pagamentos?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — O plano de pagamentos era o normal de um mútuo, era o pagamento dos juros e, eventualmente, se houvesse lugar, pagamento de reembolso parcial do capital.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas os empréstimos só pagam juros, não pagam o capital?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É o que eu estou a dizer... Ah, podem não pagar; se for uma obrigação que tem o pagamento do capital só no fim, paga só juros.

O Sr. João Semedo (BE): — E acha que foi o caso?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me recordo, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., aproximando-me do fim, para tranquilizar a Sr.^a Presidente, explique-me o seguinte: na audição do Dr. Dias Loureiro, o Dr. Dias Loureiro diz que o senhor lhe bateu à porta do gabinete e lhe comunicou que podia estar descansado que estava tudo tratado.

Vou ler-lhe rapidamente. Diz o Dr. Dias Loureiro: «O Dr. Comprido veio ter comigo ao meu gabinete, conheço-o muito bem, sou amigo dele, tenho o maior respeito (...)» — Pois! Fez a sua biografia!... — «Disseram-me que ele tinha dado as garantias reais, que elas haviam sido avaliadas por uma empresa espanhola,...» — por isso é que eu, há bocado, lhe perguntei se seria espanhola ou norte-americana — «... tudo feito como deveria ser». E, portanto, «(...) eu poderia estar descansado».

Pergunto: lembra-se desta conversa? Lembra-se de ter batido à porta do gabinete do Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me lembro de ter batido à porta, mas referi, há bocado, que me recordo de ter falado com o Sr. Dr. Dias Loureiro sobre isso, de o Sr. Dr. Dias Loureiro me ter referido a questão das garantias e eu ter dito que estava tudo a ser tratado.

Um ponto: é que a aprovação, pelo conselho do banco, do empréstimo, nessas condições, já tinha tido lugar antes, e as condições incluíam o pedido dessas garantias — não sei se serão as garantias que o Sr. Dr. Dias Loureiro estava a referir, mas as garantias que foram estabelecidas no contrato.

O Sr. João Semedo (BE): — A quem é que o Sr. El-Assir apresentou o pedido de empréstimo ou a operação financeira, como lhe quiser chamar?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — É precisamente isso que eu estava a tentar responder, há bocado — agora já estou baralhado, mas penso que foi ao Sr. Deputado —, quando lhe disse que penso que não

poderia, com certeza, ser outra pessoa, senão o Sr. Presidente, não é verdade?!

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Prof., são coisas distintas. Já todos estamos cansados, mas eu não estou suficientemente cansado para não dar pela diferença: uma coisa é o Sr. Presidente do Conselho de Administração apresentar a proposta; outra coisa é saber quem, no banco, ouviu a proposta do Sr. El-Assir.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois, mas é isso que estou... A proposta, não, Sr. Deputado; o pedido!

O Sr. João Semedo (BE): — Está bem, pronto! Pedido ou proposta, aqui é a mesma coisa.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — A proposta é o banco que faz!

O Sr. João Semedo (BE): — O financiamento. Está bem, não vamos discutir isso. Ele pediu um financiamento, pronto.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois, mas o que estou a dizer é que não consigo ver outra pessoa no conselho que tenha falado com esse senhor a não ser o Sr. Presidente.

O Sr. João Semedo (BE): — Bom, mas... Talvez tenha sido assim, não sei. Mas, olhe, sabe qual é a opinião do Sr. Dr. Dias Loureiro sobre isso? O Sr. Dr. Dias Loureiro, sobre isso, tem várias opiniões.

Vou ler-lhe as duas. Primeira versão do Dr. Dias Loureiro: «Numa dada altura, ele...» — aqui, «ele» é o Sr. El-Assir — «... apareceu repetidamente com um advogado e disse-me que estava a negociar um empréstimo no BPN (...)». Esta é a primeira versão do Dr. Dias Loureiro.

A segunda versão do Dr. Dias Loureiro sobre este mesmo facto é a seguinte: «Mas quando eu soube — ele não me disse — que estava a pedir dinheiro ao banco, o que eu disse às duas pessoas que citei — o Dr. Oliveira e Costa e o Dr. Francisco Comprido — foi isso». E o «foi isso» é as cautelas com as garantias.

No meio disto tudo só há três hipóteses: ou o Sr. El-Assir falou consigo e veio pedir-lhe o empréstimo; ou falou com o Dr. José Oliveira e Costa; ou falou com o Dr. Dias Loureiro. Qual delas é que foi verdade? Para o Dr. Dias Loureiro já se percebeu que duas delas, ambas, podem ser verdadeiras, como também podem ser falsas, quando assim acontece. Para si, qual delas é verdadeira?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Sr. Deputado, posso falar-lhe sobre aquilo que é o meu entendimento.

O meu entendimento é o de que o pedido de empréstimo foi dirigido ao Banco; não vejo outra pessoa que não tenha sido ao Sr. Presidente. Houve a aprovação de créditos no conselho. Eu fiquei encarregado de fazer aquelas tarefas. Como parte dessa tarefa, eu quis encontrar-me com esse senhor, porque queria saber ou, melhor, queria ver o senhor, queria saber, no meu entendimento, se achava que ele ia pagar ou não.

Mas, mais importante: eu queria saber detalhes pessoais sobre as contas dele em bancos — os bancos que ele usava, o banco pessoal dele. E

foi essa informação que eu obtive. Como deve calcular, depois, tentei, tentei e consegui verificar as informações que procurei.

O Sr. João Semedo (BE): — E o Sr. Prof. — insisto mais uma vez nesta pergunta — não se lembra de quem é que lhe apresentou, isto é, quem lhe levou, não digo ao colo nem num andor, com certeza, o Sr. El-Assir?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, não me recordo. Encontrei-me com o Sr. El-Assir nas instalações do banco. Tenho a certeza. E só o posso ter encontrado em dois sítios: ou numa sala de conferências ou no meu gabinete. E falei com ele, individualmente. Sempre!

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, podemos concluir que eram excessivas as preocupações do Sr. Dr. Dias Loureiro relativamente às garantias, porque, na sua opinião, estava tudo como devia estar, ou, face à evolução que a situação teve, podemos concluir que o Sr. Dr. era, digamos, pouco exigente em matéria de garantias.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Olhe, Sr. Deputado, não vou qualificar nem o Sr. Dr. Dias Loureiro nem o meu grau de exigência, porque o meu grau de exigência, neste caso, é o grau de exigência do conselho.

Mas penso que, há bocado, já tinha referido: acho normal que o administrador de uma sociedade tenha também a obrigação de zelar pelo risco da actividade da sociedade. E foi nesse contexto que eu entendi, não foi em mais nenhum outro contexto.

O Sr. João Semedo (BE): — Por último, duas perguntas.

O Sr. Dr. não se recorda, continua sem se recordar, se o Dr. Dias Loureiro falou consigo sobre o financiamento antes de ele ser aprovado.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não me recordo de ter falado comigo antes de ser aprovado.

O Sr. João Semedo (BE): — Como é que pode, então, explicar que, tendo sido, pelos vistos, o Sr. Presidente, Dr. José Oliveira e Costa, favorável a este financiamento, porque não só o apresentou no conselho como terá, enfim, orientado a decisão para a sua aprovação, como é que, passado um intervalo de tempo relativamente curto, é o próprio Dr. Oliveira e Costa a recomendar a um outro administrador que não ceda mais financiamentos ao Sr. El-Assir, ainda por cima, quando ele está reunido com o Sr. Dr. Dias Loureiro? Não acha isto estranho?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Pois, mas o que referi, há bocado, quando essa questão foi colocada, foi que não me recordo de isso ter acontecido até Dezembro de 2003.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. recorda-se quando é que o Dr. Dias Loureiro deixou de gravitar na órbita do Grupo SLN/BPN?

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Não, Sr. Dr.. Eu acho que o Sr. Dr. Dias Loureiro estava no BPN quando eu saí! Peço desculpa, corrijo: estava no Grupo SLN quando eu saí.

O Sr. João Semedo (BE): — E, portanto, está o Sr. Dr. a dizer-me que esse eventual pedido de financiamento do Sr. El-Assir teria sido posterior à sua saída e, portanto, por isso, o Sr. Prof. não tomou conhecimento dele. É o que deduzo.

O Sr. Prof. Dr. Francisco Comprido: — Esse, de que está falando? Ah, é o único.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

A Sr.^a Presidente: — Em nome da Comissão, não havendo mais pedidos de palavra, agradeço ao Sr. Prof. Francisco Comprido as horas que passou aqui connosco.

Srs. Deputados, vou acompanhar o Sr. Prof. à saída e dou por terminados por hoje os nossos trabalhos, que retomaremos amanhã, a seguir ao Plenário. Depois serão informados da hora exacta, se for antes de acabar o Plenário.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 30 minutos.